

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

Município de
Redondo



O Mundo é
MUNICÍPIO DE REDONDO
É o Mundo



INDICE

Proposta	1
Introdução	3
Enquadramento legal	5
Caracterização da Entidade	8
Identificação	11
Número de Eleitores	11
Legislação	12
Estrutura	12
Estrutura Política	12
Estrutura Organizacional	14
Serviços de Assessoria	15
Serviço de Apoio	15
Serviços Operativos	15
Recursos Humanos	15
Identificação dos Membros do Executivo	15
Organização Contabilística	16
Informações Consideradas Relevantes	17
Indicadores de Gestão	17
Outras Informações	18
Ações Inspecivas	18
Documentos de Gestão	18
Síntese Económica de Conjuntura	18
Execução dos Documentos Previsionais	49
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	50
Receitas	52
Receitas Correntes	52
Receitas de Capital	52
Despesa	52
Despesas Correntes	53
Despesas de Capital	53
Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	53
Ótica Orçamental	53
Demonstrações Financeiras	53
Plano Plurianual de Investimentos	54
Investimentos por Sectores Estruturais	55
Transferências Recebidas	56
Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital	57
Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial	58

Evolução do Investimento Realizado	61
Plano de Atividades Municipais (PAM)	61
Despesas por Sectores Estruturais	62
Grandes Opções do Plano (PPI+PAM)	62
Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano	64
Orçamento	66
Resumo da Execução Orçamental	66
Orçamento da Receita	66
Receitas Correntes	67
Receitas de Capital	70
Análise Global da Receita	70
Evolução da Receita 2013/2017	70
Evolução da Receita em Percentagem	71
Evolução da Receita – Variações Anuais	72
Evolução da Execução Orçamental da Receita	72
Receitas Fiscais	73
Orçamento da Despesa	74
Despesas Correntes	74
Despesas de Capital	76
Análise Global da Despesa	77
Evolução da Despesa 2013/2017	77
Evolução da Despesa em Percentagem	77
Evolução da Despesa – Variações Anuais	78
Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos	79
por Faturar	
Fluxos de Caixa	80
Movimentos de Tesouraria	81
Indicadores Orçamentais	82
Modificações Orçamentais	85
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	85
Modificações ao Plano de Atividades	86
Modificações ao Orçamento da Receita	86
Modificações ao Orçamento da Despesa	86
Ótica Patrimonial	88
Demonstrações Financeiras	88
Balanço	88
Análise do Balanço no Último Triénio	89
Balanço Sintético	91
Imobilizado	95
Evolução do Ativo do Município	96

Evolução doas Fundos Próprios do Município	96
Disponibilidades (Orçamentais)	96
Demonstração de Resultados (Por Natureza)	97
Resultados Operacionais	98
Custos Operacionais	98
Resultados Financeiros	98
Resultados Extraordinários	99
Resultado Líquido do Exercício	100
Indicadores de Gestão Patrimoniais	100
Dívidas de Terceiros	107
Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca)	108
Dívidas com Empréstimos Bancários	109
Cálculo do Limite Legal de Endividamento	110
Atividades Desenvolvidas	111





- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2017

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal Redondo
Exmos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal Redondo
Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal Redondo

Em cumprimento do preceituado na legislação vigente, apresento-vos os documentos de prestação de contas do Município de Redondo, atinentes ao exercício económico e financeiro do ano de 2017.

Na documentação da prestação de contas em apreço foi tido em devida conta o preceituado no n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos, artigos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O presente Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras revela a dimensão da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Redondo ao longo do exercício de 2017. Atividade concretizada num quadro caracterizado já por alguns indicadores de melhoria económica e social em termos nacionais, mas que não deixou de traduzir ainda as grandes dificuldades na vida quotidiana das populações e dos municípios, dado o limitado alcance das medidas adotadas em alternativa à política de degradação e ataque à qualidade de vida dos cidadãos que caracterizaram anos anteriores.

Submete-se à apreciação dos Órgãos do Município um quadro de avaliação que, no essencial, confirma a possibilidade de colocar ao serviço da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos redondenses as oportunidades que se nos deparam para consolidar o caminho que permite desbravar um futuro melhor para todos.

Fomos, no essencial, capazes de aproveitar as oportunidades abertas ao longo do exercício, e criámos nós próprios outras oportunidades. Os recursos, os esforços e os equipamentos de que a Câmara Municipal de Redondo dispõe foram, ao longo de todo o exercício de 2017,

prioritariamente colocados ao serviço da criação das necessárias condições para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos redondenses, reforçando a nossa determinação em contribuir ativamente para a construção de um concelho cada vez mais humanizado.

Reafirma-se a boa gestão dos dinheiros públicos ao longo de mais um ano, que naturalmente está espelhado na análise do relatório que se segue. Esta realidade permite que continuemos a encarar o futuro com a necessária consciência das dificuldades que ainda permanecem, mas também com a capacidade para afirmar Redondo, cada vez mais, como um concelho amplamente solidário, ecologicamente sustentável, espaço de cultura, de desporto e de conhecimento, capaz de proporcionar condições e qualidade de vida sempre crescentes aos seus munícipes e visitantes.

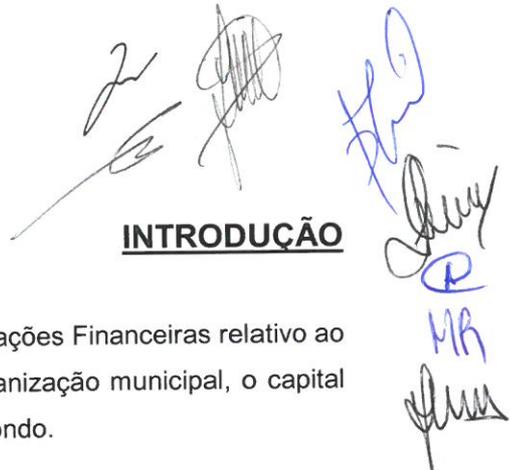
No momento em que, através do presente relatório, se assinala o cumprimento de um ano de trabalho autárquico, impõe-se o estrito dever de registar e reafirmar o contributo de todos: Executivos Municipais, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, funcionários municipais, instituições e demais associações locais, incluindo também os próprios munícipes, que são os destinatários primeiros e últimos desta dinâmica.

Redondo, 11 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal



António José Rega Matos Recto



INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2017, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados. Procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos munícipes do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro).

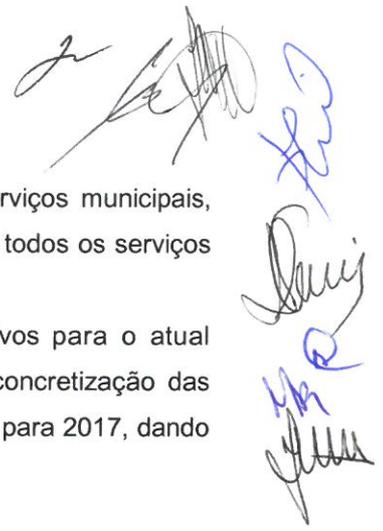
Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pela autarquia, dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 26/2013 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República n.º 226 de 21 de novembro de 2013, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”.

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2017 e o inerente reflexo na situação patrimonial (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.



O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2017, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2017 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício - analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia - considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos - de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2017, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³.

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece Resolução nº 1/2018, - 2ª Seção, de 25 de janeiro, emitida pelo Tribunal de Contas quanto da prestação de contas do exercício de 2017, bem como o Despacho nº 1/2018 – 2ª Seção do Tribunal de Contas – Área IX.

POCAL:

1 - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in POCAL)

2 - Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 - Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 01/2018 – 2.ª Seção

Instruções N.º 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções:

Documentos de prestação de contas

- Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
- Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
- Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

Quadro - I Do Regime Completo

		Fundamentação Legal		A enviar		
Documentos de Prestação de Contas		POCAL	TC	CCDR	TC	INE
		Número	Número			
Balançaço		5	1	X	X	X
Demonstração de Resultados		6	2	X	X	X
Mapas de Execução Orçamental	Mapa de controlo orçamental – Despesa	7.3.1	6	X	X	X
	Mapa de controlo orçamental – Receita	7.3.2	7	X	X	X
	Mapa de execução anual do PPI	7.4	8	X	X	
	Mapa dos Fluxos de Caixa	7.5	9	X	X	X
	Mapa das contas de ordem	7.5	10	X	X	X
	Mapa de operações de tesouraria	7.6	11	X	X	X
	Caracterização da entidade (a)	8.1	12		X	
	Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a)	8.2	13		X	
	-Quadro discriminativo do ativo bruto	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das amortizações e provisões	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das reavaliações (b)	8.2.11			X	
	-Quadro discriminativo das contas de ordem	8.2.26			X	
	-Quadro discriminativo das provisões acumuladas b)	8.2.27			X	
	-Quadro discriminativo do cmvmc (a)	8.2.29			X	
	-Quadro discriminativo da variação da produção(a)	8.2.30			X	
	-Quadro discriminativo dos resultados financeiros	8.2.31			X	
-Quadro discriminativo dos resultados extraordinários	8.2.32			X		
Anexo às Demonstrações Financeiras	Mapa das modificações ao orçamento - Receita	8.3.1.1	14		X	
	Mapa das modificações ao orçamento - Despesa	8.3.1.2	15		X	
	Mapa das modificações ao PPI	8.3.2	16		X	
	Mapa da contratação administrativa - situação dos contratos	8.3.3	17	X	X	X

	Mapa das transferências correntes - Despesa	8.3.4.1	18		X	
	Mapa das transferências de capital - Despesa (b)	8.3.4.2	19		X	
	Mapa dos subsídios concedidos (b)	8.3.4.3	20		X	
	Mapa das transferências correntes - Receita	8.3.4.4	21		X	
	Mapa das transferências de capital - Receita	8.3.4.5	22		X	
	Mapa dos subsídios obtidos (b)	8.3.4.6	23		X	
	Mapa dos ativos de rendimento fixo (a)	8.3.5.1	24		X	
	Mapa dos ativos de rendimento variável (a)	8.3.5.2	25		X	
	Mapa dos empréstimos	8.3.6.1	26	X	X	X
	Mapa de outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	27			
Relatório de Gestão (c)		13	28	X	X	X

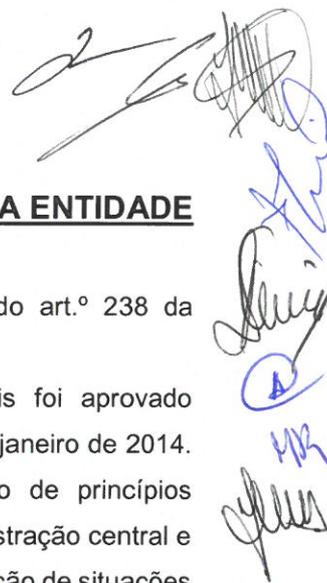
As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

Quadro - II
Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

	Fundamentação Legal		A enviar
	POCAL	TC	Tribunal de
	Número	Número	Contas
Guia de remessa (d)		29	X
Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta (d)		30	X
Norma de controlo interno e suas alterações (d)	2.9.9	31	X
Mapa resumo do diário de tesouraria (d)	12.2.9	32	
Mapa síntese das reconciliações bancárias (d)		33	
Mapa de fundo de maneio (d)		34	
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d)		35	
Relação de acumulação de funções (d)		36	
Relação nominal de responsáveis (d)		37	X

a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;
b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2012;
c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;
d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2016. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e Despacho nº 1/2018 – 2ª Seção do Tribunal de Contas – Área IX.



CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o n.º 1 do art.º 238 da Constituição da República Portuguesa – CRP.

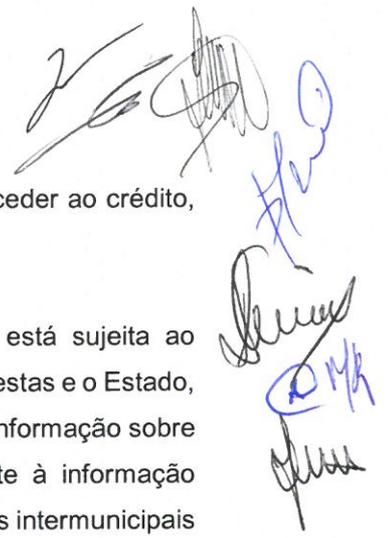
O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais foi aprovado pela Lei n.º 73/2013, e publicado a 3 de setembro, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Com a aprovação deste regime financeiro local preveem-se um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

O setor local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, e pelas Leis n.os 23/2003, de 2 de julho, 48/2004, de 24 de agosto, 48/2010, de 19 de outubro, 22/2011, de 20 de maio, e 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, que expressamente o refiram. A atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se com respeito pelos seguintes princípios:

Princípio da legalidade - A atividade financeira das autarquias locais exerce-se no quadro da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado Português. São nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais que envolvam o exercício de poderes tributários, determinem o lançamento de taxas não previstas na lei ou que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei.

Princípio da estabilidade orçamental - O princípio da estabilidade orçamental pressupõe, na aprovação e execução dos orçamentos, a sustentabilidade financeira das autarquias locais, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. As autarquias locais não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respetiva estabilidade orçamental.

Princípio da autonomia financeira - As autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: a) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas; b) Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto; c) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos; d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam

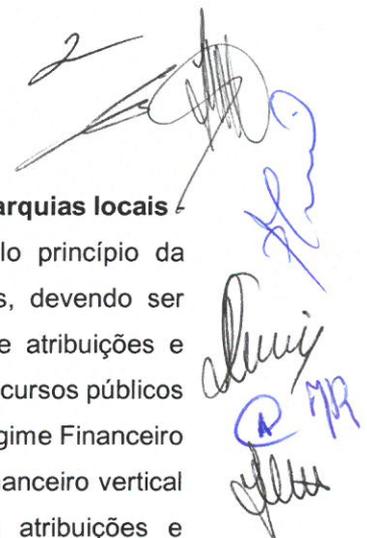


destinadas; e) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas; f) Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.

Princípio da transparência - A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz num dever de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira. O princípio da transparência aplica-se igualmente à informação financeira respeitante às entidades participadas por autarquias locais e entidades intermunicipais que não integrem o setor local, bem como às concessões municipais e parcerias público-privadas.

Princípio da solidariedade nacional recíproca - O Estado e as autarquias locais estão vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca que obriga à contribuição proporcional do setor local para o equilíbrio das contas públicas nacionais. Tendo em vista assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excecionais e transitórias, podem ser estabelecidos, através da Lei do Orçamento do Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, bem como à prática de atos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacto nas contas públicas pelas autarquias locais. A Lei do Orçamento do Estado pode determinar transferências do Orçamento do Estado de montante inferior àquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis a cada subsector, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado nas áreas da solidariedade e da segurança social. A possibilidade de redução depende sempre da verificação de circunstâncias excecionais imperiosamente exigidas pela rigorosa observância das obrigações decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento e dos princípios da proporcionalidade, do não arbítrio e da solidariedade recíproca, e carece de audição prévia dos órgãos legalmente competentes dos subsectores envolvidos.

Princípio da equidade intergeracional - A atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual. O princípio implica a apreciação no plano da incidência orçamental, a apreciação, nomeadamente, dos investimentos aprovados, dos encargos com passivos financeiros, das necessidades de financiamento das entidades participadas pela autarquia, dos compromissos orçamentais e das responsabilidades contingentes, dos encargos explícitos e implícitos em parcerias público-privadas, concessões e demais compromissos financeiros de carácter plurianual, bem como da despesa fiscal, nomeadamente compromissos futuros decorrentes de isenções fiscais concedidas, pelos municípios.



Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais

A atividade financeira das autarquias locais desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das relações financeiras entre o Estado e as autarquias locais, devendo ser garantidos os meios adequados e necessários à prossecução do quadro de atribuições e competências que lhes é cometido. A participação de cada autarquia local nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos no RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), visando o equilíbrio financeiro vertical (adequação dos recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências) e horizontal (correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa).

Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado - A coordenação entre finanças locais e finanças do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o País e a necessidade de atingir os objetivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha vinculado no seio da União Europeia. A coordenação referida no número anterior efetua-se através do Conselho de Coordenação Financeira, sendo as autarquias locais ouvidas antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado, nomeadamente quanto à sua participação nos recursos públicos e à evolução do montante global da dívida total autárquica. Podem igualmente ser estabelecidos deveres de informação e reporte adicionais tendo em vista habilitar as autoridades nacionais com a informação agregada relativa à organização e gestão de órgãos e serviços das autarquias locais.

Princípio da tutela inspetiva - O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias locais e as restantes entidades do setor local, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira e só pode ser exercida segundo as normas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local. O regime financeiro estabelece as regras orçamentais, dispostas no capítulo IV da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, às quais as entidades do setor local estão sujeitas. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, respeitando assim o equilíbrio orçamental, sendo apresentados anualmente e enquadrados num plano plurianual de programação orçamental (anualidade e plurianualidade). Os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira (unidade e universalidade).

São admitidas pela RFALEI como exceções ao princípio da não consignação, as receitas provenientes de:

- a) Fundos comunitários;

- b) Fundo social municipal;
- c) Cooperação técnica e financeira;
- d) Empréstimos a médio e longo prazos para aplicação em investimentos ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira.

Pode, excepcionalmente, ser inscrita no Orçamento do Estado uma dotação para financiamento de projetos de interesse nacional a desenvolver pelas autarquias locais, de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, correspondentes a políticas identificadas como prioritárias, de acordo com os princípios da igualdade, imparcialidade e justiça. A RFALEI prevê ainda a possibilidade da concessão de auxílios financeiros em situações excecionais, como as de calamidade pública.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Praça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 84113 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CAE: 85600 ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO À EDUCAÇÃO

CAE: 68200 ARRENDAMENTO DE BENS IMOBILIÁRIOS

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro até à entrada da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que correspondem a 5% do Distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Do concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os setores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados a 25 de agosto de 2017 é distribuído da seguinte forma:

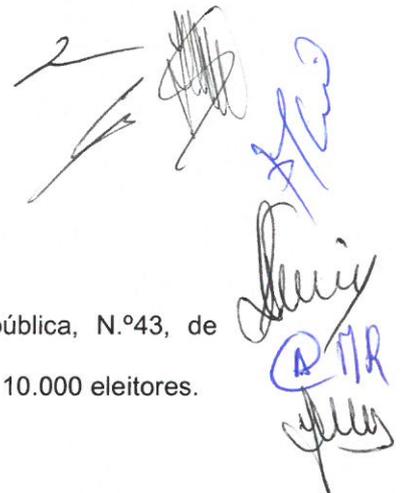
Nacionais — cidadãos nacionais – 5.734;

UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais – 66;

ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal – 8.

(Fonte: Listagem publicada pelo STAPE na II Série do Diário da República, N.º43, de 01/03/2018).

Portanto, e de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, situado até aos 10.000 eleitores.



LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da República Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes.

Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Municípios.

ESTRUTURA

O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade municipal.

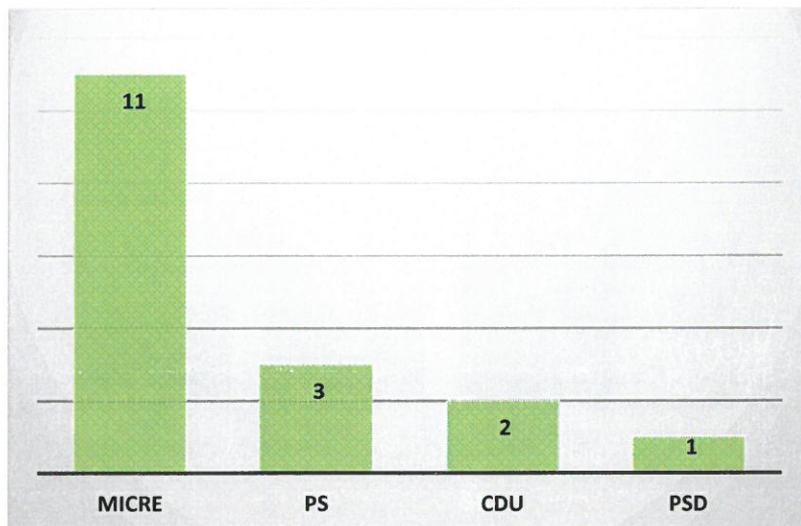
ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

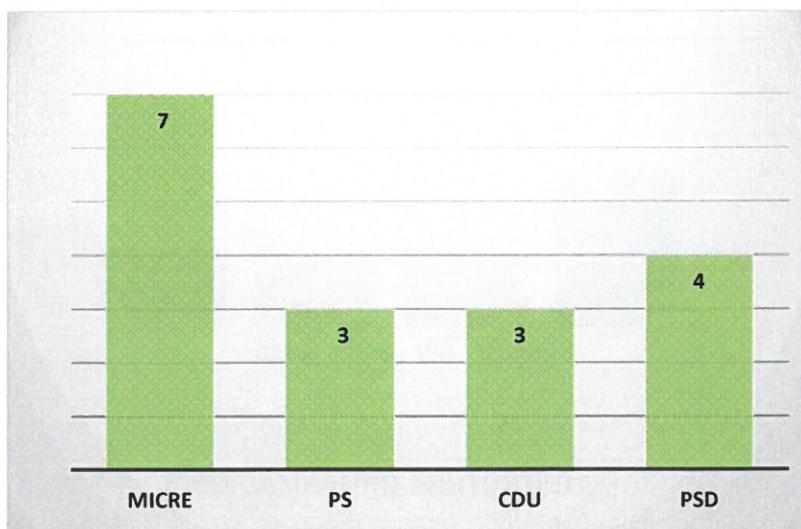
A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem a função por inerência do cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

Gráfico – I

Até 19/10/2017



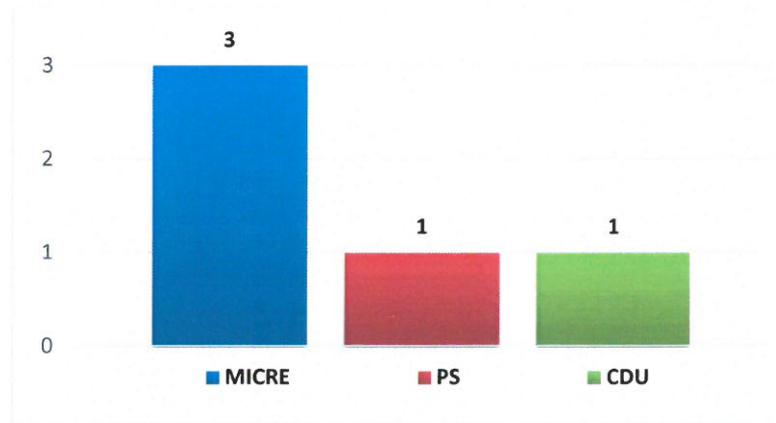
Após 19/10/2017



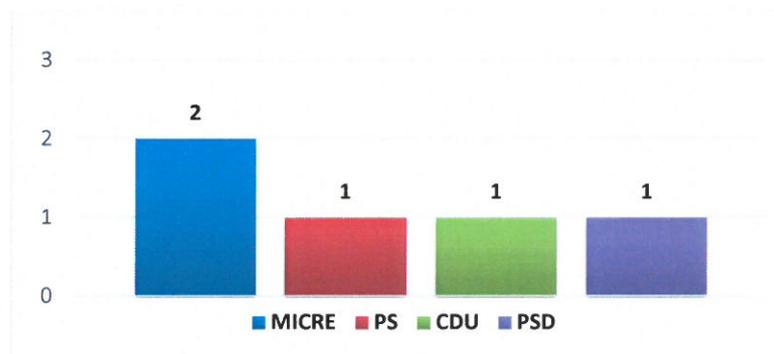
A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico - II

Até 18/10/2017



Após 19/10/2017



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.



SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte:

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas:

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)

RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

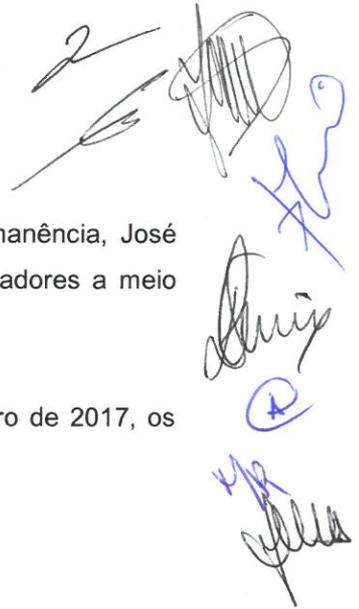
Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 29 de setembro de 2013, os membros do órgão executivo são os seguintes:

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro
- Armindo Manuel Beira Ramalhosa
- David Manuel Palma Grave



O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência, José Manuel Mendes Portel e Armindo Manuel Beira Ramalhosa. Não possui Vereadores a meio tempo.

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 01 de outubro de 2017, os membros do órgão executivo são os seguintes:

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- David Manuel Palma Grave
- David Manuel Fialho Galego
- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro

O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 1 dos quais em regime de permanência, José Manuel Mendes Portel. Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas, POCAL e SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação do POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de

ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

FEF atribuído ao Município	4.526.937,00 €
Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	6.904.655,00 €
Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação	1.720.050,00 €
Despesas com Pessoal	4.210.490,95 €
Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho	2.255.574,17 €
Pessoal em qualquer outra situação	145.118,80 €
Órgãos autárquicos	84.996,63 €
Outras	1.724.801,35 €
Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)	7.055.634,13 €
Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	288.297,78€
Dívidas a receber de terceiros (2017)	1.166.301,05 €
Dívida a Terceiros (valor do balanço)	871.391,99€



OUTRAS INFORMAÇÕES

AÇÕES INSPETIVAS

Foi inspecionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL - Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte do IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017 foram aprovados pelo órgão executivo em 26/10/2016 e pelo órgão deliberativo em 16/11/2016.

SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA – janeiro de 2018

Indicador de atividade económica diminui e indicador de clima económico estabiliza

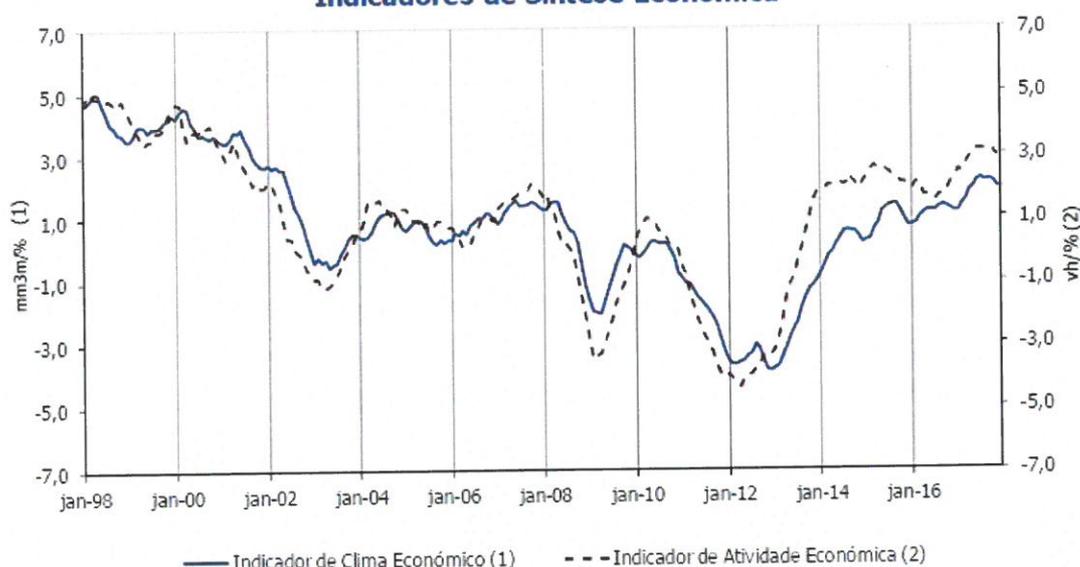
Na Área Euro (AE), o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais registou uma variação homóloga de 2,7% no 4º trimestre (2,8% no trimestre anterior). Em janeiro, o indicador de confiança dos consumidores e o indicador de sentimento económico aumentaram na AE. No mesmo mês, os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 3,8% e 4,1%, respetivamente (-1,0% e 1,8% em dezembro). Em Portugal, o PIB registou uma variação homóloga de 2,4% no 4º trimestre (2,5% no trimestre anterior), enquanto a variação em cadeia foi 0,7% (0,5% no 3º trimestre). O indicador de atividade económica, disponível até dezembro diminuiu, enquanto o indicador de clima económico, disponível até janeiro, estabilizou. O indicador quantitativo do consumo privado diminuiu em dezembro, refletindo um contributo positivo menos expressivo de ambas as componentes, consumo corrente e consumo duradouro. O indicador de FBCF abrandou em dezembro, prolongando o perfil descendente iniciado em junho. A evolução observada no último mês deveu-se ao contributo positivo menos intenso das componentes máquinas e equipamentos e construção e ao contributo negativo da componente de material de transporte. Em termos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram variações homólogas de 8,3% e 10,0% em dezembro, respetivamente (10,0% e 13,3% em novembro). Em dezembro, considerando a atividade económica na perspetiva da

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

produção, verificou-se uma desaceleração dos índices de volume de negócios dos serviços e da indústria, bem como do índice de produção da indústria, enquanto o índice de produção na construção acelerou. No 4º trimestre de 2017, a taxa de desemprego foi 8,1%, 0,4 p.p. abaixo do valor verificado no trimestre anterior (10,5% no período homólogo de 2016). O emprego apresentou um crescimento homólogo de 3,5% (3,0% no 3º trimestre), tendo a população ativa aumentado 0,8% no 4º trimestre, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 1,0% em janeiro (1,5% no mês anterior), observando-se uma taxa de variação de 0,3% na componente de bens (1,0% no mês precedente) e de 2,1% na de serviços (taxa idêntica à verificada em dezembro).

Gráfico 1

Indicadores de Síntese Económica



Enquadramento Externo

Contas Nacionais

De acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Eurostat, a variação homóloga do PIB, em volume, situou-se em 2,7% na AE e 2,6% União Europeia (UE) no 4º trimestre, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior na AE e menos 0,2 p.p. na UE. A variação em cadeia situou-se em 0,6% na AE e UE. Entre as principais economias da UE, verificou-se uma ligeira aceleração do PIB na Alemanha e em França, com variações homólogas de 2,9% e 2,4%, respetivamente (2,7% e 2,3% no 3º trimestre). Em Espanha, o crescimento homólogo do PIB manteve-se em 3,1%. No Reino Unido e em Itália, o PIB desacelerou para uma variação homóloga de 1,5% e 1,6%, comparando com 1,7% em ambos os países no 3º trimestre. Nos EUA, o PIB acelerou no 4º trimestre, passando de uma variação homóloga de 2,3% no 3º trimestre para 2,5%. Esta evolução refletiu, sobretudo, a aceleração das Exportações no 4º trimestre (variação homóloga de 4,9%), após ter aumentado 2,2% no trimestre anterior. Em 2017, o PIB dos EUA aumentou 2,3% em volume (1,5% em 2016).

Países Clientes da Economia Portuguesa

O índice de produção industrial na AE aumentou em dezembro, com uma variação homóloga de 4,3% (3,7% em novembro). O saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora dos principais países clientes da economia portuguesa sobre a evolução da sua carteira de encomendas aumentou em janeiro, prolongando o perfil ascendente observado desde setembro de 2016.

Confiança dos Consumidores e Sentimento Económico

Os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico aumentaram na AE e UE em janeiro.

Câmbios

O índice da taxa de câmbio efetiva do euro apresentou uma variação homóloga de 8,4% em janeiro (7,7% em dezembro) e uma variação em cadeia de 1,1%, superior em 0,8 p.p. à verificada no mês anterior. O euro face ao dólar apresentou uma apreciação, em termos homólogos, de 14,9% em janeiro (12,3% em dezembro) e uma apreciação de 3,1% em cadeia (variação de 0,8% no mês anterior). Relativamente ao iene, o euro apresentou uma apreciação, em termos homólogos, de 9,1% em janeiro (9,2% em dezembro). Em janeiro, o euro registou uma variação homóloga de 2,6% face à libra esterlina, após uma apreciação de 4,5% no mês anterior. A variação em cadeia foi 0,1% em janeiro (-0,6% no mês anterior).

O índice de preços de matérias-primas, denominado em dólares, divulgado pelo The Economist, registou uma variação homóloga de 2,5% em janeiro (4,3% em dezembro). A variação em cadeia deste índice situou-se em 3,8% em janeiro (-1,0% no mês precedente).

Preços

O preço do petróleo (Brent), em euros, apresentou uma variação homóloga de 14,7% em janeiro (14,5% em dezembro). Não considerando médias móveis de três meses, o preço médio do barril de petróleo situou-se em 56,6 euros em janeiro, aumentando 4,1% face ao mês anterior.

O índice de preços na produção industrial dos principais países fornecedores da economia portuguesa registou um crescimento homólogo de 2,9% em dezembro (3,2% no mês anterior). A estimativa da taxa de variação homóloga do IHPC na AE em janeiro foi 1,3% (1,4% no mês precedente). Excluindo a energia e os bens alimentares não transformados, esta taxa situou-se em 1,2% em janeiro. Nos EUA, a variação homóloga do IPC foi 2,1% em dezembro e janeiro.

Desemprego

A taxa de desemprego, ajustada de efeitos sazonais, estabilizou na AE em novembro e dezembro, situando-se em 8,7%, e na UE (7,3% em novembro e dezembro). Nos EUA, a taxa de desemprego situou-se em 4,1% entre outubro e janeiro.

2

[Handwritten signatures and initials]

MR
 plus

Tabela 1

	PIB em volume (vh)			
	2017			
	I	II	III	IV
AE	2,1	2,4	2,8	2,7
UE	2,2	2,5	2,8	2,6
Alemanha	2,1	2,3	2,7	2,9
Áustria	2,5	2,9	3,5	3,6
Bélgica	1,8	1,5	1,6	1,9
Espanha	3,0	3,1	3,1	3,1
Finlândia	2,8	3,6	3,1	3,9
França	1,2	1,9	2,3	2,4
Grécia	0,4	1,6	1,3	-
Irlanda	5,6	6,6	10,4	-
Itália	1,3	1,5	1,7	1,6
Luxemburgo	3,8	1,9	3,2	-
Países Baixos	2,7	3,8	3,2	3,1
Portugal	2,8	3,0	2,5	2,4
Reino Unido	2,1	1,9	1,7	1,5
EUA	2,0	2,2	2,3	2,5

Fonte: Eurostat (14/02/2018)

Gráfico 2

PIB e Desemprego na AE

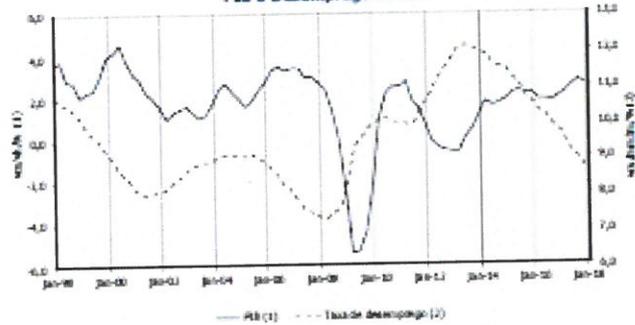


Gráfico 3

Indicadores Qualitativos na Área Euro

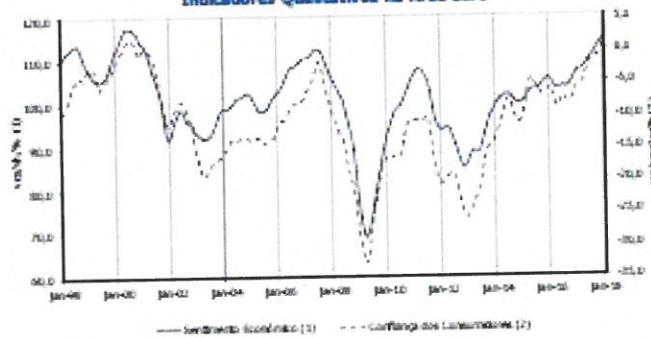
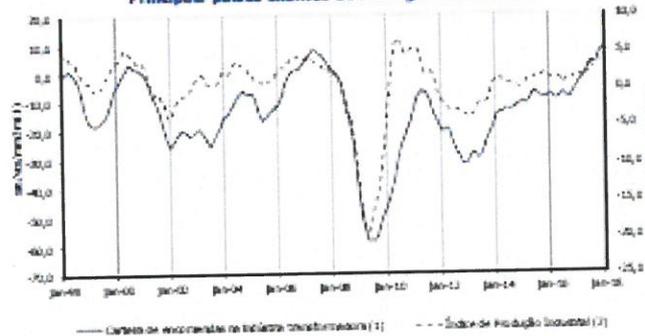


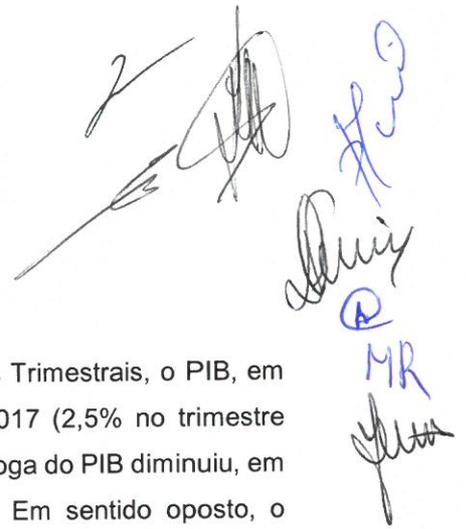
Gráfico 4

Principais países clientes de Portugal - Indicadores



Unidade	Início do Sétimo	Mínimo	Máximo	Ano		Trimestre			Mês																	
				2016		2017			2017																	
				2015	2016	IV	I	II	III	IV	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez				
Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data					
Contas Nacionais - Produto Interno Bruto (PIB)																										
UE	1996.I	-5,4	2009.I	4,6	2000.II	2,3	1,9	2,5	2,0	2,2	2,5	2,8	2,6													
AE	1996.I	-5,5	2009.I	4,5	2000.II	2,1	1,8	2,5	1,9	2,1	2,4	2,8	2,7													
EUJA	1971.I	-4,1	2009.II	8,5	1984.I	2,9	1,5	2,3	1,8	2,0	2,2	2,3	2,5													
Japão	1981.I	-8,7	2009.I	9,4	1988.I	1,4	0,9	1,6	1,5	1,3	1,6	1,9	1,6													
Indicadores Qualitativos																										
Indicador de confiança dos consumidores na UE	mar-85	-31,9	mar-09	0,9	ago-00	-4,3	-6,3	-2,7	-5,7	-4,6	-3,0	-2,1	-1,0	-5,0	-4,8	-4,6	-4,3	-3,7	-3,0	-2,6	-2,3	-2,1	-1,9	-1,3	-1,0	-0,3
Indicador de confiança dos consumidores na AE	mar-85	-33,0	mar-09	1,7	jun-00	-6,2	-7,8	-2,5	-6,6	-5,5	-2,7	-1,5	-0,2	-5,5	-5,5	-5,0	-4,0	-2,7	-2,1	-1,5	-1,5	-1,5	-1,3	-0,8	-0,2	0,6
Indicador de sentimento económico na UE	mar-85	66,7	abr-09	116,3	jun-00	105,7	105,6	110,6	107,2	108,3	110,0	111,8	114,1	107,7	108,3	108,3	109,0	109,3	110,0	110,5	111,2	111,8	112,5	113,2	114,1	114,3
Indicador de sentimento económico na AE	mar-85	69,0	abr-09	117,6	jun-00	103,6	104,5	110,1	106,4	107,5	109,5	111,5	114,3	106,9	107,4	107,5	108,1	108,5	109,5	110,0	110,9	111,5	112,5	113,3	114,3	114,4
Indicadores - Principais Parceiros Comerciais de Portugal																										
PIB dos países clientes	1996.I	-4,8	2009.II	4,4	2000.II	2,3	2,2	2,5	2,2	2,2	2,5	2,6	2,6													
Índice de produção industrial dos países clientes	mar-66	-19,5	abr-09	14,0	jun-69	1,4	1,3	-	1,6	1,4	2,0	2,9	-	1,9	1,7	1,4	1,2	1,6	2,0	2,9	2,7	2,9	3,1	3,5	-	-
Carteira de encomendas na ind. transf. países clientes	mar-93	-58,5	14-09	7,8	mar-07	-8,9	-8,3	2,2	-6,5	-3,0	1,8	2,9	7,1	-5,3	-3,9	-1,0	-1,5	-0,4	1,8	2,9	2,8	2,9	3,8	6,2	7,1	7,5
Índice preços prod. industrial dos países fornecedores	mar-97	-7,7	jul-09	8,2	ago-08	-2,8	-1,6	3,7	1,5	5,3	3,6	3,0	2,9	2,9	4,6	5,3	5,2	4,5	3,6	2,9	2,7	3,0	3,2	3,2	2,9	-
Câmbios																										
Índice de taxa de câmbio nominal efetiva na AE	abr-82	-14,4	out-00	17,2	set-86	-10,1	2,3	3,0	2,6	-0,2	1,0	5,2	6,1	0,9	-1,4	-0,1	-1,2	1,2	3,1	4,2	5,7	5,7	4,7	5,9	7,7	8,4
Taxa de câmbio Euro/Dólar	jan-99	-22,0	abr-15	26,3	mar-03	-16,5	-0,3	2,0	-1,5	-3,4	-2,6	5,2	9,2	-2,3	-4,1	-3,7	-5,4	-2,2	0,0	4,0	5,3	6,3	6,6	8,7	12,3	14,9
Taxa de câmbio Euro/Íene	jan-99	-27,6	set-99	34,3	jul-13	-4,3	-10,4	5,3	-11,3	-4,7	0,3	14,0	12,7	-4,8	-5,6	-3,8	-4,8	0,7	5,2	12,3	14,3	15,5	16,0	13,2	9,2	9,1
Taxa de câmbio Euro/Libra esterlina	jan-00	-13,0	mar-15	25,5	dez-08	-10,0	12,8	7,0	20,4	11,6	9,3	5,6	2,1	14,1	9,9	10,9	7,1	10,0	11,0	5,4	6,5	5,0	-0,4	2,2	4,5	2,6
Preços																										
Índice harmonizado de preços no consumidor na AE	jan-97	-0,7	abr-00	4,1	ago-08	0,0	0,2	1,5	0,7	1,8	1,5	1,4	1,4	1,8	2,0	1,5	1,9	1,4	1,3	1,3	1,5	1,5	1,4	1,5	1,4	1,3
Índice de preços no consumidor nos EUA	jan-48	-3,0	ago-19	14,6	abr-80	0,1	1,3	2,1	1,8	2,5	1,9	2,0	2,1	2,5	2,7	2,4	2,2	1,9	1,6	1,7	1,9	2,2	2,0	2,2	2,1	2,1
Índice de preços no consumidor no Japão	jan-56	-2,5	out-09	25,0	fev-74	0,8	-0,1	0,5	3,4	2,5	2,3	0,5	0,6	0,5	0,2	0,4	0,4	0,3	0,5	0,6	0,7	0,2	0,5	1,1	1,1	1,1
Índice de preços de matérias-primas	mar-94	-37,7	abr-09	42,9	abr-11	-16,3	-2,2	7,4	9,3	16,6	3,6	5,8	4,3	14,5	17,1	16,6	12,2	7,5	3,6	3,0	3,3	5,8	6,8	6,2	4,3	2,5
Preço do petróleo (Brent)	jan-95	8,4	dez-98	95,0	mar-12	47,2	39,4	48,1	45,6	50,4	45,2	44,3	52,2	51,4	51,6	48,3	48,8	45,5	41,3	42,1	43,8	47,1	48,9	53,4	54,4	56,6
Preço do petróleo (Brent)	mar-96	-46,7	fev-09	189,0	fev-00	-36,4	-16,5	22,0	14,8	64,9	12,1	8,1	14,5	37,3	66,5	64,9	48,5	26,8	12,1	3,2	2,2	2,2	8,1	9,8	16,9	14,7
Taxa de Desemprego																										
UE	jan-98	6,8	mar-08	11,0	abr-13	9,4	8,6	7,6	8,3	8,0	7,7	7,5	7,3	8,1	8,0	7,9	7,8	7,7	7,6	7,6	7,5	7,5	7,4	7,3	7,3	-
AE	jan-93	7,3	mar-08	12,1	jun-13	10,9	10,0	9,1	9,8	9,5	9,2	9,0	8,7	9,6	9,5	9,4	9,2	9,2	9,1	9,0	9,0	8,9	8,9	8,8	8,7	-
EUJA	jan-60	3,4	mai-69	10,8	dez-82	5,3	4,9	4,4	4,7	4,7	4,3	4,3	4,1	4,8	4,7	4,5	4,4	4,3	4,3	4,3	4,3	4,4	4,2	4,1	4,1	4,1
Japão	jan-60	1,0	mar-70	5,5	jul-09	3,4	3,1	2,8	3,1	2,9	2,9	2,8	2,8	3,0	2,8	2,8	2,8	3,1	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,7	2,8

(Handwritten signatures and initials)



Atividade Económica

Contas Nacionais

Em Portugal, de acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, o PIB, em termos homólogos, aumentou 2,4% em volume no 4º trimestre de 2017 (2,5% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do Investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo (no trimestre anterior tinha sido negativo), refletindo a aceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços e a desaceleração das Importações de Bens e Serviços.

Comparativamente com o 3º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,7% em termos reais, uma taxa superior em 0,2 pontos percentuais à registada no trimestre anterior. O contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB passou de negativo a positivo, observando-se uma aceleração mais intensa das Exportações de Bens e Serviços que das Importações de Bens e Serviços.

O contributo da procura interna diminuiu no 4º trimestre, devido sobretudo ao abrandamento do consumo privado.

Em 2017, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 p.p. que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016.

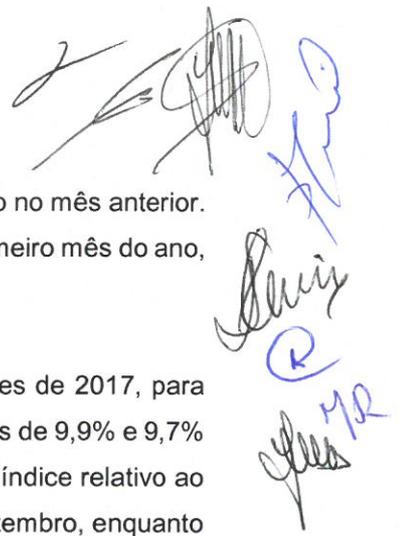
Indicadores de Síntese

O indicador de atividade económica diminuiu em novembro e dezembro, após ter estabilizado nos cinco meses precedentes no valor máximo desde maio de 2001. O indicador de clima, já disponível para janeiro, estabilizou no último mês, depois de ter diminuído em dezembro.

Em termos homólogos, a informação proveniente dos Indicadores de Curto Prazo (ICP), disponível até dezembro, aponta para um abrandamento da atividade económica. Em termos nominais, observou-se uma desaceleração do índice de volume de negócios da indústria, assim como dos serviços. Em termos reais, verificou-se um abrandamento do índice de produção da indústria, enquanto o índice de produção da construção acelerou.

Serviços

O índice de volume de negócios nos serviços (incluindo o comércio a retalho) desacelerou nos últimos cinco meses do ano, passando de uma taxa de variação homóloga de 5,3% em novembro para 5,1% em dezembro.



O indicador de confiança dos serviços aumentou em janeiro, após ter diminuído no mês anterior. Por sua vez, o indicador de confiança do comércio diminuiu ligeiramente no primeiro mês do ano, depois de ter aumentado em novembro e dezembro.

O índice de volume de negócios na indústria abrandou nos dois últimos meses de 2017, para uma taxa de variação homóloga de 8,5% em dezembro, após ter registado taxas de 9,9% e 9,7% em outubro e novembro, respetivamente. Este comportamento verificou-se no índice relativo ao mercado interno, que registou taxas de 8,5%, 7,5% e 6,5% entre outubro e dezembro, enquanto o índice relativo ao mercado externo apresentou taxas de 12,1%, 12,8% e 11,5% nos três últimos meses de 2017.

Indústria

O índice de produção da indústria desacelerou entre setembro e dezembro, terminando o ano com uma taxa de variação homóloga de 3,1% (7,2%, 7,1%, 6,2% e 3,9% entre agosto e novembro).

Considerando apenas a indústria transformadora, observou-se um abrandamento em novembro e dezembro, passando de 6,2% em outubro para 4,9% e 4,7%, respetivamente, interrompendo o perfil de aceleração dos quatro meses anteriores.

O indicador de confiança da indústria transformadora diminuiu em janeiro, interrompendo o perfil ascendente observado desde junho de 2016. Por sua vez, o saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura global aumentou em dezembro e janeiro, após ter diminuído ligeiramente no mês precedente.

Construção

O índice de produção da construção acelerou em dezembro, de 2,5% para 2,7%, após ter interrompido em novembro o perfil de aceleração verificado entre junho e outubro.

O indicador de confiança da construção e obras públicas aumentou em janeiro, após ter diminuído nos últimos três meses de 2017.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico 5

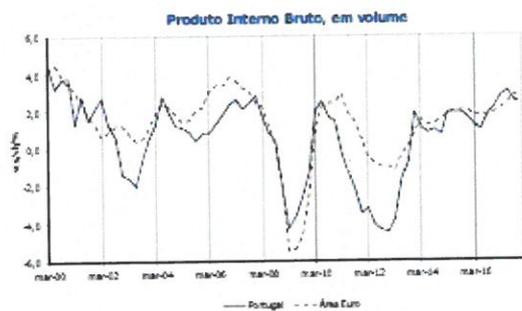
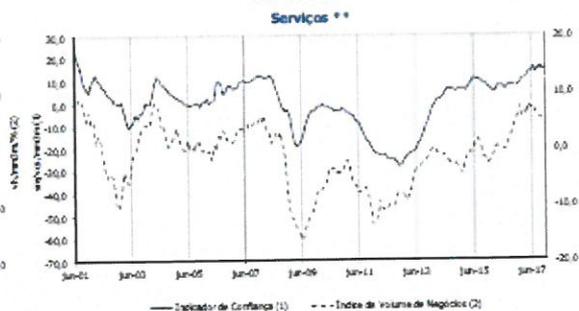


Gráfico 6



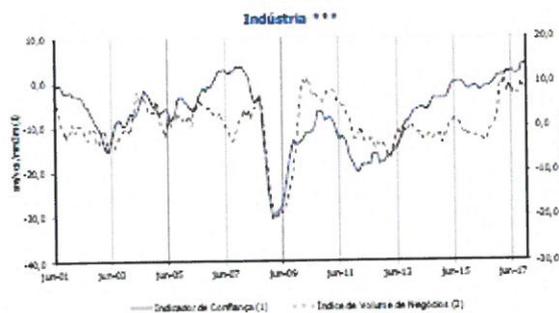
* O índice de volume de negócios inclui indústria, serviços e comércio a retalho.

Gráfico 7



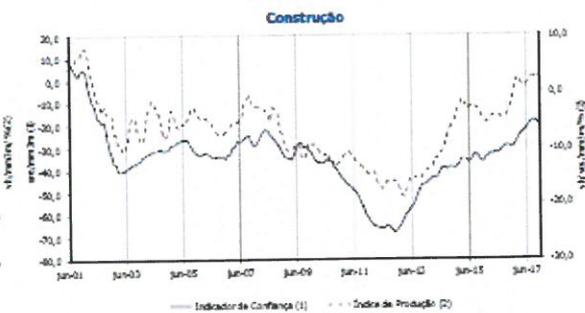
** O índice de volume de negócios dos serviços inclui o comércio a retalho.

Gráfico 8



*** Indicador de confiança da indústria transformadora.

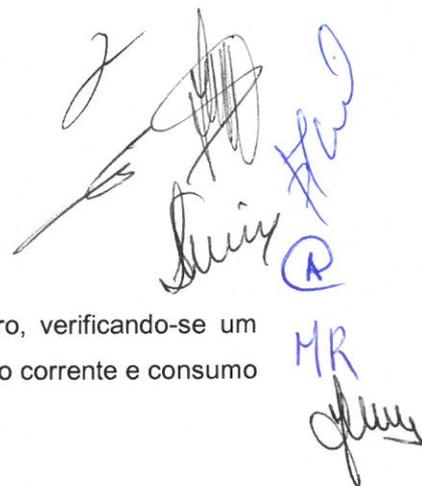
Gráfico 9



Índice	Unidades	Início de Série	Mínimo	Máximo	Ano	Trimestre												Meses														
						2016				2017				2017				2017				2017										
						IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	IV	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	2018			
Contas Nacionais - Base 2011 (a)																																
PIB																																
Consumo privado (b)	vcs/vh/%	1996.I	-4,5	2012.IV	5,0	1998.II	1,8	1,5	2,7	2,2	2,8	3,0	2,5	2,4	2,7	2,8	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0	2,9			
Consumo público	vcs/vh/%	1996.I	-6,2	2011.IV	6,5	1999.I	2,3	2,1	-	2,9	2,4	1,9	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Formação bruta de capital	vcs/vh/%	1996.I	-3,9	2011.III	7,2	1998.III	1,3	0,6	-	0,0	-0,3	-0,6	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Exportações de bens (FOB) e serviços	vcs/vh/%	1996.I	-26,3	2011.IV	16,1	1997.I	6,4	0,9	-	6,3	7,9	10,1	10,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Importações de bens (FOB) e serviços	vcs/vh/%	1996.I	-18,1	2009.I	14,1	2006.IV	6,1	4,1	-	6,0	9,7	7,9	6,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contributo da procura interna para a v.h. do PIB	p.p.	1996.I	-14,8	2008.II	16,1	1998.I	8,5	4,1	-	7,3	9,1	7,1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contributo da procura externa para a v.h. do PIB	p.p.	1996.I	-10,5	2011.IV	8,5	1998.IV	2,8	1,6	-	3,0	2,8	2,8	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Indicadores de Atividade Económica																																
Indicador de atividade económica	vh/%	Jan-96	-4,4	abr-12	5,1	mar-98	2,3	1,8	2,9	2,0	2,5	3,0	3,1	3,0	2,5	2,4	2,7	2,8	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0	2,9		
Índice de produção da indústria	vcs/vh/mm3m/%	mar-96	-16,5	fev-09	7,4	mai-01	2,1	2,3	4,0	1,6	3,6	2,4	7,1	3,1	4,0	3,1	3,6	1,3	3,1	2,4	5,7	7,2	7,1	6,2	3,9	3,1	-	-	-	-	-	
Índice de produção da construção	vcs/vh/mm3m/%	mar-01	-18,8	mar-13	7,9	dez-01	-3,1	-3,9	2,2	-1,4	2,5	1,0	2,5	2,7	0,5	2,1	2,5	1,3	0,7	1,0	1,6	2,3	2,5	2,8	2,5	2,7	-	-	-	-	-	
Índice de volume de negócios totais (c)	vh/mm3m/%	mar-01	-17,0	jun-09	18,3	out-05	-0,9	1,1	6,8	4,7	8,2	7,0	6,1	6,1	7,9	6,6	8,2	6,2	8,3	7,0	7,6	6,5	6,1	6,6	6,5	6,1	-	-	-	-	-	
Índice de volume de negócios na indústria	vh/mm3m/%	mar-96	-19,3	jun-09	21,5	fev-00	-0,5	-0,8	8,7	2,8	11,8	7,1	7,4	8,5	9,3	8,7	11,8	7,2	9,7	7,1	8,3	7,3	7,4	9,9	9,7	8,5	-	-	-	-	-	
Índice de volume de negócios nos serviços (d)	vh/mm3m/%	mar-01	-16,3	jun-09	9,0	ago-01	-1,1	1,8	6,0	5,4	6,6	7,0	5,6	5,1	7,4	5,8	6,6	5,7	7,7	7,0	7,3	6,2	5,6	5,4	5,3	5,1	-	-	-	-	-	
Derivadas nos estabelecimentos hotelários	vh/mm3m/%	mar-01	-17,0	mar-09	16,7	mar-16	6,5	9,6	7,4	12,6	5,3	12,1	4,7	7,7	12,6	10,2	5,3	11,4	10,1	12,1	6,3	5,4	4,7	5,2	6,5	7,7	-	-	-	-	-	
Indicadores Qualitativos																																
Indicador de clima económico	mm3m/%	mar-89	-3,9	dez-12	5,3	mar-89	1,0	1,2	1,9	1,2	1,6	2,1	2,2	1,9	1,2	1,4	1,6	1,8	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	1,9	1,9	
Indicador de confiança na indústria transformadora	sre/vcs/mm3m	mar-87	-30,5	fev-09	18,1	mar-87	-1,4	-0,6	2,4	1,0	1,4	2,4	1,8	3,9	1,3	1,4	1,4	2,0	2,0	2,4	1,7	1,6	1,8	2,7	3,3	3,9	3,4	-	-	-	-	-
Indicador de confiança no comércio	sre/vcs/mm3m	mar-89	-22,3	jan-12	11,0	jun-98	0,8	1,1	3,7	2,9	3,1	3,9	3,2	4,3	3,0	3,3	3,1	3,6	3,5	3,9	4,0	3,5	3,2	3,2	3,8	4,3	4,2	-	-	-	-	-
Indicador de confiança na construção e obras públicas	sre/mm3m	jun-87	-68,1	nov-12	18,9	set-97	-35,3	-31,4	-21,3	-30,2	-25,4	-22,0	-18,0	-19,8	-29,6	-27,3	-25,4	-23,7	-23,2	-22,0	-20,5	-19,2	-18,0	-18,4	-18,9	-19,8	-18,2	-	-	-	-	-
Indicador de confiança nos serviços	sre/vcs/mm3m	jun-01	-28,1	nov-12	24,7	jun-01	8,4	7,3	13,8	7,7	10,9	13,5	16,0	14,9	8,5	10,0	10,9	11,2	14,0	13,5	15,9	13,6	16,0	14,8	16,0	14,9	15,4	-	-	-	-	-
Consumos Energéticos																																
Consumo médio de energia elétrica (em sta dth)	vh/mm3m/%	mar-92	-6,6	fev-12	9,0	mar-01	0,1	0,4	1,5	0,3	0,3	1,0	2,5	2,2	-0,1	0,2	0,3	-0,1	0,0	1,0	1,1	2,4	2,5	2,6	2,3	2,2	1,9	-	-	-	-	
Consumo de gásóleo	vh/mm3m/%	mar-90	-11,3	jun-12	20,5	fev-00	3,5	0,7	-	-1,3	1,6	2,8	2,8	-	1,5	-0,4	1,6	-0,3	2,3	2,8	5,4	3,0	2,8	1,7	2,1	-	-	-	-	-	-	-

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(a) Índices encadeados em série (ano de referência = 2011) ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Contas Nacionais Anuais: 2015 - dados definitivos, 2016 - dados provisórios. Informação disponível em 22/12/2017 exceto o PIB analisado a 14/02/2018.
 (b) Despesas de consumo final das famílias residentes e das ISEL.
 (c) Inclui a indústria, serviços e comércio a retalho.
 (d) Inclui comércio a retalho e serviços.



Consumo Privado

Indicador Quantitativo

O indicador quantitativo do consumo privado desacelerou em dezembro, verificando-se um contributo positivo menos expressivo de ambas as componentes, consumo corrente e consumo duradouro.

Consumo Duradouro

O indicador de consumo duradouro registou um crescimento homólogo menos acentuado em dezembro. A informação sobre as vendas de automóveis ligeiros de passageiros, disponível até janeiro, apresentou uma taxa de crescimento homólogo de 1,4% (4,5% no mês anterior).

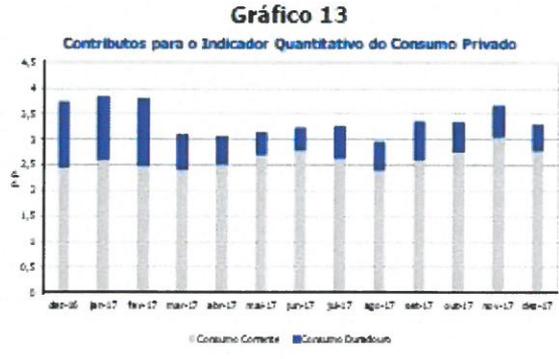
Consumo Corrente

O indicador de consumo corrente desacelerou em dezembro, em resultado do contributo positivo menos intenso da componente não alimentar e de serviços.

Indicadores Qualitativos

O indicador qualitativo do consumo, baseado nas opiniões dos empresários do comércio a retalho e já disponível para janeiro, aumentou. O indicador de confiança dos Consumidores diminuiu em janeiro, após ter estabilizado no mês anterior, refletindo os contributos negativos das perspetivas relativas à evolução da situação económica do país, da situação financeira do agregado familiar e, em menor grau, da poupança, verificando-se um contributo positivo das perspetivas relativas à evolução do desemprego. Não considerando médias móveis de três meses, o indicador aumentou em janeiro, devido sobretudo ao contributo positivo das perspetivas relativas à evolução da poupança e da situação económica do país.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Indicador de FBCF

O indicador de FBCF desacelerou em novembro e dezembro, após ter recuperado de forma ténue no mês precedente, retomando o perfil de abrandamento iniciado em junho. A evolução observada em dezembro deveu-se ao contributo positivo menos intenso das componentes de

máquinas e equipamentos e de construção e ao contributo negativo da componente de material de transporte.

Construção

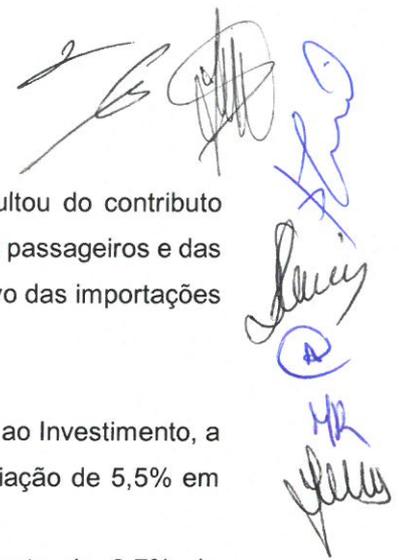
O indicador relativo ao investimento em construção desacelerou em dezembro, prolongando o movimento descendente observado desde junho. As vendas de cimento produzido em território nacional, já disponíveis para janeiro, desaceleraram, dando continuidade ao movimento observado no mês anterior. As vendas de varão para betão produzido em território nacional, também com informação disponível até janeiro, aceleraram expressivamente, interrompendo a trajetória de desaceleração registada desde setembro. Por sua vez, o licenciamento para a construção de novas habitações desacelerou significativamente entre outubro e dezembro, após ter acelerado em setembro (variações homólogas de 21,9%, 13,5%, 11,8% e 5,5% entre setembro e dezembro, respetivamente). As apreciações dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à evolução da carteira de encomendas recuperaram em janeiro, após se terem agravado no mês anterior. O saldo das opiniões relativas à atividade corrente da empresa diminuiu nos dois últimos meses, interrompendo a trajetória de recuperação registada desde junho de 2012.

Máquinas e Equipamentos

O indicador de investimento em máquinas e equipamentos desacelerou significativamente em novembro e dezembro, após ter acelerado em outubro. As expectativas dos empresários do comércio por grosso de bens de investimento relativas a encomendas a fornecedores e à atividade futura da empresa, bem como as opiniões sobre a atividade corrente agravaram-se em janeiro. Por sua vez, as apreciações sobre o volume de vendas recuperaram no mês de referência.

Material de Transporte

O indicador de investimento em material de transporte registou, em dezembro, uma taxa de variação homóloga negativa, após ter acelerado no mês anterior. As vendas de veículos comerciais ligeiros, já disponíveis para janeiro, desaceleraram no mês de referência, passando de uma taxa de 12,3% em outubro para 13,2%, 10,8% e 3,8% entre novembro e janeiro, respetivamente. Por sua vez, as vendas de veículos pesados aceleraram expressivamente em janeiro, após a desaceleração verificada no mês precedente, passando de uma taxa de variação homóloga de 12,0% em outubro, para 14,5%, 6,2% e 21,6% entre novembro e janeiro, respetivamente. É ainda de salientar que as importações de material de transporte desaceleraram nos dois últimos meses do ano, após quatro meses consecutivos de aceleração, passando de uma taxa de variação homóloga de 21,5% em outubro para 15,9% e 12,3%, em



novembro e dezembro respetivamente. No último mês, esta evolução resultou do contributo positivo menos expressivo das importações de automóveis para transporte de passageiros e das importações de partes, peças separadas e acessórios e do contributo negativo das importações de outro material de transporte.

De acordo com os resultados de outubro de 2017 do Inquérito de Conjuntura ao Investimento, a FBCF empresarial, em termos nominais, terá apresentado uma taxa de variação de 5,5% em 2017.

Para 2018, as perspetivas dos empresários apontam para um crescimento de 3,7% do investimento.

Inquérito ao Investimento

Entre 2017 e 2018 perspectiva-se um aumento da importância relativa do investimento associado à extensão da capacidade de produção, enquanto o peso relativo dos investimentos orientados para a substituição e para outras finalidades deverá diminuir e o investimento orientado para a racionalização e reestruturação manterá a sua importância relativa inalterada. Apesar da redução do seu peso relativo, o investimento de substituição salienta-se por ser o mais referido em ambos os anos. Entre os fatores limitativos ao investimento identificados como mais importantes destacou-se a deterioração das perspetivas de venda, prevendo-se, entre 2017 e 2018, um ligeiro aumento do seu peso relativo. Prevê-se também um aumento da importância relativa da insuficiência da capacidade de autofinanciamento e uma redução do peso relativo da dificuldade em obter crédito bancário.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico 14
 Indicador de FBCF

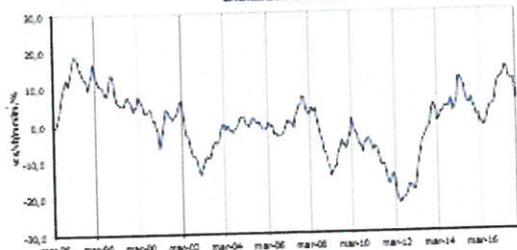


Gráfico 15

Contributos para o Indicador de FBCF

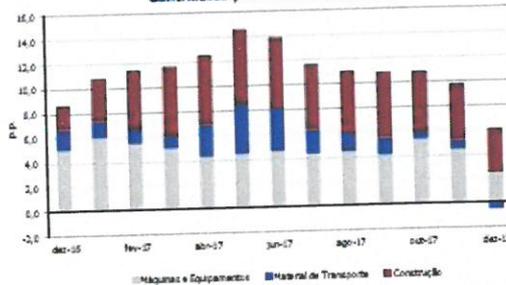


Gráfico 16

Indicador de FBCF em Máquinas e Equipamentos

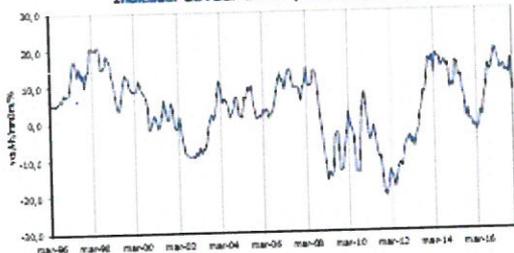


Gráfico 17

Indicador de FBCF em Construção

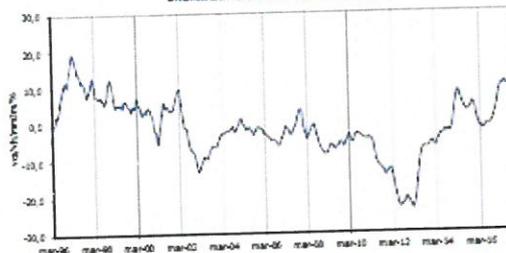
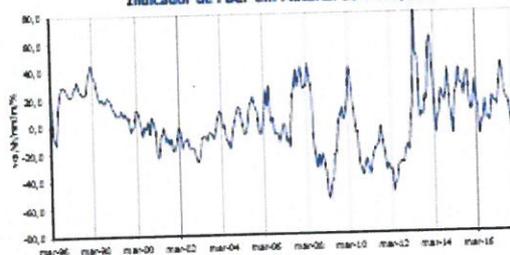


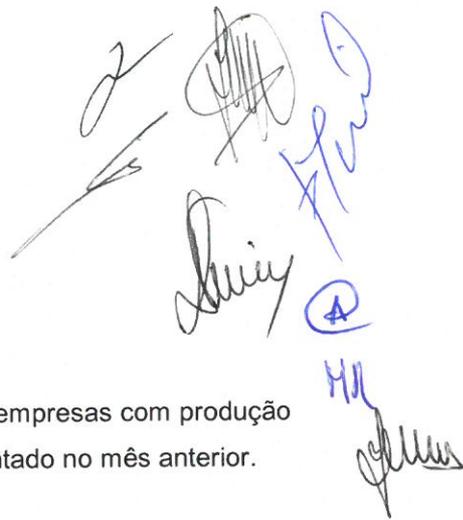
Gráfico 18

Indicador de FBCF em Material de Transporte



Unidade	Início da Série	Mínimo	Máximo	Ano		Trimestre				Mês															
				2016		2017				2018															
				Valor	Data	2015	2016	2017	I	II	III	IV	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2018
Indicadores de Síntese de Investimento																									
Indicador de FBC^(a)																									
- Construção	mar-96	-22,2	jun-12	18,7	abr-97	6,9	2,8	10,5	8,7	11,7	13,9	10,8	5,5	10,8	11,5	11,7	12,6	14,6	13,9	11,7	11,0	10,8	10,9	9,8	5,5
- Máquinas e equipamentos (a)	mar-96	-23,8	fev-13	19,4	mar-97	4,9	-0,3	8,7	3,2	9,5	10,0	9,4	6,1	5,8	8,0	9,5	9,8	10,4	10,0	9,6	9,1	9,4	8,7	8,0	6,1
- Material de transporte	mar-96	-20,7	dez-11	23,0	jul-98	6,8	7,1	12,5	16,7	16,3	14,4	12,2	7,7	19,3	17,7	16,3	13,3	14,0	14,4	12,7	13,2	12,2	16,3	12,6	7,7
- Outros	mar-96	-55,3	abr-09	80,8	abr-13	21,8	8,4	13,5	18,0	10,7	35,5	14,4	-5,0	14,5	12,9	10,7	27,3	41,7	35,5	20,4	15,3	14,4	5,8	7,3	-5,0
Indicadores de Investimento																									
Vendas de cimento (mercado interno)	mar-91	-37,5	mar-13	26,4	jan-00	7,3	-4,4	14,0	0,0	20,6	12,9	11,6	11,4	10,9	13,6	20,6	12,7	17,8	12,9	15,6	11,5	11,6	13,0	14,1	11,4
Vendas de varão para betão (mercado interno)	mar-95	-44,2	mar-13	66,3	jan-00	6,0	4,4	22,0	14,8	26,0	17,8	46,6	1,9	22,5	26,9	26,0	2,7	8,3	17,8	53,4	60,8	46,6	19,8	8,0	1,9
Importações de máquinas (valor)	mar-03	-26,3	out-09	20,1	mar-17	5,3	7,9	13,4	13,2	20,1	18,0	12,3	5,6	20,0	18,0	20,1	14,6	18,4	18,0	19,0	16,6	12,3	15,4	12,0	5,6
Índice de produção industrial de bens de investimento	mar-96	-34,7	abr-09	24,4	abr-96	1,7	-0,3	5,1	-1,1	1,3	0,3	10,3	8,5	2,3	1,4	1,3	-1,9	1,1	0,3	2,7	8,1	10,3	13,6	9,2	8,5
Vendas de veículos comerciais ligeiros (provisório) (d)	mar-91	-66,1	abr-12	75,0	abr-14	17,3	13,0	10,6	7,3	6,8	17,3	7,1	10,8	16,5	21,0	6,8	6,3	7,0	17,3	12,1	12,8	7,1	12,3	12,2	10,8
Vendas de veículos pesados (provisório) (d)	mar-91	-59,0	abr-12	101,6	fev-14	28,8	24,4	10,1	19,4	-3,7	3,6	40,7	6,2	2,4	7,4	-3,7	1,2	9,0	3,6	18,4	39,8	40,7	12,0	14,5	6,2
Indicadores para o Mercado de Habitação																									
Crédito a particulares para compra de habitação	dez-98	-4,5	out-16	37,6	jun-99	-3,6	-3,7	-2,5	-4,0	-1,1	-2,8	-2,5	-1,5	-3,2	-3,1	-3,0	-2,9	-2,8	-2,8	-2,8	-2,7	-2,5	-2,4	-1,6	-1,4
Licenças para a construção de habitações novas	mar-94	-8,2	mar-13	40,3	mar-17	14,4	20,7	19,8	26,0	40,3	15,0	21,9	5,5	34,1	33,2	40,3	21,4	23,1	15,0	22,1	16,9	21,9	13,5	11,8	5,5
Índice de preços da habitação	2010.I	-8,3	2012.II	10,4	2017.III	3,1	7,1	-	7,6	7,9	8,0	10,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas de alojamentos (número)	2010.I	-28,3	2011.III	38,3	2015.I	27,4	18,5	-	15,1	19,4	16,1	23,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Alojamentos existentes	2010.I	-28,3	2011.III	46,7	2015.I	33,6	22,8	-	20,0	21,2	18,3	24,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Alojamentos novos	2010.I	-40,6	2011.II	34,9	2010.I	7,5	0,9	-	-5,3	2,9	5,5	14,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas de alojamentos (valor)	2010.I	-39,5	2011.III	44,1	2015.I	30,8	18,7	-	15,8	25,9	23,3	34,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Alojamentos existentes	2010.I	-37,2	2011.III	59,8	2015.I	43,1	27,6	-	25,5	32,6	28,6	38,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Alojamentos novos	2010.I	-43,9	2012.I	54,3	2013.IV	7,2	-3,9	-	-9,8	6,4	6,0	18,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indicadores Qualitativos																									
Carteira de encerradas na const. e obras públicas	abr-91	-79,8	dez-12	15,9	jan-00	-48,8	-43,6	-32,9	-39,6	-36,4	-34,8	-29,9	-30,3	-39,1	-37,6	-36,4	-35,5	-35,7	-34,8	-33,7	-31,8	-29,9	-29,5	-30,3	-29,0
Apreciação da atividade na const. e obras públicas	jun-97	-68,5	mai-12	20,9	jan-00	-27,2	-19,5	-9,2	-14,4	-12,3	-12,0	-7,5	-4,9	-13,7	-12,1	-12,3	-14,1	-13,5	-12,0	-9,1	-9,0	-7,5	-6,4	-4,1	-4,9
Vol. de vendas no com. por grosso (bens de inv.)	ago-94	-57,3	nov-11	36,9	mai-97	-2,1	-7,1	7,7	-6,6	7,0	11,4	9,7	2,8	2,3	3,6	7,0	5,7	6,5	11,4	16,9	16,7	9,7	2,0	1,8	6,8
Contas Nacionais - Base 2011 (b)																									
FBC^(a)																									
- Construção	1996.I	-19,9	2013.IV	17,8	1997.I	5,8	1,6	-	6,1	10,0	11,1	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outras máquinas e equipamentos (c)	1996.I	-22,9	2013.IV	19,4	1997.I	4,9	-0,3	-	3,2	9,5	10,0	9,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equipamento de transporte	1996.I	-40,3	2009.I	35,5	2010.IV	7,5	4,3	-	11,7	16,3	14,3	15,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Produtos de propriedade intelectual (incluindo I&D)	1996.I	-49,3	2009.I	56,6	2013.IV	21,8	8,4	-	18,0	10,7	35,5	14,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros bens de investimento	1996.I	-4,2	2012.III	19,0	2008.II	-0,2	0,1	-	1,4	2,8	-1,5	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Exclui sistemas de arrendamento.
(b) Dados encadeados em volume (ano de referência = 2011). Valores corrigidos de sazonalidade e efeitos de calendário. Contas Nacionais (volumes). 2015 - dados definitivos, 2016 - dados provisórios. Informação disponível em 22/12/2017.
(c) Inclui sistemas de arrendamento.
(d) Resultados para Janeiro de 2018 condicionados devido a problema na criação de mercadorias.



Procura Externa

Indicadores Qualitativos

O saldo das apreciações relativas à procura externa, considerando as empresas com produção orientada para o mercado externo, diminuiu em janeiro, após ter aumentado no mês anterior.

As exportações nominais de bens aumentaram, em termos homólogos, 10,0% e 8,3% em novembro e dezembro, respetivamente.

Exportações de Bens

Em dezembro, o abrandamento das exportações de bens resultou do menor contributo positivo das exportações de bens intermédios e de bens de investimento. No conjunto do ano 2017, as exportações aceleraram, passando de um crescimento de 0,8% em 2016 para 10,1%.

Excetuando os combustíveis, as exportações de bens passaram de uma variação homóloga de 10,2% em novembro para 8,9% em dezembro. No conjunto do ano 2017, as exportações de bens, excetuando os combustíveis, cresceram 9,1% (mais 6,8 p.p. que em 2016).

As exportações nominais de bens com destino à AE apresentaram um crescimento homólogo de 11,5% em dezembro (11,9% em novembro). Por sua vez, as exportações nominais de bens extracomunitárias passaram de uma taxa de variação homóloga de 5,7% em novembro para 1,5% em dezembro.

As importações nominais de bens registaram uma variação homóloga de 10,0% em dezembro (13,3% em novembro).

Importação de Bens

A desaceleração das importações de bens em dezembro resultou sobretudo do contributo positivo menos expressivo da importação de combustíveis e de bens de investimento. Em 2017, as importações aceleraram, passando de um crescimento de 1,5% em 2016 para 12,5%.

Excetuando os combustíveis, as importações de bens passaram de um crescimento homólogo 11,6% em novembro para 9,4% em dezembro. No conjunto do ano 2017, as importações de bens, excetuando os combustíveis, cresceram 10,7% (mais 5,6 p.p. que em 2016).

[Handwritten signatures and initials]
A
MR
[Signature]

As importações nominais de bens com origem na AE registaram uma variação homóloga de 9,8% em dezembro (11,6% em novembro). As importações extracomunitárias aumentaram, em termos homólogos, 13,3% em dezembro, menos 8,3 p.p. face ao mês precedente.

Gráfico 19

Comércio Internacional de Bens, em valor

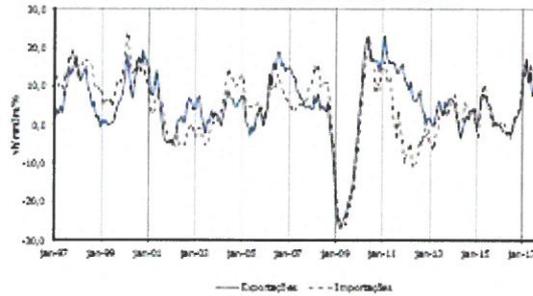


Gráfico 20

Indicadores de Procura Externa

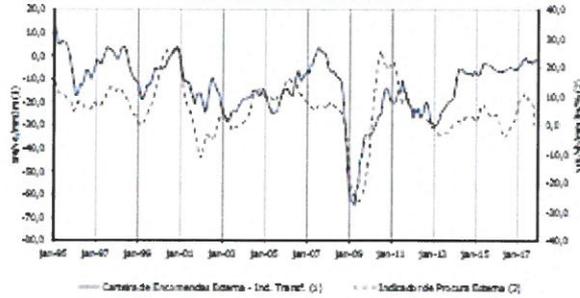


Gráfico 21

Importações de Bens, em valor

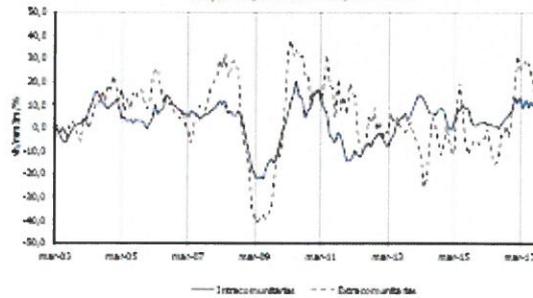
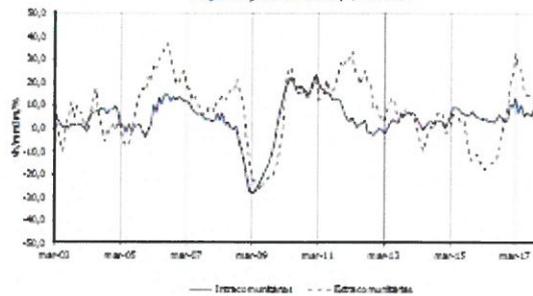


Gráfico 22

Exportações de Bens, em valor



Unidade	Início de Série	Mês/ano	Máximo	Ano	Trimestre												Mês																						
					2015				2016				2017				2017				2017				2018														
					Valor	Data	Valor	Data	IV	I	II	III	IV	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez		
Comércio Internacional de Bens (valor)																																							
Exportações - Total					3,3	0,8	10,1	23,3	out-04	4,9	17,3	7,7	7,6	8,3	12,5	12,9	17,3	11,1	13,6	7,7	8,9	7,8	7,6	10,5	10,0	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- AE - dos quais:					5,8	3,8	8,7	23,4	mar-09	3,3	13,5	4,8	5,5	11,5	10,2	8,9	13,5	6,9	10,3	4,8	6,7	5,2	5,5	9,5	11,9	11,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alemanha					4,7	-0,8	7,0	37,5	fev-11	1,9	11,3	-1,9	10,1	9,4	12,1	8,3	11,3	2,8	5,9	-1,9	1,0	5,0	10,1	13,7	13,0	9,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha					9,1	5,1	7,2	25,4	mar-10	4,8	15,3	3,3	3,1	8,8	11,6	11,8	15,3	7,5	7,1	3,3	3,7	3,0	2,1	7,9	8,6	8,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Extracomunitárias					3,2	-8,2	14,8	36,4	ago-06	8,5	32,2	15,8	14,3	1,5	19,6	24,1	32,2	26,5	24,9	15,8	14,6	14,1	14,3	13,1	5,7	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importações - Total					2,2	1,5	12,5	25,5	fev-04	6,9	15,9	13,0	11,5	10,0	15,0	15,2	15,9	12,2	16,0	13,0	13,8	10,9	11,5	14,2	13,3	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- AE - dos quais:					4,5	3,0	10,9	16,5	jun-10	6,9	13,5	9,8	10,7	9,8	12,6	10,4	13,5	8,8	12,5	9,8	12,2	10,2	10,7	12,9	11,6	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alemanha					6,0	6,7	14,9	10,7	fev-11	10,7	20,1	10,9	14,8	14,4	22,0	18,4	20,1	13,2	15,4	10,9	13,5	14,5	14,8	19,8	15,6	14,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha					3,7	1,2	9,3	18,6	jun-04	3,6	11,6	9,1	7,6	9,0	8,3	6,3	11,6	7,4	11,3	9,1	10,5	7,5	7,6	8,9	9,5	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Extracomunitárias					-4,9	-3,9	20,3	6,1	abr-10	80,3	83,6	78,6	78,5	79,0	79,9	79,7	83,6	82,0	79,8	78,6	80,2	79,5	78,5	77,0	80,4	79,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de cobertura					80,3	81,7	79,9	56,6	dez-09	71,9	79,9	80,3	81,7	79,9	79,9	79,7	83,6	82,0	79,8	78,6	80,2	79,5	78,5	77,0	80,4	79,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indicador de procura externa					4,3	-0,5	-	26,6	jul-09	3,5	9,6	9,4	7,9	-	6,2	8,3	9,6	9,5	10,9	9,4	9,6	7,7	7,9	7,3	6,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indicadores Qualitativos																																							
Carteira de encomendas externa - Indústria transit.					15,4	jan-95	15,4	jan-95	-5,4	-6,1	-3,2	-5,9	-3,4	-0,7	-3,2	-1,5	-5,3	-4,3	-3,4	-2,0	-1,4	-0,7	-2,6	-2,5	-3,2	-1,9	-2,3	-1,5	-2,0	-	-	-	-	-	-	-	-		
Respostas de encomendas externas - Ind. transit.					48,5	abr-09	48,5	abr-09	9,0	6,2	8,9	7,0	7,0	10,7	5,4	9,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contas Nacionais - Base 2011 (e)																																							
Exportações de Bens (FOB) e Serviços (volume) (b)					1996.1	18,1	2009.1	14,1	2006.IV	6,1	4,1	-	6,0	9,7	7,9	6,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Bens (FOB)					1996.1	21,8	2009.1	17,3	1996.II	6,6	4,3	-	5,8	9,1	5,9	5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Serviços					1996.1	-10,7	1996.III	20,5	2006.III	4,7	3,4	-	6,6	11,2	13,9	9,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Importações de Bens (FOB) e Serviços (volume) (b)					1996.1	14,8	2009.1	16,1	1998.1	8,5	4,1	-	7,3	9,1	7,1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Bens (FOB)					1996.1	16,2	2009.1	15,5	1998.II	8,8	4,5	-	7,5	8,6	7,2	8,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Serviços					1996.1	-10,5	2012.III	23,8	1998.1	6,4	1,6	-	6,2	12,4	6,3	7,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Exportações de Bens (FOB) e Serviços (valor)					1996.1	21,2	2009.1	18,2	2006.IV	4,7	1,8	-	5,9	13,2	12,5	10,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Bens (FOB)					1996.1	25,4	2009.1	17,8	2006.IV	3,8	0,7	-	5,4	13,4	10,4	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Serviços					1996.1	-11,2	2009.1	23,1	2006.1	7,2	4,7	-	7,3	12,6	17,9	12,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Importações de Bens (FOB) e Serviços (valor)					1996.1	24,4	2009.1	19,9	2010.II	3,7	0,9	-	7,7	15,3	12,1	11,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Bens (FOB)					1996.1	26,8	2009.1	22,1	2010.II	3,1	0,6	-	7,7	15,3	12,6	12,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
- Serviços					1996.1	-10,8	1999.1	33,2	1998.1	7,1	2,4	-	7,8	15,2	9,2	10,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Deflator das Exportações de Bens (FOB)					1996.1	-6,6	2009.1	8,2	2011.1	-2,6	-3,5	-	-0,5	3,9	4,3	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Deflator das Importações de Bens (FOB)					1996.1	-12,8	2009.1	11,1	2011.1	-5,2	-3,7	-	0,2	6,2	5,0	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Saldo Externo de Bens e Serviços % do PIB (valor)					1995.1	-11,6	1999.IV	1,3	2016.1	0,6	0,9	-	0,5	0,7	0,9	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

(a) Conta Nacional Anual (ano de referência 2011=100). Valores corrigidos de sazonalidade e efeitos de calendário; 2015 - dados definitivos; 2016 - dados provisórios. Informação disponível em 27/12/2017. As Exportações incluem consumo final de famílias não residentes, no território económico, e as Importações incluem consumo final de famílias residentes, fora do território económico.

(b) Dados arredondados em volume (ano de referência = 2011).

Mercado de Trabalho

Inquérito ao Emprego

De acordo com o Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego média anual situou-se em 8,9% em 2017, diminuindo 2,2 p.p. em relação a 2016, com o número de desempregados a registar uma diminuição de 19,2% (variação de -11,4% no ano anterior). A proporção de desempregados há 12 ou mais meses no total da população desempregada diminuiu em 2017, passando de 62,1% em 2016 para 57,5%. O emprego registou um crescimento de 3,3% em 2017 (1,2% em 2016) e a população ativa aumentou 0,8% (variação de -0,3% no ano anterior).

No 4º trimestre de 2017, a taxa de desemprego foi 8,1%, 0,4 p.p. abaixo do valor verificado no trimestre anterior (10,5% em igual período de 2016). O número de desempregados registou uma diminuição homóloga de 22,3% (variação de -19,2% no 3º trimestre). O emprego apresentou um crescimento homólogo de 3,5% (3,0% no 3º trimestre), destacando-se a aceleração dos ramos da Indústria e Energia e da Construção para 6,5% e 4,6%, respetivamente (4,5 % e 3,7% no 3º trimestre, pela mesma ordem) e o contributo menos negativo do ramo da Agricultura, Silvicultura e Pescas, com uma diminuição homóloga de 8,8% (taxa de -10,9% no trimestre anterior). A população ativa cresceu 0,8% no 4º trimestre, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior.

Indicadores de Síntese

Em dezembro, o indicador de emprego dos ICP apresentou uma variação homóloga de 3,8%, taxa superior em 0,1 p.p. à observada no mês anterior, atingindo um novo máximo da série.

O indicador qualitativo baseado nas expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego diminuiu em dezembro e janeiro, após ter atingido em novembro o valor máximo da série.

Serviços

O indicador de emprego nos serviços (incluindo o comércio a retalho) registou um crescimento homólogo de 4,0% (3,9% em novembro), o valor mais elevado desde maio de 2001.

As expectativas de emprego nos serviços interromperam em janeiro a recuperação observada desde julho, depois de terem alcançado o valor máximo da série no mês anterior. O saldo das perspetivas de emprego no comércio manteve em janeiro o movimento descendente iniciado em agosto.

Indústria

O indicador de emprego na indústria registou um novo máximo da série em dezembro, com um crescimento homólogo de 3,9% (3,7% em novembro), mantendo o perfil de aceleração observado desde outubro de 2016.

O saldo das perspectivas de emprego na indústria transformadora diminuiu em janeiro, pelo terceiro mês consecutivo.

Construção e Obras Públicas

Em novembro e dezembro, o indicador de emprego da construção e obras públicas apresentou uma variação homóloga de 2,4%, 0,1 p.p. abaixo do valor registado em outubro.

As expectativas de emprego na construção recuperaram em janeiro, depois de se terem agravado nos três meses anteriores.

Consumidores

O sre das expectativas relativas à evolução do desemprego apresentou um ligeiro aumento em janeiro.

Centros de Emprego – IEFP

Em dezembro, as ofertas de emprego registadas ao longo do mês nos centros de emprego apresentaram, pelo terceiro mês consecutivo, um crescimento muito significativo em termos homólogos, com uma variação de 27,5% (26,6% no mês anterior).

O desemprego registado ao longo do mês passou de uma diminuição homóloga de 8,5% em novembro, para uma diminuição de 10,3% em dezembro.

Remunerações Médias

Segundo o MTSSS, o crescimento homólogo das remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social estabilizou em 2,5% em dezembro (2,2% em dezembro de 2016). No conjunto do ano 2017, as remunerações médias aumentaram 1,8% (1,5% em 2016).

Índice de Custo do Trabalho

Em 2017, o índice de custo do trabalho (por hora efetivamente trabalhada) aumentou 2,5% (1,4% em 2016), tendo as componentes custos salariais e outros custos registado taxas de 2,4% e 2,7%, respetivamente. No 4º trimestre de 2017, o índice de custo do trabalho total ajustado de dias úteis aumentou 4,7% em termos homólogos (diminuição de 0,9% no 3º trimestre).

2

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico 23

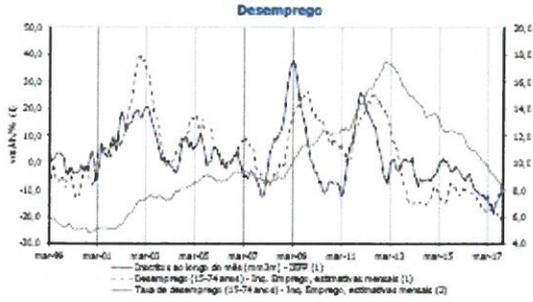


Gráfico 24

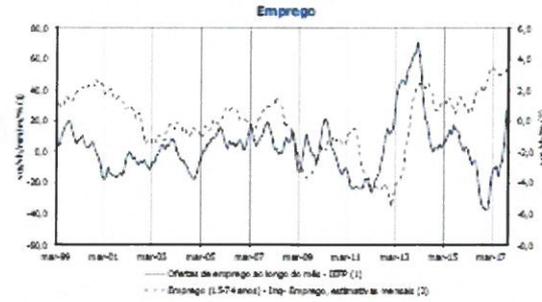


Gráfico 25

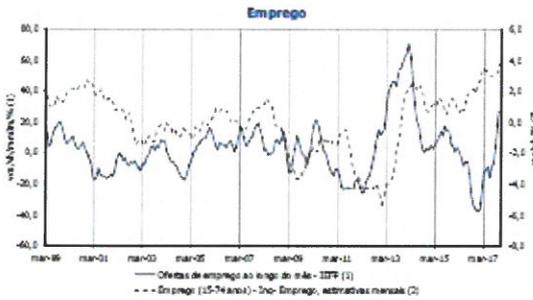
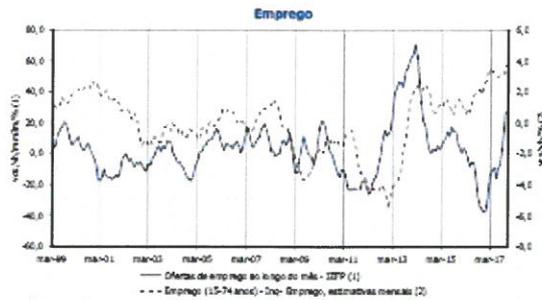


Gráfico 26



* Índice de emprego – ICP inclui o comércio a retalho

Gráfico 27

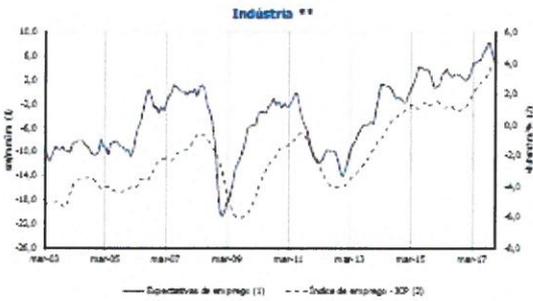
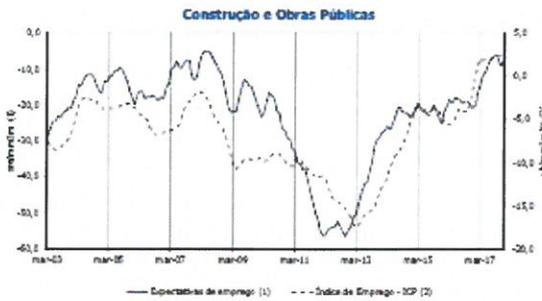


Gráfico 28



** Expectativas de emprego referem-se à indústria transformadora

Unidade	Início da Série	Mínimo Valor	Máximo Valor	Data	Ano	Trimestre				Mês																	
						2017			IV	2016			2017			2017			2017			2018					
						I	II	III		2016	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2018	2018	2018					
Inquérito ao Emprego (a)																											
Taxa de desemprego	%	-2,0	17,5	2013.I	12,4	11,1	8,9	10,5	10,1	8,8	8,5	8,1	-	-	-	-	-	-	-	-							
Número de desempregados	vl/%	-22,3	2017.IV	49,3	2002.IV	-11,0	-11,4	-19,2	-14,3	-18,2	-17,5	-19,2	-22,3	-	-	-	-	-	-	-							
Emprego total	vl/%	-5,0	2013.I	3,5	2017.IV	1,1	1,2	3,3	1,8	3,2	3,4	3,0	3,5	-	-	-	-	-	-	-							
Emprego por conta de outrem	vl/%	-5,3	2012.IV	6,0	2014.III	2,8	2,1	4,3	2,7	3,8	4,1	4,6	4,5	-	-	-	-	-	-	-							
População ativa	vl/%	-2,3	2013.III	2,3	2000.IV	-0,5	-0,1	0,8	-0,2	0,6	1,2	0,7	0,8	-	-	-	-	-	-	-							
Inquérito ao Emprego - estimativas mensais (b)																											
Taxa de desemprego (15-74 anos)	vl/%	4,8	nov-00	17,5	jan-13	12,6	11,2	9,0	10,5	9,9	9,2	8,7	8,1	10,1	9,9	9,8	9,5	9,2	9,1	8,9	8,7	8,5	8,4	8,1	7,8		
Número de desempregados (15-74 anos)	vl/vlcv/%	-22,9	dez-17	40,6	dez-02	-11,0	-11,4	-19,3	-14,3	-18,3	-17,4	-19,2	-22,4	-15,9	-18,3	-17,8	-17,2	-17,4	-17,2	-17,9	-19,2	-21,1	-20,2	-21,4	-22,9		
Emprego total (15-74 anos)	vl/vlcv/%	-5,5	jan-13	3,7	dez-17	1,2	1,4	3,3	1,9	3,3	3,3	3,0	3,6	2,7	3,3	3,5	3,4	3,3	3,0	3,0	3,0	3,3	3,2	3,6	3,7		
Índice de Emprego - IEP																											
Total	vl/vlmm3m/%	-7,8	jan-13	3,8	dez-17	0,7	1,1	3,3	1,9	2,9	3,2	3,3	3,8	2,4	2,7	2,9	3,1	3,2	3,2	3,1	3,2	3,1	3,2	3,3	3,5	3,7	3,8
- Indústria	vl/vlmm3m/%	-6,1	ago-09	3,9	dez-17	1,3	1,1	3,0	1,1	2,0	2,7	3,2	3,9	1,3	1,6	2,0	2,3	2,5	2,7	2,8	3,0	3,2	3,4	3,7	3,9	-	
- Construção e obras públicas	vl/vlmm3m/%	-17,5	mar-13	5,6	jan-02	-4,1	-4,0	2,1	-1,9	2,0	1,8	2,3	2,4	0,1	1,1	2,0	1,8	1,8	1,8	1,9	2,2	2,3	2,5	2,4	2,4	-	
- Serviços (inclui comércio a retalho)	vl/vlmm3m/%	-6,3	dez-12	4,3	mar-01	1,4	2,0	3,7	2,9	3,5	3,6	3,4	4,0	3,2	3,4	3,5	3,7	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,6	3,9	4,0	-	
Centros de Emprego - CEP																											
Desempregados inscritos ao longo do mês	vl/vlmm3m/%	-20,2	mar-90	44,6	jun-93	-1,6	-8,0	-13,2	-11,9	-11,8	-19,1	-11,3	-10,3	-12,1	-13,8	-11,8	-15,6	-15,2	-19,1	-14,4	-14,5	-11,3	-11,9	-8,5	-10,3		
Cópias de emprego ao longo de mês	vl/vlmm3m/%	-38,0	dez-16	71,2	fev-14	9,1	-17,1	-2,7	-38,0	-13,7	-16,0	4,0	27,5	-36,9	-26,8	-13,7	-11,0	-9,2	-16,0	-9,1	-6,4	4,0	23,2	26,6	27,5		
Indicadores Qualitativos																											
Criação de emprego - Total	sr/vlmm3m	-22,0	nov-12	6,2	nov-17	-0,2	0,3	4,2	0,8	2,6	3,1	5,4	5,8	1,4	2,1	2,6	2,8	2,8	3,1	4,2	4,8	5,4	5,9	6,2	5,8	5,2	
Criação de emprego - Indústria transformadora	sr/vlmm3m	-20,9	jan-09	8,1	out-17	2,2	2,6	5,9	1,8	4,6	5,3	8,1	5,8	2,3	2,6	4,6	4,9	5,2	5,3	5,4	7,0	8,1	8,1	7,2	5,8	4,7	
Criação de emprego - Construção e obras públicas	sr/vlmm3m	-56,7	nov-12	25,9	ago-97	-21,9	-19,2	-9,7	-20,8	-14,4	-9,1	-6,2	-9,3	-20,1	-17,0	-14,4	-12,0	-10,8	-9,1	-7,3	-6,6	-6,2	-7,4	-8,2	-9,3	-7,5	
Criação de emprego - Comércio	sr/vlmm3m	-27,2	nov-12	18,9	set-97	0,6	1,7	3,4	1,6	2,9	5,1	3,7	1,7	2,5	2,5	2,9	3,4	4,1	5,1	5,1	5,5	3,7	2,5	2,2	1,7	1,6	
Criação de emprego - Serviços	sr/vlmm3m	-25,2	jun-03	12,1	dez-17	3,0	2,7	7,0	4,9	5,2	3,5	7,5	12,1	5,2	6,0	5,2	4,6	3,8	3,5	4,3	5,6	7,5	9,8	11,6	12,1	11,0	
Evolução do desemprego - Consumidores	sr/vlmm3m	-18,6	jul-17	79,7	mar-09	9,9	5,3	-13,2	0,2	-8,5	-17,2	-13,7	-13,3	-3,3	-6,1	-8,5	-11,5	-14,5	-17,2	-18,6	-16,9	-13,7	-12,5	-12,5	-13,3	-12,8	
Remunerações																											
Remuneração média mensal declarada por trabalhador	vl/vlmm3m/%	-1,8	fev-14	4,8	dez-02	0,6	1,5	1,8	2,2	3,2	1,8	1,5	2,5	2,0	1,6	1,2	1,3	1,5	1,8	2,0	1,9	1,5	1,5	2,5	2,5		
Costas Nacionais - Base 2011 (c)																											
Remunerações pagas - Total da economia	vl/%	-7,7	2012.IV	8,3	2000.IV	2,8	4,2	-	4,2	4,3	4,4	4,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Costo do trabalho por unidade produzida (nominal)	vl/%	-3,2	2012.IV	5,3	2001.II	0,0	2,2	-	2,2	2,1	2,1	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(a) A partir do 1º trimestre de 2011 houve uma alteração do inquérito ao Emprego (a de 1998 a 2010 e a de 2011 em diante) foram previamente unidas através de uma metodologia ad hoc, sendo que os dados mensais e trimestrais anteriores a 2011 não são comparáveis.

(b) Para efeito de construção de série longas mensais, as suas últimas séries do inquérito ao Emprego (a de 1998 a 2010 e a de 2011 em diante) foram previamente unidas através de uma metodologia ad hoc, sendo que os dados mensais e trimestrais anteriores a 2011 não são comparáveis.

(c) Contos Nacionais Anuais: 2015 - dados definitivos; 2016 - dados provisórios. Informação disponível em 22/12/2017.

[Handwritten signatures and initials]

Preços

IPC

A variação homóloga do IPC foi 1,0% em janeiro, taxa inferior em 0,5 p.p. à registada no mês anterior. Nas classes com contribuições positivas para a variação homóloga do IPC salientam-se as de "Transportes" e de "Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas", com variações homólogas de 3,2% e 1,4%, respetivamente (3,8% e 2,3% em dezembro). A classe com a contribuição negativa mais relevante foi a de "Vestuário e Calçado", com uma variação homóloga de -4,7% (-3,4% no mês anterior).

O IPC apresentou, em janeiro, uma taxa de variação média dos últimos doze meses de 1,3%, inferior em 0,1 p.p. à registada em dezembro.

IPC de Bens e Serviços

No mês de referência, o índice da componente de bens do IPC registou uma variação homóloga de 0,3% (1,0% em dezembro). Por sua vez, o crescimento homólogo do índice da componente de serviços estabilizou em janeiro em 2,1% (1,9% em novembro).

A taxa de variação média nos últimos doze meses da componente de bens do IPC situou-se em 0,8% em janeiro (0,9% no mês anterior). No caso da componente de serviços, registou-se uma taxa de 2,2%, mais 0,1 p.p. que em dezembro.

Indicador de Inflação Subjacente

O indicador de inflação subjacente (IPC total excluindo bens energéticos e alimentares não transformados) apresentou em janeiro a taxa de 0,9% em termos homólogos (1,2% em dezembro).

A taxa de variação média nos últimos doze meses estabilizou em 1,1% em janeiro, mais 0,1 p.p. que em outubro e novembro.

IHPC

A taxa de variação homóloga do IHPC, cuja estrutura de ponderação difere da do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, diminuiu para 1,1% em janeiro (1,6% em dezembro). O diferencial entre as taxas de variação homóloga do IHPC de Portugal e do IHPC estimado pelo Eurostat para a AE situou-se em -0,2 p.p. (0,2 p.p. no mês anterior).

Por sua vez, a taxa de variação média nos últimos doze meses deste índice fixou-se em 1,5% em janeiro (1,6% no mês precedente). Esta taxa foi idêntica à estimada para a AE, após ter sido superior em 0,1 p.p. no mês anterior.

Indicadores Qualitativos

O saldo das opiniões dos consumidores sobre a evolução passada dos preços aumentou nos últimos quatro meses, de forma significativa em janeiro, após ter diminuído entre maio e setembro. As perspetivas de evolução futura dos preços aumentaram nos últimos seis meses, de forma mais intensa em dezembro e janeiro, atingindo o valor mais elevado desde outubro de 2013.

O saldo das expectativas de evolução dos preços praticados pelas empresas aumentou em janeiro na construção e obras públicas e no comércio, e diminuiu na indústria transformadora e nos serviços.

IPPI

O índice de preços na produção da indústria transformadora registou em janeiro uma taxa de variação homóloga de 2,1% (2,2% nos dois meses anteriores).

Excluindo a componente energética, este índice apresentou uma variação homóloga de 1,6% em dezembro e janeiro, superior em 0,1 p.p. à variação observada em novembro.

Índice Cambial Efetivo

O índice cambial efetivo nominal para Portugal apresentou uma variação em cadeia de 0,1% em dezembro (-0,1% em outubro e novembro). Em termos homólogos, este índice passou de uma variação de 1,1% em novembro para 1,5%.

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and initials 'MR' at the bottom right.

Gráfico 29
Índice de Preços no Consumidor

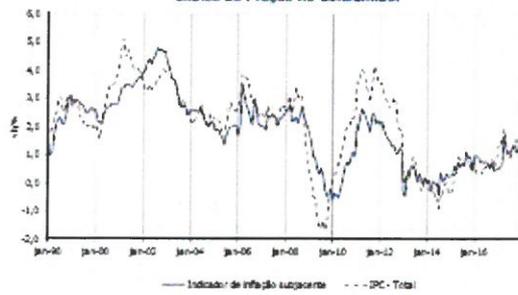


Gráfico 30
IPC de Bens e de Serviços

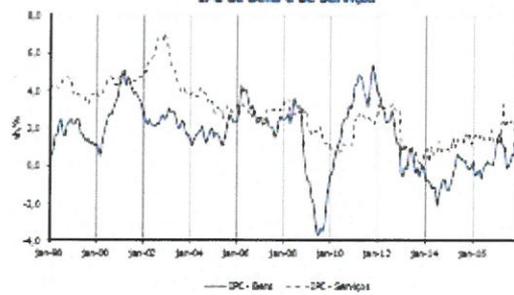
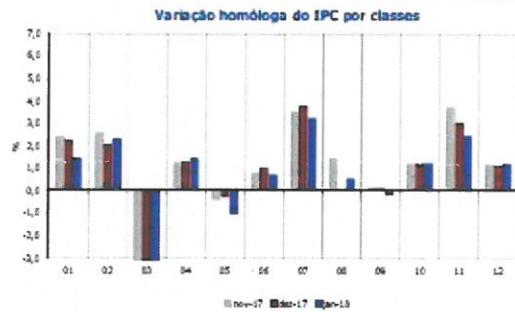


Gráfico 31



Classes

- 01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 - Bebidas alcoólicas e tabaco
- 03 - Vestuário e calçado
- 04 - Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis
- 05 - Acessórios, equipamento do doméstico e manutenção corrente da habitação
- 06 - Saúde
- 07 - Transportes
- 08 - Comunicações
- 09 - Lazer, recreação e cultura
- 10 - Educação
- 11 - Restaurantes e hotéis
- 12 - Bens e serviços diversos

Gráfico 32



Gráfico 33



Gráfico 34

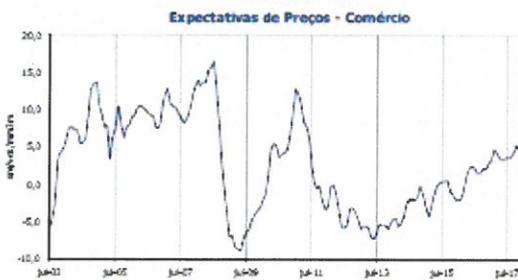


Gráfico 35



Unidade	Início da Série	Máximo Valor	Mínimo Valor	Máximo Data	Mínimo Data	Trimestre				Mês																																
						2016			2017			2016																														
						IV	I	II	III	IV	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez																			
Preços no consumidor																																										
Índice de preços no consumidor (IPC)																																										
- Bens	jan-49	36,7	mar-77	0,5	0,6	1,4	0,8	1,4	1,1	1,5	1,3	1,6	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	1,5	1,5	1,0																			
- Serviços	jan-49	-3,7	set-54	-3,7	set-54	38,2	mar-77	-0,1	0,0	0,9	0,3	1,5	0,7	0,3	1,0	1,4	1,7	1,5	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	1,3	1,0	0,3														
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)	jan-49	-4,4	set-54	30,5	mar-74	1,3	1,5	2,1	1,5	2,1	1,3	1,4	1,2	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	1,9	2,1	2,1	2,1	2,1															
Indicador de inflação subiacente	jan-49	-1,8	set-09	5,1	mar-01	0,5	0,6	1,6	0,8	1,4	1,7	1,6	1,4	2,4	1,7	1,0	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	1,8	1,6	1,6	1,1	1,1	1,1															
Indicador de inflação subiacente	jan-49	-4,3	out-54	31,1	mar-84	0,7	0,7	1,1	0,6	0,6	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	0,5	0,6	0,6	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2	0,9													
Preços na Produção Industrial Transformadora																																										
Índice total	mar-11	-4,8	mar-16	7,0	jun-11	-2,6	-2,7	2,5	-0,2	3,3	2,9	1,8	2,2	1,1	2,4	3,3	3,8	3,6	2,9	2,1	1,7	1,8	2,0	2,2	2,2	2,2	2,1															
Índice excluído bens alimentares e energia	mar-11	-1,3	set-14	4,9	mar-11	1,9	-0,5	1,1	-0,3	0,7	1,0	1,0	1,6	-0,2	0,2	0,7	1,2	1,2	1,0	0,9	0,8	1,0	1,2	1,5	1,6	1,6	1,7															
Indicadores Qualitativos - Expectativas de Preços																																										
Consumidores	nov-97	-5,0	jun-09	58,3	out-11	-0,6	4,9	7,1	4,9	8,4	2,2	4,8	13,1	5,9	7,5	8,4	5,2	2,9	2,2	1,8	3,5	4,8	6,7	8,6	13,1	18,5																
Indústria transformadora	mar-87	-23,0	jan-06	27,5	nov-90	-1,6	-0,4	1,4	2,9	3,2	2,8	2,2	5,4	3,4	3,2	3,2	3,6	2,8	1,6	0,6	2,2	3,7	5,7	9,4	5,0																	
Construção e obras públicas	jun-97	-40,8	jan-13	6,7	jan-01	-14,8	-11,5	-6,7	-10,4	-8,4	-8,7	-6,2	-3,7	-10,0	-9,3	-8,4	-7,7	-8,0	-8,7	-8,7	-7,9	-6,2	-4,4	-3,8	-3,7	-3,1																
Comércio	jul-03	-8,7	mar-09	16,5	jun-08	-0,9	1,5	4,2	2,9	4,3	3,5	4,2	4,9	3,4	4,8	4,3	3,6	3,5	3,5	3,7	3,6	4,2	4,8	5,4	4,9	5,1																
Serviços	jul-03	-8,7	mar-09	8,5	mar-08	-2,3	0,6	3,8	2,4	3,4	3,7	3,9	4,3	3,4	5,0	3,4	3,5	3,3	3,7	4,3	3,6	3,9	4,8	4,3	4,3	3,1																
Câmbios																																										
Índice cambial efetivo nominal para Portugal	mar-01	-4,3	abr-15	3,6	mar-03	-2,8	1,0	0,7	1,1	0,3	0,4	1,1	1,2	0,5	0,0	0,3	0,0	0,4	0,7	0,9	1,2	1,2	1,0	1,1	1,5																	
Costas Nacionais - Base 2011 (a)																																										
Deflator do PIB	1996.I	-1,1	2012.I	4,5	2002.II	2,0	1,4	-	1,1	0,6	1,2	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deflator do Consumo Privado	1996.I	-2,7	2009.III	4,8	2001.I	0,9	1,0	-	1,0	1,4	1,2	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																

(a) - Contas Nacionais e Anuais, 2015 - dados definitivos, 2016 - dados provisórios. Informação atualizada em 22/12/2017.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Siglas, Notas e Fontes

SINAIS CONVENCIONAIS

- não disponível
 % Percentagem

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAP	Associação Automóvel de Portugal	ISFLSF	Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
AE	Área Euro (18)	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ARAC	Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor	mm3m	Média móvel de 3 meses
BCE	Banco Central Europeu	mm2t	Média móvel de 2 trimestres
BdP	Banco de Portugal	mm4t	Média móvel de 4 trimestres
CAE-Rev. 3	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3	mm12m	Média móvel de 12 meses
CGCE	Classificação das Grandes Categorias Económicas Rev. 3	MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
CIMPOR	CIMPOR, Cimentos de Portugal, S.A.	Neg.	Negócios
CNE	Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Com.	Comércio	PIB	Produto Interno Bruto
Const.	Construção	Prod.	Produção
CTSI	Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional	Prov.	Provisório
DG-ECFIN	Directorate-General for Economic and Financial Affairs	p.p.	Pontos percentuais
EIA	Energy Information Administration	REN	Redes Energéticas Nacionais, SGPS
Equip.	Equipamento	SECIL	Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
EUA	Estados Unidos da América	SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	SN	Siderurgia Nacional, S.A.
FOB	Free on Board	SRE	Saldo de Respostas Extremas
ICP	Indicadores de Curto Prazo	Transf.	Transformadora
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional	UE	União Europeia (28)
IES	Informação Empresarial Simplificada	va	Variação anualizada
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	vc	Variação em cadeia
II/MSSS	Instituto de Informática do MSSS	vcs	Valores corrigidos de sazonalidade
Ind.	Indústria	ve	Valores efetivos
INE	Instituto Nacional de Estatística, IP	vh	Variação homóloga
Inv.	Investimento	vol.	Volume
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IPI	Índice de Produção Industrial		
IPPI	Índice de Preços de Produção na Indústria Transformadora		

NOTAS

Com exceção de situações devidamente identificadas, os valores que constam nos quadros e gráficos e ainda outros que também sirvam de referência para a análise são, no caso das séries quantitativas, vh sobre mm3m ou, no caso das séries qualitativas, mm3m de vcs ou ve.

As colunas referentes à informação anual correspondem a mm12m, com exceção das variáveis que se apresentam como vh sobre stocks em que o valor anual corresponde à variação do saldo em fim de ano.

Enquadramento Externo

- *Contas Nacionais – PIB da UE, AE, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.* Dados encadeados em volume, base 2010, vcs. Fonte: Eurostat e OCDE.
- *Indicador de Confiança dos Consumidores na UE e AE,* vcs. Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores. Fonte: Comissão Europeia (DG-ECFIN).
- *Indicador de Sentimento Económico na UE e AE* (índice 1990-2013 = 100), vcs. Fonte: Comissão Europeia (DG-ECFIN).
- *PIB dos Principais Países Clientes de Portugal.* Indicador calculado internamente com base na agregação do PIB em volume (índices trimestrais 2010=100), vcs, do seguinte conjunto de países: EUA, Japão, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Espanha, Suíça (até dezembro de 2011) e Reino Unido. Os ponderadores utilizados refletem a estrutura das exportações de bens portuguesas. Fonte: Eurostat e INE.

- Índice de Produção Industrial da AE (2010=100), vcs. Fonte: Eurostat.
- Índice de Produção Industrial dos Principais Países Clientes de Portugal. Indicador calculado internamente com base na agregação dos índices (mensais) de produção industrial (2010=100), vcs, para o mesmo conjunto de países considerados na agregação do PIB e utilizando idênticos ponderadores. A Suíça é considerada até dezembro de 2011. Fonte: OCDE e INE.
- Apreciações sobre a evolução da Carteira de Encomendas na Indústria Transformadora dos Principais Países Clientes de Portugal. Indicador calculado internamente com base na agregação dos saldos de respostas extremas (SRE) da questão relativa à carteira de encomendas dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura à Indústria Transformadora para o seguinte conjunto de países: EUA, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Espanha, Suíça e Reino Unido. Os ponderadores utilizados refletem a estrutura das exportações de bens portugueses. Fonte: Comissão Europeia (DG-ECFIN), OCDE e INE.
- Índice de Preços na Produção Industrial dos Principais Países Fornecedores de Portugal. Indicador calculado internamente com base na agregação dos índices (mensais) de preços de produção industrial (2010=100) para o mesmo conjunto de países considerados na agregação do PIB. Os ponderadores utilizados refletem a estrutura das importações de bens portugueses. Fonte: OCDE e INE.
- Índice de Taxa de Câmbio Nominal Efetiva para a AE (vis a vis 12 moedas, 1º trimestre de 1999 =100, valores médios mensais). Fonte: BCE.
- Taxas de Câmbio (Euro/Dólar, Euro/Iene e Euro/Libra esterlina). Valores médios mensais. Fonte: BCE.
- Índice Harmonizado de Preços no Consumidor na AE (2005=100). Fonte: Eurostat.
- Índice de Preços no Consumidor nos EUA (1982-1984 = 100), vcs. Fonte: U.S. Bureau of Labour Statistics.
- Índice de Preços no Consumidor no Japão (2005=100), vcs. Fonte: OCDE.
- Índice de Preços de Matérias-Primas. Valores médios de índices semanais (2005=100), em dólares. Fonte: The Economist.
- Preço do Petróleo (Brent). Média de valores diários em dólares. Fonte: Energy Information Administration (EIA).
- Taxa de Desemprego na UE e AE, vcs. Fonte: Eurostat.
- Taxa de Desemprego nos EUA, vcs. Fonte: U.S. Bureau of Labour Statistics.
- Taxa de Desemprego no Japão, vcs. Fonte: Statistics Bureau and the Director-General for Policy Planning of Japan.

Atividade Económica

- Contas Nacionais - Base 2011, dados encadeados em volume (ano de referência = 2011), dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, INE.
- Indicador de Atividade Económica. Indicador sintético estimado internamente a partir das seguintes séries quantitativas em volume: índice de produção da indústria transformadora corrigido de dias úteis (Fonte: INE), índice de produção de bens intermédios corrigido de dias úteis (Fonte: INE), dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Fonte: INE), índice de volume de vendas no comércio a retalho (Fonte: INE), consumo de energia elétrica corrigido da temperatura (Fonte: REN), vendas de combustíveis (gasóleo e gasolina agregados pelos equivalentes energéticos) (Fonte: DGEG), vendas de veículos ligeiros de passageiros (valores provisórios - Fonte: ACAP), SRE das opiniões dos empresários sobre a procura interna na indústria transformadora (Fonte: INE), vendas de cimento no mercado interno (Fonte: CIMPOR, SECIL e INE), vendas de veículos comerciais pesados e ligeiros (valores provisórios - Fonte: ACAP), índice de produção industrial de bens de investimento (Fonte: INE), SRE das opiniões sobre a atividade corrente da empresa e das perspectivas de encomendas a fornecedores dos empresários do comércio por grosso de bens de investimento (Fonte: INE), pedidos de emprego por parte de desempregados, ofertas de emprego e colocações ao longo do mês nos centros de emprego (Fonte: IEFP), indicador de sentimento económico da Área Euro (Fonte: Comissão Europeia), SRE das opiniões dos empresários da indústria na União Europeia sobre a carteira de encomendas (Fonte: Comissão Europeia), indicador de confiança dos consumidores da Área Euro (Fonte: Comissão Europeia), índice de produção industrial dos principais países clientes de Portugal (Fonte: Respetivos institutos de estatística). A série estimada é sujeita a um alisamento por intervalo fixo e calibrada com a variação homóloga do PIB em volume (Fonte: INE) Fonte: INE.
- Índices de Produção na Indústria e na Construção (2015=100), corrigidos dos efeitos de calendário e da sazonalidade. Fonte: INE.
- Índices de Volume de Negócios Total, Serviços e Indústria (2015=100). O índice total resulta da agregação do índice de volume de negócios nos serviços e do índice de volume de negócios na indústria, sendo os pesos baseados nos resultados da Informação Empresarial Simplificada (IES). O Índice de Volume de Negócios nos Serviços resulta da agregação do Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho e do Índice de Volume de Negócios nos Serviços (sem Comércio a Retalho), sendo os pesos também baseados na IES. Fonte: INE e IES.
- Opiniões sobre a Procura Global na Indústria Transformadora. Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora. Fonte: INE.
- Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros. Fonte: INE.
- Indicador de Clima Económico. Indicador sintético estimado internamente a partir dos SRE de questões relativas aos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura à Indústria Transformadora, ao Comércio, à Construção e Obras Públicas e aos Serviços. A metodologia deste indicador baseia-se na análise fatorial e a série estimada (a componente comum) é calibrada tomando como referência as taxas de variação do PIB em volume. As questões que integram o indicador podem ser consultadas na nota que acompanha o destaque "Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores". Fonte: INE.

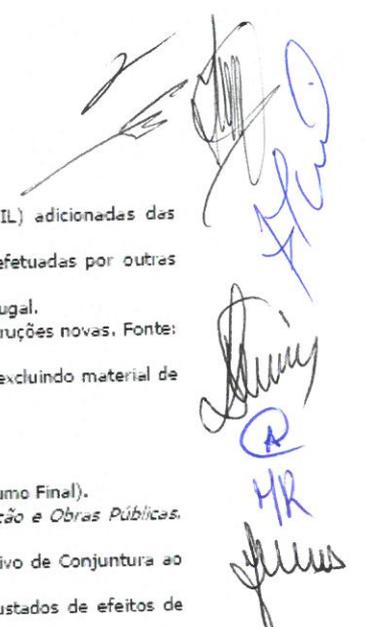
- *Indicadores de Confiança na Indústria Transformadora, na Construção e Obras Públicas, no Comércio e nos Serviços.* Indicadores harmonizados pela DG-ECFIN que resultam da média aritmética dos SRE de questões dos respetivos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura. As questões que integram os indicadores podem ser consultadas na nota que acompanha o destaque "Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores". Fonte: INE.
- *Consumo Médio de Energia Elétrica (em dia útil),* corrigido da temperatura. Fonte: REN.
- *Vendas de Gasóleo.* Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia.

Consumo Final

- *Indicador Qualitativo do Consumo.* Variável estimada internamente através da agregação de séries qualitativas do Inquérito de Conjuntura ao Comércio a Retalho (Volume de Vendas, Encomendas a Fornecedores, Atividade e Perspetivas de Atividade). Fonte: INE.
- *Indicador Quantitativo do Consumo Privado* (Despesas de consumo final das famílias no território económico, excluindo os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM)). Variável estimada internamente através da agregação das seguintes séries quantitativas: índices de volume de negócios no comércio a retalho (deflacionados) (Fonte: INE); índices de volume de negócios nos serviços (deflacionados) (Fonte: INE); consumo de energia elétrica corrigido da temperatura (Fonte: REN); consumo de combustíveis (gasóleo e gasolina agregados pelos equivalentes energéticos) (Fonte: DGEG); indicador de volume para o consumo de automóveis ligeiros de passageiros (Fonte: ACAP; Cálculos: INE); estimativa mensal para as despesas em serviços imobiliários (Fonte: INE). Estas séries são agregadas de acordo com a importância relativa dos grupos de bens e serviços a que pertencem, corrigidas de sazonalidade e tratadas em taxas de variação homogêneas. Tais grupos correspondem a uma partição das despesas de consumo final das famílias por bens de consumo corrente (alimentar e não alimentar) e duradouro (automóveis e outros). Mensualização de séries com base nas Contas Nacionais Trimestrais (ano de referência = 2011). O indicador quantitativo de consumo privado resulta da agregação dos indicadores quantitativos de consumo corrente e duradouro. Fonte: INE.
- *Indicador de volume para o consumo de automóveis ligeiros de passageiros.* Indicador das vendas de veículos ligeiros de passageiros e todo o terreno ponderado pelos preços médios de cada segmento. Inclui veículos de todo o terreno e monovolumes; inclui veículos importados usados; exclui veículos vendidos para empresas rent-a-car e táxis. Este indicador é obtido pela ponderação das vendas de automóveis ligeiros de passageiros (excluindo vendas para rent-a-car e táxis) pelos preços médios de cada segmento. Fonte: ACAP (valores definitivos); Cálculos: INE.
- *Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (deflacionado)* (2015=100). Fonte: INE.
- *Vendas de Gasolina.* Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia.
- *Crédito ao Consumo a Particulares,* saldos em fim de período (stock). Fonte: Banco de Portugal.
- *Operações na Rede Multibanco,* inclui levantamentos nacionais, pagamentos de serviços e compras em terminais de pagamento automático, dados em valor. Fonte: SIBS.
- *Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros.* Valores provisórios. Fonte: ACAP.
- *Indicador de Confiança dos Consumidores.* Indicador harmonizado pela DG-ECFIN que resulta da média aritmética dos SRE de questões do Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores. As questões que integram o indicador podem ser consultadas na nota que acompanha o destaque "Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores". Fonte: INE.
- *Situação Financeira do Agregado Familiar.* Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores. Fonte: INE.
- *Procura Interna de Bens de Consumo na Indústria Transformadora.* Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora. Fonte: INE.
- *Contas Nacionais – Base 2011,* dados relativos ao *Consumo Alimentar, Consumo Corrente não Alimentar e Consumo Duradouro* são encadeados em volume (ano de referência = 2011), dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – INE.

Investimento

- *Indicador de FBCF.* Variável estimada internamente através da agregação de séries referentes ao investimento em construção, em máquinas e equipamentos e em material de transporte. Agregação de séries com base nas Contas Nacionais Trimestrais (ano de referência = 2011). Fonte: INE.
- *Indicador de FBCF em construção.* Variável estimada internamente através de séries referentes às importações e vendas de cimento (vcs) (Fonte: Cimpor, Secil e INE). Mensualização de séries com base nas Contas Nacionais Trimestrais (ano de referência = 2011). Fonte: INE.
- *Indicador de FBCF em máquinas e equipamentos.* Variável estimada internamente através de séries referentes às importações de máquinas e equipamentos (vcs). Mensualização da série com base nas Contas Nacionais Trimestrais (ano de referência = 2011). Fonte: INE.
- *Indicador de FBCF em material de transporte.* Variável estimada internamente através da agregação de séries relativas à venda de veículos comerciais ligeiros e pesados e ao indicador de volume para o consumo de automóveis ligeiros de passageiros (cálculos INE com base em valores definitivos ACAP), vendas de veículos ligeiros de passageiros para empresas de rent-a-car (valores provisórios ARAC) e importações de outro material de transporte (componente não automóvel) (vcs). Mensualização da série com base nas Contas Nacionais Trimestrais (ano de referência = 2011). Fonte: INE.



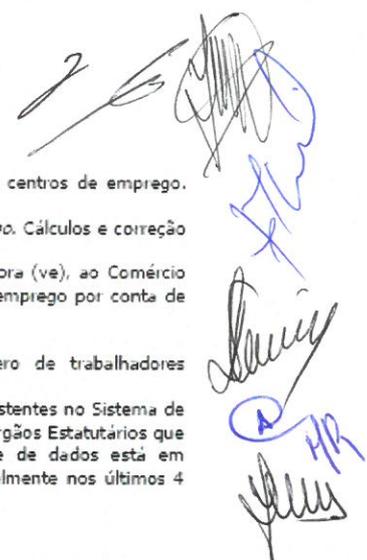
- *Vendas de Cimento*. Vendas de cimento efetuadas pelas principais empresas (Fonte: CIMPOR, SECIL) adicionadas das importações efetuadas por outras entidades (Fonte: INE).
- *Vendas de Varão para Betão*. Vendas de varão para betão (Fonte: SN) adicionadas das importações efetuadas por outras entidades (Fonte: INE).
- *Credito a Particulares para Compra de Habitação*, saldos em fim de período (stock). Fonte: Banco de Portugal.
- *Licenças para Construção de Habitações Novas*. Licenciamento de obras: edifícios para habitação – construções novas. Fonte: INE.
- *Importações de máquinas (valor)*. Importações de máquinas, outros bens de capital e seus acessórios (excluindo material de transporte) – capítulo 4 da CGCE. Fonte: INE.
- *Índice de Produção Industrial de Bens de Investimento* (2015=100, vcs). Fonte: INE.
- *Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros*. Valores provisórios. Fonte: ACAP.
- *Vendas de Veículos Comerciais Pesados Novos*. Valores provisórios. Fonte: ACAP.
- *Indicador de volume para o consumo de automóveis ligeiros de passageiros* (ver notas relativas ao Consumo Final).
- *Apreciações sobre a evolução da Carteira de Encomendas (ve) e Atividade Corrente (vcs) na Construção e Obras Públicas*. Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas. Fonte: INE.
- *Apreciação do Volume de Vendas no Comércio por Grosso – Bens de Investimento*. Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio. Fonte: INE.
- *Contas Nacionais – Base 2011*, dados encadeados em volume (ano de referência = 2011), dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – INE.

Procura Externa

- *Exportações e Importações de Mercadorias (Total, AE, Alemanha, Espanha e Extracomunitárias) em valor*. De forma a garantir a coerência com os resultados publicados no Destaque das Estatísticas do Comércio Internacional, transferiu-se os dados da Croácia do Comércio Extra-Comunitário para o Comércio Intra-Comunitário e incluiu-se a Letónia na Área Euro a partir de janeiro de 2010. Valores mensais provisórios para 2014 e valores definitivos para os períodos mais antigos (os resultados definitivos do ano t-2 são divulgados normalmente em maio do ano t). Os valores mensais preliminares e provisórios incluem informação declarada pelas empresas bem como estimativas de não respostas. Os dados incluem ainda estimativas abaixo dos limiares de assimilação. Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional - INE.
- *Taxa de Cobertura*. Fonte: INE.
- *Indicador de Procura Externa*. Variável estimada internamente a partir da agregação ponderada dos índices mensais (2006=100) das importações nominais de mercadorias (em Euros) dos principais países clientes de Portugal (o mesmo conjunto considerado na agregação do PIB dos países clientes). Os ponderadores utilizados refletem a estrutura das exportações de bens portuguesas. Fonte: OCDE e INE.
- *Opiniões sobre a Evolução da Carteira de Encomendas Externa na Indústria Transformadora*. Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora. Fonte: INE.
- *Perspetivas de Encomendas Externas na Indústria Transformadora*. Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora. Fonte: INE.
- *Apreciações sobre a Evolução das Encomendas e Fornecedores Estrangeiros no Comércio*. Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio. Fonte: INE.
- *Contas Nacionais – Base 2011*, os dados em volume são encadeados (ano de referência = 2011) e os *Deflatores das Importações e Exportações de Bens* na primeira estimativa (corrente) incluem informação completa relativa aos dois primeiros meses e incompleta para o último mês do trimestre, dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – INE.

Mercado de Trabalho

- *Taxa de desemprego e Emprego, População Ativa, Número de Desempregados e Emprego por Conta de Outrem*. Inquérito ao Emprego – 2011, com calibragem para as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos de 2011. Fonte: INE.
- *Estimativas mensais da Taxa de desemprego (15 a 74 anos), População desempregada (15 a 74 anos) e População Empregada (15 a 74 anos)*. As estimativas mensais são obtidas com informação exclusiva do Inquérito ao Emprego (IE) – 2011, tirando partido do carácter contínuo da recolha de informação desta operação estatística. Estas estimativas resultam da média móvel de três meses centrada, isto é, a estimativa do mês m corresponde à média simples de três termos: as estimativas dos meses isolados m-1 e m e uma projeção para o mês m+1. Os indicadores são referentes ao subgrupo etário dos 15 aos 74 anos (em oposição a 15 e mais anos para as estimativas trimestrais do IE) e são ajustados de sazonalidade.
- *Índice de Emprego – Indicadores de Curto Prazo (ICP), (2015=100)* Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria, na Construção e Obras Públicas, no Comércio a Retalho e nos Serviços. Agregação para o índice total efetuada através de média ponderada pela estrutura do emprego por conta de outrem das Contas Nacionais Anuais - Base 2011. Note-se que o Índice de Serviços exclui as Atividades Financeiras, a Administração Pública, a Educação e a Saúde. Fonte: INE.



- *Centros de Emprego – IEFP. Desempregados Inscritos e Ofertas de Emprego ao longo do mês nos centros de emprego.* Fonte: IEFP. A correção sazonal é efetuada internamente.
- *Rácio entre as ofertas de emprego e o desemprego registados ao longo do mês nos centros de emprego.* Cálculos e correção sazonal efetuada internamente com base na informação do IEFP. Fonte: INE e IEFP.
- *Indicador das expectativas de Emprego.* Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora (ve), ao Comércio (vc), aos Serviços (vcs) e à Construção e Obras Públicas (vcs) (média ponderada pela estrutura do emprego por conta de outrem das Contas Nacionais Anuais - base 2011). Fonte: INE.
- *Expectativas de Desemprego.* Inquérito Qualitativo aos Consumidores. Fonte: INE.
- *Negociação salarial.* Variação Média Ponderada Intertabelas, anualizada (ponderada pelo número de trabalhadores abrangidos). Fonte: MSSS.
- *Remuneração média mensal declarada por trabalhador.* Contempla todos os tipos de remunerações existentes no Sistema de Gestão de Remunerações do II/MSSS relativas a Trabalhadores por Conta de Outrem e Membros de Órgãos Estatutários que estejam identificados no Sistema de Identificação e Qualificação da Segurança Social. Esta base de dados está em permanente atualização, existindo sempre uma percentagem de remunerações por entregar, principalmente nos últimos 4 meses. A correção sazonal é efetuada internamente. Fonte: II/MSSS.

Preços

- *Índices de Preços no Consumidor.* (2012=100). Série longa desde 1948. As taxas de variação do IPC apresentadas neste documento encontram-se arredondadas a uma casa decimal, embora estejam disponíveis com maior grau de precisão. Fonte: INE.
- *Índice de preços no consumidor de bens e serviços.* Subagregados do Índice de Preços no Consumidor. Fonte: INE.
- *Índice Harmonizado de Preços no Consumidor* (2015=100). Indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da UE. A estrutura de ponderação difere da do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior. Fonte: INE.
- *Indicador de Inflação Subjacente.* Índice de Preços no Consumidor Total excluindo os preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos. Pretende-se com estas exclusões eliminar algumas das componentes mais expostas a "choques" temporários. Fonte: INE.
- *Índice de Preços na Produção da Indústria Transformadora.* Total e Total excluindo Produtos Alimentares e Energia (indústrias alimentares e produtos petrolíferos). Índices de Preços na Produção Industrial (2010=100). Fonte: INE.
- *Expectativas de Preços.* Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora (vcs), à Construção e Obras Públicas (ve), ao Comércio (vcs) e aos Serviços (vcs). Fonte: INE.
- *Expectativas de evolução passada e futura dos preços.* Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores. Fonte: INE.
- *Índice cambial efetivo nominal para Portugal.* Valores médios. Fonte: Banco de Portugal.
- *Contas Nacionais – Base 2011, Deflatores do PIB e Deflatores do Consumo Privado.* dados ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – INE.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	7.366.725,00 €	6.777.711,00 €	92,0%	6.888.175,55 €	93,5%
CAPITAL	2.367.499,00 €	911.574,32 €	38,5%	911.574,32 €	38,5%
OUTRAS	3.219.642,60 €	3.219.142,60 €	100,0%	3.219.142,60 €	100,0%
TOTAL	12.953.866,60 €	10.908.427,92 €	84,2%	11.018.892,47 €	85,1%

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	7.439.389,34 €	7.272.068,53 €	97,8%	7.000.474,60 €	94,1%
CAPITAL	5.511.977,26 €	2.373.923,48 €	43,1%	1.732.572,29 €	31,4%
TOTAL	12.951.366,60 €	9.645.992,01 €	74,5%	8.733.046,89 €	67,4%

SALDO DE TESOUREARIA ORÇAMENTAL	DO ANO	ACUMULADO
RECEBIDA - PAGA	2.285.845,58 €	5.504.988,18 €

SALDO CONTABILISTICO	DO ANO	ACUMULADO
LIQUIDADADA - COMPROMETIDA	1.262.435,91 €	4.481.578,51 €

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS	912.945,12 €
------------------------------------	--------------

FACT. EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0	0	0

TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	82.153,22 €	304.775,00 €	386.928,22 €

TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO	VENCIDAS	A 30 DIAS	SUPERIOR
	136.608,77 €	155.573,35 €	94.746,10 €

EMPRESTIMOS OBTIDOS	SALDO INICAL	DEBITOS DO ANO	CREDITOS DO ANO	SALDO FINAL
A CURTO PRAZO	0	0	0	0
A LONGO E MEDIO PRAZO	317.127,56 €	28.829,78 €		288.297,78 €

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2017, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
 (TRIÉNIO 2015/2017)**

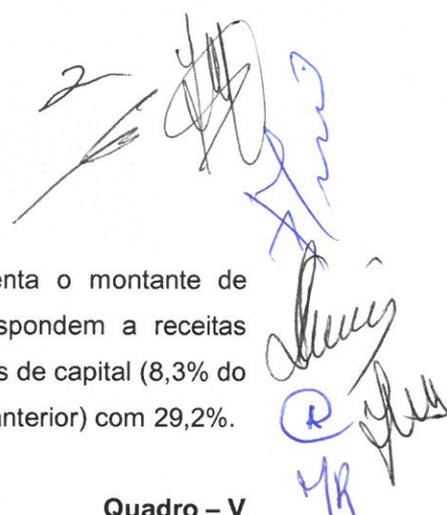
Uti. Euros

ANO	NATUREZA a)	RECEITAS			DESPESAS		
		Previsões b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Previsões b)	Pagas	Taxa exec.
1	2	3	4	5=(4/3*100)	6	7	8=(7/6*100)
2015	Saldo inicial	2 019 136	2 019 136	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	532	375	70,49			
	Correntes	7 232 028	7 280 488	100,67	8 183 836	7 011 361	85,67
	Capital	1 399 440	902 829	64,51	2 467 300	980 805	39,75
	Total	10 651 136	10 202 828	95,79	10 651 136	7 992 166	75,04
2016	Saldo inicial	2 210 662	2 210 662	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	500	7 645	1528,93			
	Correntes	7 193 528	6 915 138	96,13	7 239 350	6 606 351	91,26
	Capital	1 255 972	1 720 050	136,95	3 421 312	1 028 003	30,05
	Total	10 660 662	10 853 496	101,81	10 660 662	7 634 354	71,61

2017	Saldo inicial	3 219 143	3 219 143	100,00		
	Reposições não abatidas nos pagamentos	500	0	0,00		
	Correntes	7 366 725	6 888 176	93,50	7 439 389	94,10
	Capital	2 367 499	911 574	38,50	5 511 977	31,43
	Total	12 953 867	11 018 893	85,06	12 951 367	67,43
OBSERVAÇÕES:						
a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação económica.						
b) No orçamento final modificado.						
c) Receita cobrada bruta.						



2



RECEITAS

O total geral da receita cobrada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 11.018.892,47€ (84,8% de execução), dos quais 6.888.175,55€ correspondem a receitas correntes (62,5% do total da receita), 911.574,32€ correspondem a receitas de capital (8,3% do total da receita) e 3.219.142,6€ outras receitas (inclui o saldo da gerência anterior) com 29,2%.

Quadro – V

TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA NO TRIÊNIO DE 2015/2017

RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO		
	2015	2016	2017
Saldo inicial	100,0%	100,0%	100,0%
Reposições não Abat. aos Pag.tos	70,5%	1528,9%	0,0%
Receita Corrente	100,7%	96,1%	93,5%
Receita de Capital	64,5%	137,0%	38,5%
Receita Total Disponível	95,8%	101,8%	85,1%

A execução orçamental da receita líquida atingiu os 84,8%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 67,36%, 4.640.048,11€, seguindo-se os impostos diretos com 13,07%, 900.491,53€ a venda de bens e serviços correntes com 11,24%, 774.331,45€, e os rendimentos de propriedade com 3,96%, 272.610,81€.

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 875.839,82€ correspondem a transferências de capital 96,8% e 35.734,5€ correspondem a venda de bens de investimento 3,92%.

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 8.733.046,89€, dos quais 7.000.474,6€ são despesas correntes 80,2% do total da despesa e 1.732.572,29€ são despesas de capital 19,8% do total da despesa.

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 60,1% 4.210.490,95€, seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 34,1% 2.384.280,32€.

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital são as aquisições de bens que maior peso detém com 95,3%, 1.651.873,51€ seguindo-se a rubrica de ativos financeiros com 3,0%, 51.869,00€.

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de (-961.004,98€) e um saldo de gerência de 2.258.137,62€, que transitará para a gerência seguinte.

ÓTICA ORÇAMENTAL

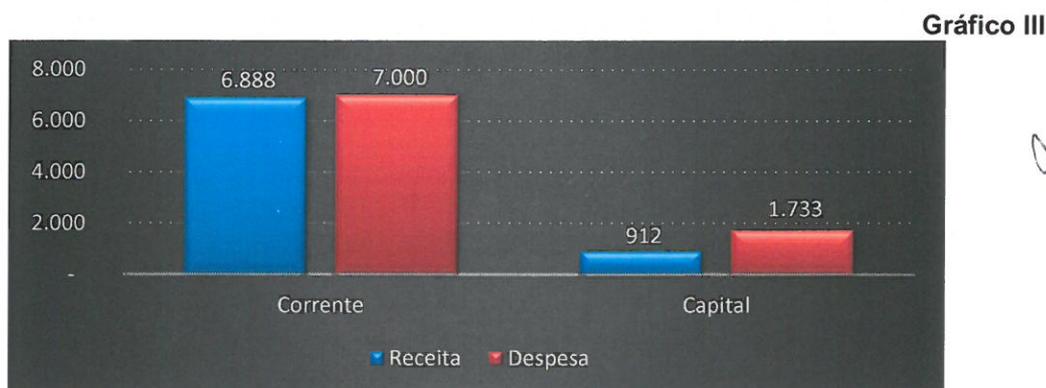
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A execução orçamental da despesa atingiu os 67,43%.

Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL - TRIÊNIO DE 2015/2017

RUBRICAS	VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução)			TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução)	
	2015	2016	2017	2015/2016	2016/2017
1 - Saldo inicial	2 019 136	2 210 662	3 219 143	9,49%	45,62%
2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos	375	7 645	0	1938,57%	-100,00%
3 - Receita Corrente	7 280 488	6 915 138	6 888 176	-5,02%	-0,39%
4 - Despesa Corrente	7 011 361	6 606 351	7 000 475	-5,78%	5,97%
5 - Receita de Capital	902 829	1 720 050	911 574	90,52%	-47,00%
6 - Despesa de Capital	980 805	1 028 003	1 732 573	4,81%	68,54%
7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5)	10 202 828	10 853 496	11 018 893	6,38%	1,52%
8 - Despesa Total (4+6)	7 992 166	7 634 354	8 733 047	-4,48%	14,39%



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2014 correspondeu ao quadriénio de 2014 a 2017 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2017, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subsequentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2017 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2017.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito à administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito à educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global,

revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 31,07% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem de 1,7 milhões de euros e compromissos de 2.345 mil euros.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

OBJ PROG	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		EXEC. FINANC	EXEC. FINANC
		ANOS			ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
		ANO	SEGUINTES	TOTAL			% (a)	% (b)
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	841.090,00 €	1.020.000,00 €	1.861.090,00 €	415.317,09 €	415.317,09 €	49,38%	22,32%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	18.000,00 €	54.000,00 €	72.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	15.000,00 €	52.500,00 €	67.500,00 €	1.225,42 €	1.225,42 €	8,17%	1,82%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	29.000,00 €	628.000,00 €	657.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
2.4.1.	HABITAÇÃO	6.000,00 €	18.000,00 €	24.000,00 €	999,91 €	999,91 €	16,67%	4,17%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	114.000,00 €	137.000,00 €	251.000,00 €	62.319,13 €	62.319,13 €	54,67%	24,83%
2.4.3.	SANEAMENTO	21.000,00 €	68.000,00 €	89.000,00 €	6.102,69 €	6.102,69 €	29,06%	6,86%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	55.000,00 €	186.000,00 €	241.000,00 €	19.435,09 €	19.435,09 €	35,34%	8,06%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	19.500,00 €	28.500,00 €	48.000,00 €	11.772,87 €	11.772,87 €	60,37%	24,53%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	827.000,00 €	216.000,00 €	1.043.000,00 €	572.221,89 €	572.221,89 €	69,19%	54,86%
2.5.1.	CULTURA	437.500,00 €	287.500,00 €	725.000,00 €	193.719,35 €	193.719,35 €	44,28%	26,72%
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	77.500,00 €	120.500,00 €	198.000,00 €	32.767,84 €	32.767,84 €	42,28%	16,55%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	7.500,00 €	22.500,00 €	30.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
3.1.1.	CAMINHOS AGRÍCOLAS	72.800,00 €	90.000,00 €	162.800,00 €	28.277,54 €	28.277,54 €	38,84%	17,37%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1.000,00 €	3.000,00 €	4.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
3.2.2.	ENERGIA	7.500,00 €	94.500,00 €	102.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIÁRIOS	2.766.500,00 €	2.082.500,00 €	4.849.000,00 €	307.029,43 €	307.029,43 €	11,10%	6,33%
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	4.000,00 €	12.000,00 €	16.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	72.383,48 €	230.550,44 €	302.933,92 €	- €	- €	0,00%	0,00%
3.4.2.	TURISMO	30.000,00 €	82.500,00 €	112.500,00 €	685,26 €	685,26 €	2,28%	0,61%
4.2.1.	RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS	9.000,00 €	27.000,00 €	36.000,00 €	- €	- €	0,00%	0,00%
4.3.1.	CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	51.869,00 €	207.476,45 €	259.345,45 €	51.869,00 €	51.869,00 €	100,00%	20,00%
	TOTAL GERAL.	5.483.142,48 €	5.668.026,89 €	11.151.169,37 €	1.703.742,51 €	1.703.742,51 €	31,07%	15,28%

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2014, 2015, 2016 e 2017:

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

INVESTIMENTOS		ANOS				15/16 D	16/17 D
Aquisição de bens de capital		2014	2015	2016	2017	(%)	(%)
70101	0TERRENOS	21.783 €	0 €	19.800 €	4.275 €	100,00%	-78,41%
70102	0HABITAÇÕES	3.640 €	2.230 €	997 €	1.000 €	-55,30%	0,32%
70103	0EDIFÍCIOS	83.335 €	92.516 €	433.584 €	412.251 €	368,66%	-4,92%
70104	0CONSTRU00ES0DIVERSAS	239.919 €	20.963 €	44.751 €	115.812 €	113,48%	158,79%
70106	MATERIAL DE TRANSPORTES	144.005 €	44.734 €	129.992 €	58.962 €	190,59%	-54,64%
70107	EQUIPAMENTO DE INFORM TICA	5.518 €	66.307 €	14.028 €	3.270 €	-78,84%	-76,69%
70108	SOFTWARE INFORM TICO	18.630 €	48.746 €	24.142 €	26.254 €	-50,47%	8,75%
70109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.417 €	412 €	1.552 €	1.653 €	276,60%	6,54%
70110	EQUIPAMENTO B SICO	26.440 €	18.103 €	29.412 €	33.491 €	62,47%	13,87%
70111	FERRAMENTOS E UTENS LIOS	923 €	1.695 €	2.239 €	4.715 €	32,09%	110,59%
70115	OUTROS INVESTIMENTOS	524 €	4.000 €	0 €	0 €	-100,00%	0%
70205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	0 €	0 €	39.547 €	77.292 €	100,00%	95,44%
70207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	10.552 €	10.188 €	11.115 €	11.657 €	9,09%	4,88%
70303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA- ESTRUTURAS	501.137 €	589.553 €	188.900 €	901.241 €	-67,96%	377,10%
TOTAL DA RUBRICA		1.057.822 €	899.447 €	940.058 €	1.651.873 €		
VARIAÇÃO TOTAL (Euros)			-158.375 €	40.610 €	711.815 €		
VARIAÇÃO TOTAL (%)			-17,61%	4,32%	43,09%		

[Handwritten signatures and initials]
 Quadro - IX
 (Valores em Euros)
 4R
[Handwritten signature]

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

(Valores em Euros)

TRANSFERÊNCIAS	TOTAL				Δ	Δ
	2014	2015	2016	2017	15/16	16/17
Administrações públicas						
Orçamento de Estado						
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro						
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.727.275,00 €	3.894.660,00 €	3.927.220,00 €	4.074.243,00 €	0,84%	3,74%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	414.142,00 €	432.740,00 €	436.358,00 €	452.694,00 €	0,84%	3,74%
Fundo Social Municipal	106.592,00 €	119.273,00 €	119.273,00 €	119.273,00 €	0,00%	0,00%
Participação Fixa no IRS	113.074,00 €	145.145,00 €	165.319,00 €	135.709,00 €	13,90%	-17,91%
Outros	243.261,12 €	184.489,32 €	137.875,59 €	196.361,66 €	-25,27%	42,42%
Estado-Particip. Comunitária proj. Co-Financiados	450.481,09 €	418.992,27 €	1.318.541,00 €	437.817,82 €	214,69%	-66,80%
Serviços e fundos autónomos	285.980,67 €	298.266,99 €	77.527,97 €	42.408,25 €	-74,01%	-45,30%
Administração Local	118.325,20 €	37.457,56 €	81.693,62 €	57.381,20 €	118,10%	-29,76%
TOTAIS	5.459.131 €	5.531.024 €	6.263.808 €	5.515.887,93 €	13,42%	-11,94%

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO
 SUBSTANCIAL

Quadro – X

Un: Euros

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO c)
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8=(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100	9=(3) / (4+7)*100
2015	Saldo orçamental inicial	2 019 136						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	375						
	Correntes	7 280 488	7 011 361	269 127	103,84%	268 045	125,91	123,52
	Capital	902 829	980 805					
	Total	10 202 828	7 992 166					
2016	Saldo orçamental inicial	2 210 662						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	7 645						
	Correntes	6 915 138	6 606 351	308 787	104,67%	214 307	143,17	138,28
	Capital	1 720 050	1 028 003					
	Total	10 853 496	7 634 354					
2017	Saldo orçamental inicial	3 219 143						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	0						
	Correntes	6 888 176	7 000 475	- 112 299	98,40%	214 307	126,96	123,15
	Capital	911 574	1 732 573					
	Total	11 018 893	8 733 047					

OBSERVAÇÕES:

a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.

b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

[Handwritten signatures and initials]

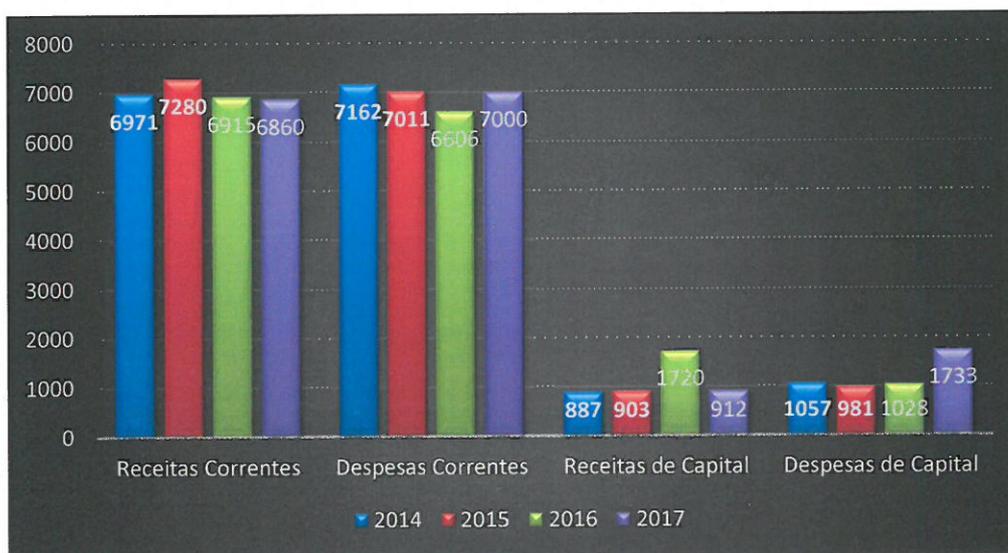
**Quadro – XI
Equilíbrio Efetivo**

RELAÇÃO RECEITA / DESPESA	2014	2015	2016	2017	15/16	16/17
Receitas correntes	6.971.227 €	7.280.487 €	6.915.138 €	6.860.468 €	-5,02%	-0,79%
Despesas correntes	7.162.330 €	7.011.361 €	6.606.351 €	7.000.475 €	-5,78%	5,97%
Saldo Corrente	-191.103 €	269.126 €	308.787 €	-140.007 €	14,74%	-145,34%
Receitas de capital	887.273 €	902.829 €	1.720.050 €	911.574 €	90,52%	-47,00%
Despesas de capital	1.164.479 €	980.805 €	1.028.002 €	1.732.572 €	4,81%	68,54%
Saldo Capital	-277.206 €	-77.976 €	692.048 €	-820.998 €	987,52%	-218,63%
Outras Receitas	2.820 €	376 €	7.645 €	0 €	1934,12%	-100,00%
SALDO TOTAL	-465.489 €	191.526 €	1.008.480,23€	-961.004,98 €	426,55%	-195,29%
Saldo Inicial	2.484.626 €	2.019.136 €	2.210.662 €	3.219.143 €	9,49%	45,62%
Saldo Final	2.019.136 €	2.210.662 €	3.219.143 €	2.258.138 €	45,62%	-29,85%

Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Os resultados apresentados possibilitaram a obtenção de um saldo de gerência no valor de 2.258.138 €, o qual transitou para a gerência de 2018.

Gráfico – IV



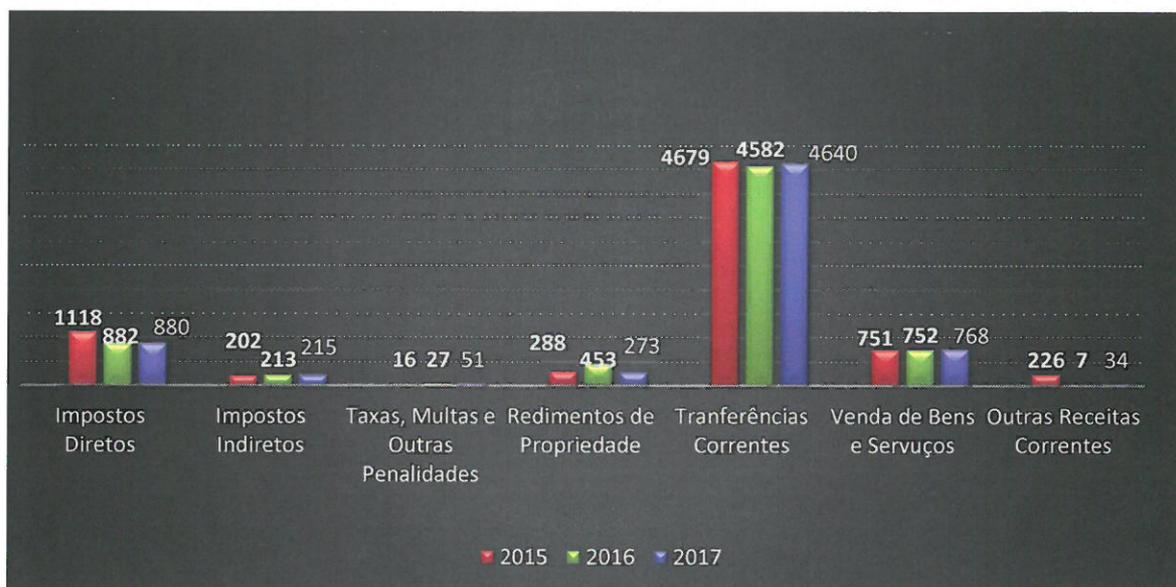
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Como se pode verificar no quadro abaixo, as receitas correntes diminuíram em relação a 2016 cerca de 25 mil euros, cerca de 0,79%, esta diminuição deve-se essencialmente ao capítulo dos rendimentos de propriedade onde é registado a renda de concessão da EDP, visto que o ultimo trimestre de 2017 não foi registado em 2017, mas sim em 2018 visto que a transferência do valor (86.954,04€) foi efetuada no dia 30 de dezembro. Os restantes capítulos registaram um aumento em relação a 2016 à exceção dos impostos directos que diminuíram cerca de 2,5 (dois mil e quinhentos euros).

Quadro – XII

RECEITAS CORRENTES	2014	2015	2016	2017	D 15/16	D 16/17
IMPOSTOS DIRECTOS	878.539 €	1.117.800 €	882.220 €	879.649 €	-21,08%	-0,29%
IMPOSTOS INDIRECTOS	204.281,88	202.096,88	212.860,02	215.222,57	5,33%	1,11%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	25.765,17	16.462,64	26.821,91	51.297,55	62,93%	91,25%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	486.294,08	288.092,86	453.061,65	272.610,81	57,26%	-39,83%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.594.507,99	4.679.291,87	4.581.537,72	4.640.048,11	-2,09%	1,28%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	780.011,30	750.807,05	752.079,01	767.511,59	0,17%	2,05%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.826,76	225.935,81	6.558,21	34.128,33	-97,10%	420,39%
TOTAL	6.971.227 €	7.280.487 €	6.915.138 €	6.860.468 €	-5,02%	-0,79%

Gráfico – V



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

Designação	2014	2015	2016	2017
Dotação Final	3.490.700 €	2.431.500€	3.314.013 €	5.483.142,48 €
Realizado	1.057.822 €	951.975 €	1.028.002 €	1.703.742,51€
Tx. Realização	30,30%	39,15%	31,02%	31,07%

Verifica-se um aumento no investimento realizado face a 2016 de cerca de 65,7%, com um montante de 676 mil euros.

Gráfico – VI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 94,11% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 7,029 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SETORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

Obj	Descrição	2016		Execução	2017		Execução
		Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira	Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira
		Ano	Total	Anual (a)	Ano	Total	Anual (a)
1.1.1.	Administração geral	329.100,00 €	221.982,32 €	67,45%	1.441.832,60 €	1.279.867,37 €	88,77%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	2.700,00 €	274,17 €	10,15%	1.045,00 €	281,41 €	26,93%
1.3.1.	Assembleia Municipal	0,00 €	0,00 €	0,00%	22.000,00 €	5.646,11 €	25,66%
1.3.2.	Camara Municipal	0,00 €	0,00 €	0,00%	4.214.161,97 €	4.206.613,61 €	99,82%
2.1.1.	Ensino não superior	124.400,00 €	103.595,58 €	83,28%	119.415,00 €	91.900,53 €	76,96%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	10.200,00 €	4.186,42 €	41,04%	12.510,00 €	5.182,50 €	41,43%
2.3.2.	Ação social	38.100,00 €	32.600,42 €	85,57%	77.060,00 €	75.775,35 €	98,33%
2.4.2.	Ordenamento do Território	7.000,00 €	0,00 €	0,00%	1.020,00 €	380,07 €	37,26%
2.4.3.	Saneamento	310.000,00 €	259.319,67 €	83,65%	264.000,00 €	223.331,36 €	84,60%
2.4.4.	Abastecimento de água	394.100,00 €	346.748,54 €	87,98%	421.700,00 €	345.373,52 €	81,90%
2.4.5.	Resíduos sólidos	110.000,00 €	98.406,76 €	89,46%	120.500,00 €	93.065,76 €	77,23%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	200,00 €	0,00 €	0,00%	10,00 €	0,00 €	0,00%
2.5.1.	Cultura	330.850,00 €	286.182,00 €	86,50%	562.285,00 €	0,00 €	91,89%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	92.900,00 €	82.703,98 €	89,02%	106.105,00 €	0,00 €	94,89%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	1.000,00 €	198,51 €	19,85%	1.000,00 €	982,36 €	98,24%
3.2.2.	Energia	100,00 €	0,00 €	0,00%	5,00 €	- €	0,00%
3.4.1.	Mercados e feiras	4.500,00 €	2.785,35 €	61,90%	6.575,00 €	3.761,14 €	57,20%
3.4.2.	Turismo	13.100,00 €	5.773,42 €	44,07%	17.525,00 €	13.006,25 €	74,22%
3.4.3.	Agenda local XXI	100,00 €	0,00 €	0,00%	5,00 €	0,00 €	0,00%
3.4.4.	Geminação	100,00 €	0,00 €	0,00%	5,00 €	0,00 €	0,00%
3.5.1.	Associações de Desenvolvimento Local e outras	400,00 €	0,00 €	0,00%	15,00 €	0,00 €	0,00%
4.1.1.	Empréstimos	28.829,78 €	28.829,78 €	100,00%	28.829,78 €	28.829,78 €	100,00%
4.1.2.	Juros	800,00 €	360,42 €	45,05%	2.269,77 €	2.057,52 €	90,65%
4.2.1.	Transferências Entre Administrações	119.400,00 €	76.086,01 €	63,72%	48.350,00 €	34.632,24 €	71,63%
TOTAL		1.917.879,78 €	1.550.033,35 €	80,80%	7.468.224,12 €	7.028.040,71 €	94,11%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2017 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 70,2%

do financiamento definido. Esta execução corresponde a cerca de 9 milhões de euros de despesa.



Handwritten signatures and initials in black and blue ink. The signatures are arranged vertically on the right side of the page. From top to bottom: a small black mark, a large black scribble, a blue scribble, a black signature that appears to be 'Domingo', a blue circle, the letters 'HR' in blue, and a black signature that appears to be 'Joaquim'.

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Quadro – XV

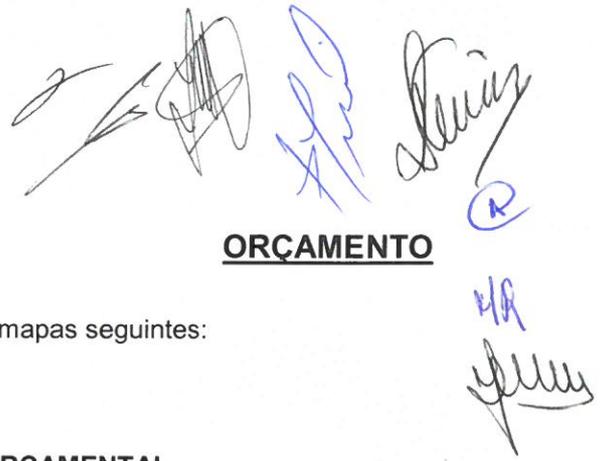
Objetivo	Descrição	Previsão da Despesa		Execução Orçamental						Saldos		Exec. Financeira Anual % (a)
		Dotação Inicial	Dotação Final	Cabimento	Compromisso	Faturado	Liquidação	Pagamento	Saldo do Cabim.	Comp. Por Pagar		
1.1.1.	ADMINISTRACAO GERAL	1.560.700,00 €	2.282.922,60 €	1.954.668,92 €	1.881.814,65 €	1.750.628,34 €	1.695.184,46 €	1.695.184,46 €	1.695.184,46 €	186.630,19 €	74,26%	
1.2.1.	PROTECCAO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	20.600,00 €	19.045,00 €	281,41 €	281,41 €	281,41 €	281,41 €	281,41 €	281,41 €	- €	1,48%	
1.3.1.	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	22.000,00 €	22.000,00 €	5.646,11 €	5.646,11 €	5.646,11 €	5.646,11 €	5.646,11 €	5.646,11 €	- €	25,66%	
1.3.2.	CAMARA MUNICIPAL	3.513.026,97 €	4.214.161,97 €	4.206.613,61 €	4.206.613,61 €	4.206.613,61 €	4.206.613,61 €	4.206.613,61 €	4.206.613,61 €	- €	99,82%	
2.1.1.	ENSINO NAO SUPERIOR	124.600,00 €	134.415,00 €	106.725,08 €	106.724,65 €	93.771,74 €	93.125,95 €	93.125,95 €	93.125,95 €	13.598,70 €	69,28%	
2.2.1.	SERVICIOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	10.200,00 €	12.510,00 €	12.438,00 €	12.438,00 €	5.182,50 €	5.182,50 €	5.182,50 €	5.182,50 €	7.255,50 €	41,43%	
2.3.2.	ACCAO SOCIAL	97.200,00 €	106.060,00 €	76.507,20 €	76.507,20 €	76.507,20 €	75.775,35 €	75.775,35 €	75.775,35 €	731,85 €	71,45%	
2.4.1.	HABITACAO	6.000,00 €	6.000,00 €	1.622,24 €	1.622,24 €	999,91 €	999,91 €	999,91 €	999,91 €	622,33 €	16,67%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	58.000,00 €	115.020,00 €	62.805,24 €	62.805,24 €	62.699,20 €	62.699,20 €	62.699,20 €	62.699,20 €	106,04 €	54,51%	
2.4.3.	SANEAMENTO	301.000,00 €	285.000,00 €	256.020,95 €	256.020,95 €	255.954,97 €	229.434,05 €	229.434,05 €	229.434,05 €	26.566,90 €	80,50%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE AGUA	411.200,00 €	476.700,00 €	445.763,78 €	445.763,78 €	432.803,24 €	364.808,61 €	364.808,61 €	364.808,61 €	80.955,17 €	76,53%	
2.4.5.	RESIDUOS SOLIDOS	114.500,00 €	140.000,00 €	132.230,58 €	111.730,58 €	110.913,18 €	104.838,63 €	104.838,63 €	104.838,63 €	6.891,95 €	74,89%	
2.4.6.	PROTECCAO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVACAO NATUREZA	687.200,00 €	827.010,00 €	609.947,48 €	609.947,48 €	572.221,89 €	572.221,89 €	572.221,89 €	572.221,89 €	37.725,59 €	69,19%	
2.5.1.	CULTURA	670.150,00 €	999.785,00 €	858.678,29 €	854.283,44 €	756.817,57 €	710.394,06 €	710.394,06 €	710.394,06 €	143.889,38 €	71,06%	
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	109.400,00 €	183.605,00 €	143.789,34 €	133.504,16 €	133.467,26 €	133.446,96 €	133.446,96 €	133.446,96 €	57,20 €	72,68%	
2.5.3.	RELIGIOSAS	8.500,00 €	8.500,00 €	982,36 €	982,36 €	982,36 €	982,36 €	982,36 €	982,36 €	- €	11,56%	
3.1.1.	CAMINHOS AGRICOLAS	10.000,00 €	72.800,00 €	61.265,20 €	61.265,20 €	37.415,20 €	28.277,54 €	28.277,54 €	28.277,54 €	32.987,66 €	38,84%	

MR
plus
Aluis

[Handwritten signature]

3.2.1.	INDUSTRIA	1.000,00 €	1.000,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	1.000,00 €	-€	0,00%
3.2.2.	ENERGIA	31.600,00 €	7.505,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	7.505,00 €	-€	0,00%
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIARIOS	660.000,00 €	2.766.500,00 €	1.665.773,32 €	674.603,46 €	398.155,20 €	307.029,43 €	307.029,43 €	307.029,43 €	1.100.726,68 €	367.574,03 €	11,10%
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICACAO	4.000,00 €	4.000,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	4.000,00 €	-€	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	84.383,48 €	78.958,48 €	3.848,48 €	3.848,48 €	60.617,30 €	3.761,14 €	3.761,14 €	3.761,14 €	75.110,00 €	87,34 €	4,76%
3.4.2.	TURISMO	59.000,00 €	47.525,00 €	13.860,57 €	13.860,57 €	13.786,42 €	13.691,51 €	13.691,51 €	13.691,51 €	33.664,43 €	169,06 €	28,81%
3.4.3.	AGENDA LOCAL XXI	100,00 €	5,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	5,00 €	-€	0,00%
3.4.4.	GEMINACAO	100,00 €	5,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	5,00 €	-€	0,00%
3.5.1.	ASSOCIACOES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E OUTRAS	600,00 €	15,00 €	-€	-€	-€	-€	-€	-€	15,00 €	-€	0,00%
4.1.1.	EMPRESTIMOS	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	28.829,78 €	-€	-€	100,00%
4.1.2.	JUROS	2.764,77 €	2.269,77 €	2.057,52 €	2.057,52 €	2.057,52 €	2.057,52 €	2.057,52 €	2.057,52 €	212,25 €	-€	90,65%
4.2.1.	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRACOES	97.200,00 €	57.350,00 €	42.972,14 €	42.972,14 €	36.457,14 €	34.632,24 €	34.632,24 €	34.632,24 €	14.377,86 €	8.339,90 €	60,39%
4.3.1.	REALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	51.869,00 €	-€	-€	100,00%
TOTAL		8.745.724,00 €	12.951.366,60 €	10.745.196,60 €	9.645.992,01 €	9.094.678,05 €	8.731.783,22 €	8.731.783,22 €	8.731.783,22 €	2.206.170,00 €	914.208,79 €	67,42%





ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2017, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Quadro – XVI

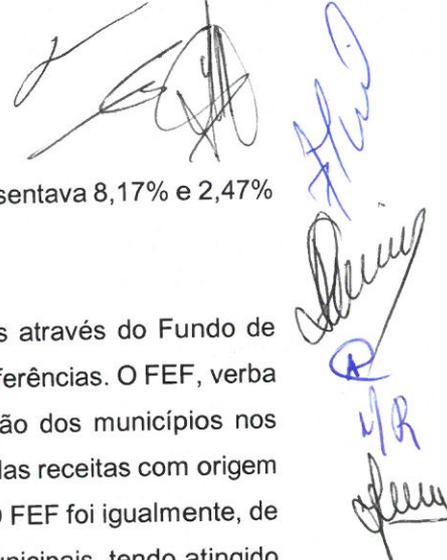
	2014	2015	2016	2017
Saldo da Gerência Anterior (2012/2013/2014/2015)	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €	2.210.662,37 €	3.219.142,60 €
Receita cobrada na Gerência	7.731.174,10 €	7.861.320,07 €	8.183.691,60 €	8.642.833,51 €
Total	7.861.320,07 €	8.183.691,60 €	8.642.833,51 €	7.772.041,91 €
Despesa efetuada na Gerência	8.192.236,27 €	8.326.809,63 €	7.992.165,56 €	7.634.353,28€
Saldo para a Gerência seguinte (2014/2015/2016/2017)	10.345.945,96 €	10.202.827,93 €	10.853.495,88 €	10.991.184,51 €

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi superior ao do ano de 2016 em cerca de 296 mil euros. A taxa de execução foi de 84,8%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2017, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com uma taxa de 42,11% e as vendas de bens e serviços que pesaram 7.95%. Também os impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma bastante menos



pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 8,17% e 2,47% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 86,7% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais, tendo atingido 43,4%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS: RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

Também ao nível da despesa não devem ser dotados os subagrupamentos do agrupamento 17 - Operações extraorçamentais.

Excecionalmente, a rubrica 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos pode ser dotada, caso à data de elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo ao orçamento.

Para efeitos de elaboração dos documentos previsionais não devem ser dotadas as desagregações dos capítulos 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos, 16 - Saldo da gerência anterior e 17 - Operações extraorçamentais do classificador económico da receita.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 6,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEST), para apoio ao programa de “Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e de “Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo”.

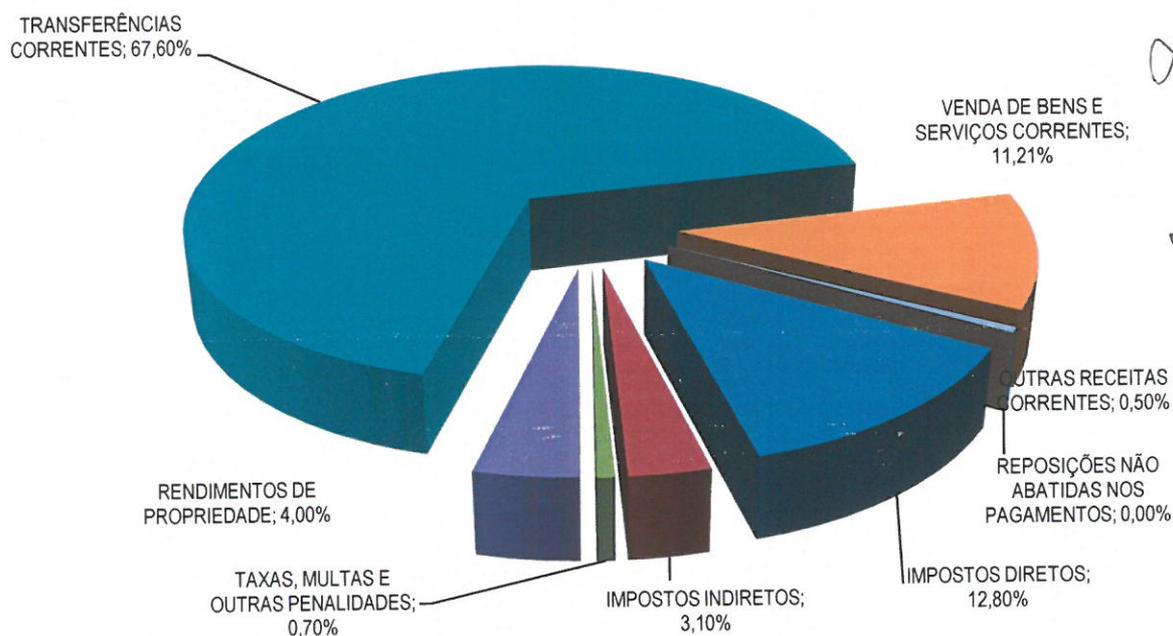
Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos diretos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.

Quadro – XVII

Código	Descrição	Dotação	Execução			2016/2017	Execução
			2015	2016	2017		
1	IMPOSTOS DIRETOS	943.500,00 €	1.113.143,45 €	882.219,87 €	879.648,63 €	-0,3%	93,2%
2	IMPOSTOS INDIRETOS	203.800,00 €	201.789,40 €	212.860,02 €	215.222,57 €	1,1%	105,6%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	26.600,00 €	16.462,64 €	26.821,91 €	51.297,55	91,3%	192,8%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	383.900,00	288.092,86 €	453.061,65 €	272.610,81	-39,8%	71,0%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.055.425,00 €	4.679.291,87 €	4.581.537,72 €	4.640.048,11	1,3%	91,8%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	742.900,00	750.237,47 €	752.079,01 €	767.511,59	2,1%	103,3%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.600,00	225.935,81 €	6.558,21 €	34.128,33	420,4%	322,0%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00 €	375,82 €	7.644,64 €	- €	-100,0%	0,0%
Total da Receitas Correntes Cobradas		7.367.225,00 €	7.275.329,32 €	6.922.783,03 €	6.860.467,59 €	100,00%	93,1%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente



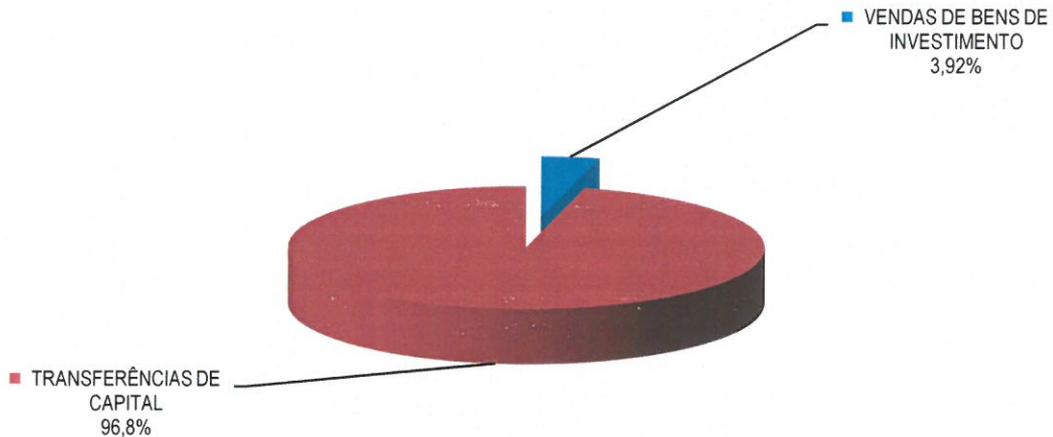
RECEITAS DE CAPITAL

Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 96,8% do total da Receita de Capital. Nestes 876 mil euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projetos cofinanciados.

Quadro – XVIII

Código	Descrição	Dotação	Execução			2016/2017	Execução
			2015	2016	2017		
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	126.100,00 €	50.840,00 €	37.820,00 €	35.734,50 €	-5,5%	28,3%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.240.799,00 €	851.732,27 €	1.682.230,48 €	875.839,82 €	-47,9%	39,1%
11	ATIVOS FINANCEIROS	400,00 €	147,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0,0%	0,0%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	109,5	0	0	0,0%	0,0%
Total da Receitas Correntes Cobradas		2.367.499,00	902.828,77	1.720.050,48	911.574,32	100,00%	38,5%

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 7,8 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 11 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 84,8%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 38,5%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2013/2017

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES	5.963.305	6.971.227	7.280.487	6.915.138	6.888.176
RECEITAS DE CAPITAL	1.767.869	890.093	902.829	1.720.050	911.574
RECEITA TOTAL	7.731.174	7.861.320	8.183.316	8.635.189	7.799.750

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES	77,1%	88,7%	89,0%	80,1%	88,3%
RECEITAS DE CAPITAL	22,9%	11,3%	11,0%	19,9%	11,7%
RECEITA TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro – XXI

Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES	1,1%	16,9%	4,4%	-5,0%	-0,4%
RECEITAS DE CAPITAL	-44,2%	-49,7%	1,4%	90,5%	-47,0%
RECEITA TOTAL	-14,7%	1,7%	4,1%	5,5%	-10,0%

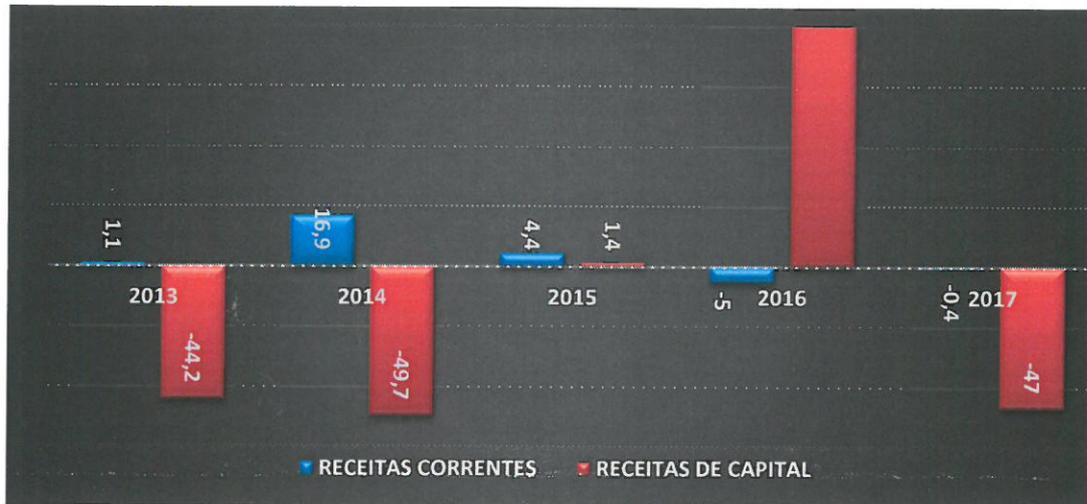
EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PERCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico - X



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2017, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 58,04% na receita total - um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;
- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 5,6% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Quadro - XXII

Rubricas/anos	2015		2016		2017	
		%		%		%
	Valor €	Receita	Valor €	Receita	Valor €	Receita
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.327.400,00 €	52,88%	4.648.170,00 €	53,78%	4.526.937,00 €	58,04%
Águas	264.285,15 €	3,23%	281.872,02 €	3,26%	279.271,58 €	3,58%
Contrib. Autárquica/IMI	659.198,43 €	8,06%	566.779,91 €	6,56%	491.360,62 €	6,30%
Sisa/IMT	348.823,17 €	4,26%	202.718,68 €	2,35%	287.160,73 €	3,68%
Taxas multas outras penal.	16.462,64 €	0,20%	26.821,91 €	0,31%	51.297,55 €	0,66%
Loteamentos e obras	3.645,00 €	0,04%	15.998,89 €	0,19%	6.625,00 €	0,08%
Restantes rubricas	2.563.877,21 €	31,33%	2.900.472,10 €	33,56%	2.157.097,39 €	27,66%
Total Receita	8.183.691,60 €	100,00%	8.642.833,51 €	100,00%	7.799.749,87 €	100,00%

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Receitas Fiscais

As Receitas Fiscais constituem a principal fonte de financiamento da atividade municipal. Incluem-se nesta classificação o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama (Isenta).

Gráfico – X

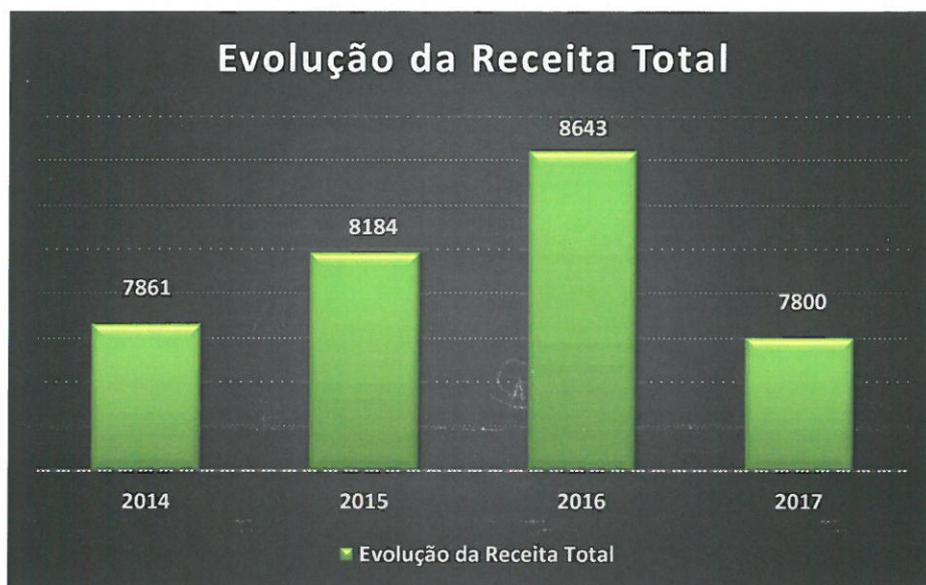


Ver nota do Quadro – XXII

O peso da Receita Fiscal na Receita Corrente é de cerca de **13,1%**, Receita Total é de cerca de **11,5%**.



Gráfico – XI



ORÇAMENTO DA DESPESA

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2017, superior ao do ano transato em cerca de 2.210 milhões de euros, incluindo o saldo da gerência anterior, teve compromissos que representaram 76,6% do orçamento e uma realização de 67,4%.

Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 80,2% do total executado e as despesas de capital 19,8%.

DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, com uma execução de 94,1%, representam cerca de 7 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica “Despesas com pessoal” e a de “Aquisição de Bens e Serviços”. Estas duas rubricas representam 75,5% da despesa total.

[Handwritten signature]

Quadro – XXIII

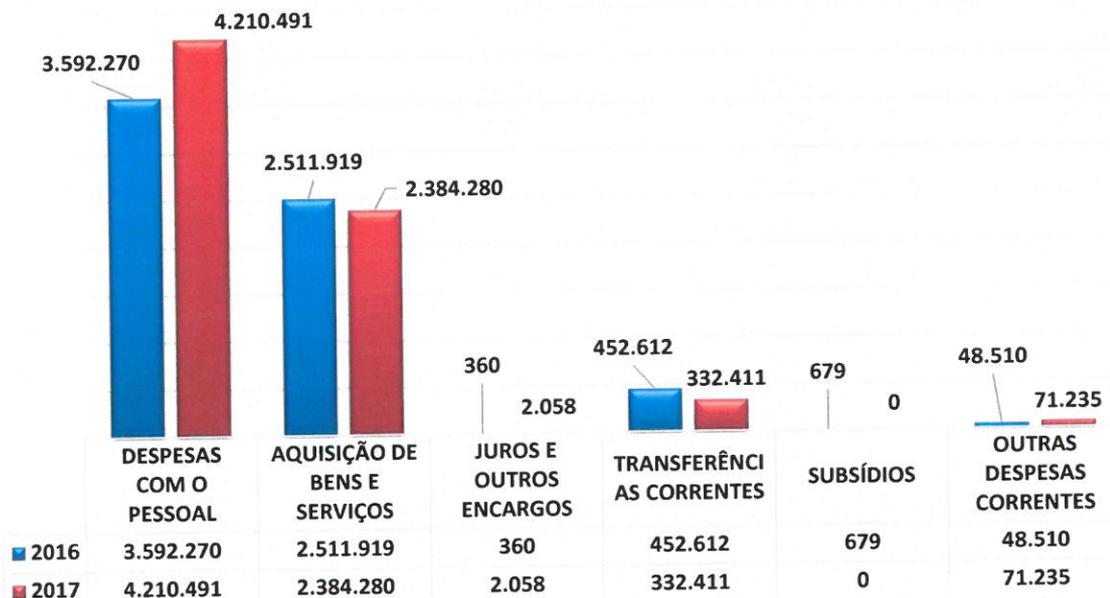
[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2016/2017
		2016	2017			
1 DESPESAS COM O PESSOAL	4.225.161,97	3.592.270,04	4.210.490,95	60,15%	99,65%	17,21%
2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.770.442,60	2.511.919,29	2.384.280,32	34,06%	86,06%	-5,08%
3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.269,77	360,42	2.057,52	0,03%	90,65%	470,87%
4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	352.515,00	452.612,04	332.411,17	4,75%	94,30%	-26,56%
5 SUBSÍDIOS	0,00	679,09	0	0,00%	0,00%	-100,00%
6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	89.000,00	48.510,03	71.234,64	1,02%	80,04%	46,85%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7.439.389,34	6.606.350,91	7.000.474,60	100,00%	94,10%	5,97%

Gráfico – XII



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

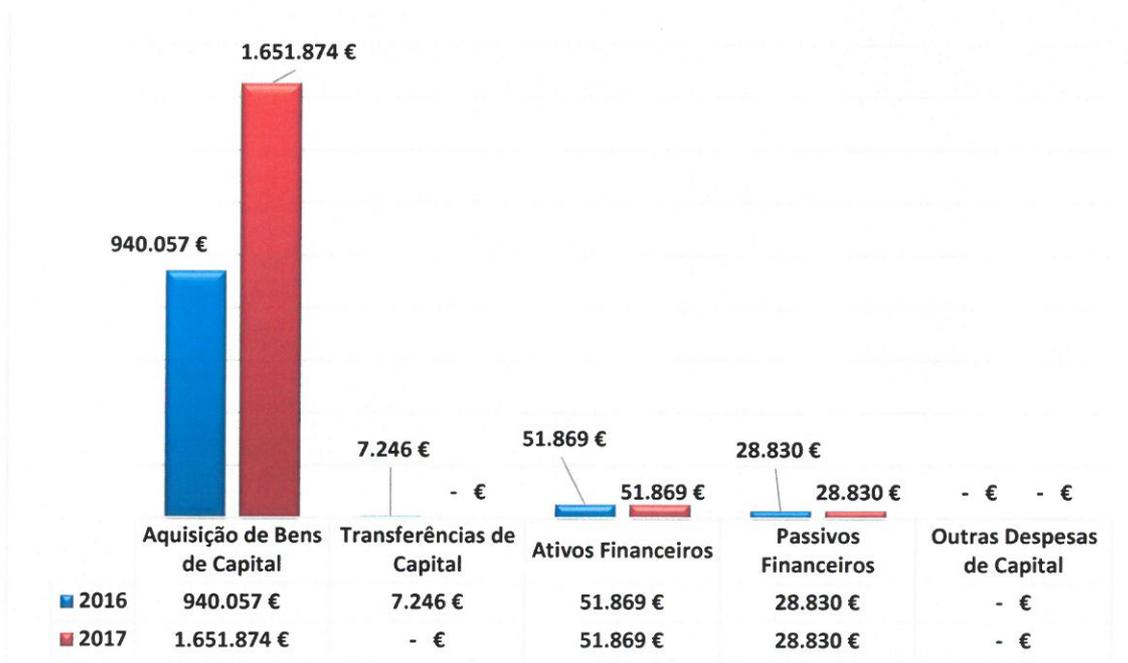
DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 5,4 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 30,5%, e 44,8% de despesa comprometida.

Quadro – XXIV

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2016/2017
		2016	2017			
7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.412.273,48	940.057,49	1.651.873,51	95,34%	30,52%	75,72%
8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.000,00	7.246,10	0,00	0,00%	0,00%	-100,00%
9 ATIVOS FINANCEIROS	51.869,00	51.869,00	51.869,00	2,99%	100,00%	100,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	28.829,78	28.829,78	28.829,78	1,66%	100,00%	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	5.511.977,26	1.028.002,37	1.732.572,29	100,00%	31,43%	68,54%

Gráfico – XIII



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV Exercício Económico de 2017

Designação		Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2016/2017
		2016	2017			
Correntes	7.439.389,34 €	6.606.350,91 €	7.000.474,60 €	80,16%	94,10%	5,97%
Capital	5.511.977,26 €	1.028.002,37 €	1.732.572,29 €	19,84%	31,43%	68,54%
Total Geral	12.951.366,60 €	7.634.353,28 €	8.733.046,89 €	100,00%	67,43%	14,39%

Com base no quadro apresentado, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo diminuído 2,11% em 2015 face a 2014 e 5,78% em 2016 face a 2015, já em 2017 registou-se um novo aumento principalmente nas despesas com pessoal.

Já, a despesa de capital registou um aumento de 68,54% face a 2016.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2013/2017

Quadro – XXVI

Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
DESPEAS CORRENTES	7.279.341	7.162.330	7.011.361	6.606.351	7.000.475
DESPEAS DE CAPITAL	912.895	1.164.480	980.805	1.028.002	1.732.572
DESPESA TOTAL	8.192.236	8.326.810	7.992.166	7.634.353	8.733.047

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
DESpesas CORRENTES	88,86%	86,02%	87,73%	86,53%	80,16%
DESpesas DE CAPITAL	11,14%	13,98%	12,27%	13,47%	19,84%
DESPEsa TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quadro – XXVIII

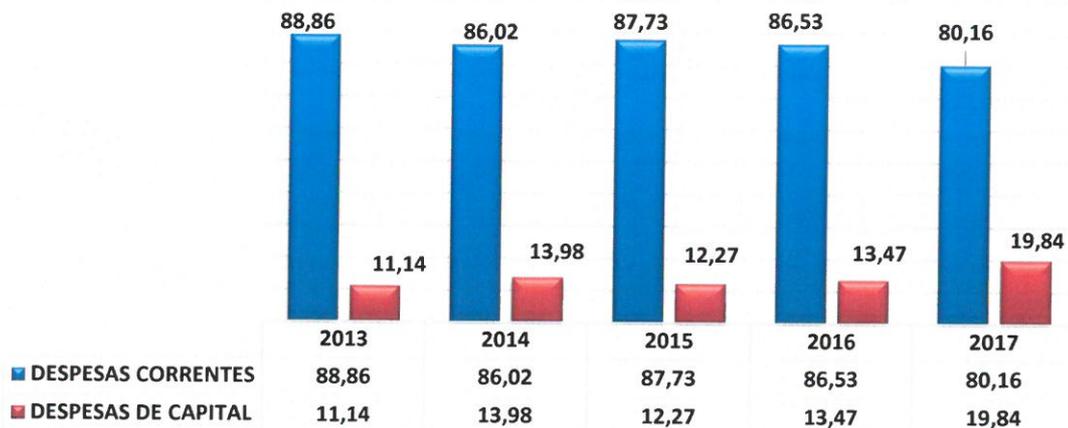
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2013	2014	2015	2016	2017
DESpesas CORRENTES	8,3%	-1,6%	-2,1%	-5,8%	6,0%
DESpesas DE CAPITAL	-54,7%	27,6%	-15,8%	4,8%	68,5%
DESPEsa TOTAL	-6,2%	1,6%	-4,0%	-4,5%	14,4%

EVOLUÇÃO DA DESPEsa EM PERCENTAGEM

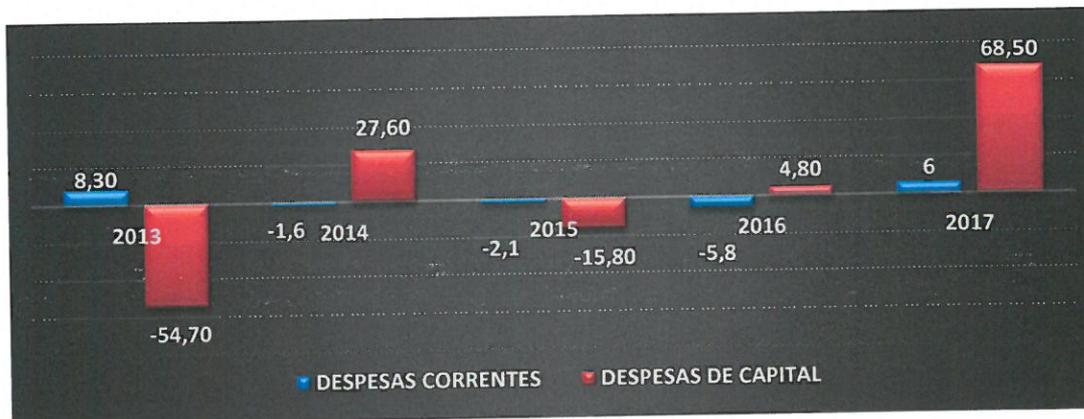
Gráfico – XIV



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EVOLUÇÃO DA DESPESA – VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico - XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 48,2% da despesa total e 60,1% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 27,3% sobre o total da despesa e 34,1% da despesa corrente.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR FATURAR

Quadro – XXIX

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017
1 - Compromissos totais assumidos	8.830.430 €	9.997.407 €	8.450.268 €	10.430.144 €
2 - Despesas totais pagas	8.192.236 €	8.326.810 €	7.992.166 €	8.733.047 €
3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo)	157.053 €	268.045 €	368.498 €	539.636 €
Diferença [1- (2+3)]	481.141 €	1.402.552 €	89.604 €	1.157.461 €

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro – XXX

RECEBIMENTOS			D 16/17	PAGAMENTOS			D 16/17
Saldo da gerência anterior.....		3.269.628,09	7,55%	Despesas orçamentais....		8.733.046,89	14,39%
Execução orçamental....	3.219.142,60		9,49%	Correntes....	7.000.474,60		5,97%
Operações de tesouraria...	50.485,49		-22,96%	Capital...	1.732.572,29		68,54%
Receitas orçamentais....		7.772.041,91	5,61%	Operações de tesouraria...		750.407,84	0,93%
Correntes.....	6.860.467,59		-5,02%	Saldo para a gerência seguinte...		2.365.364,30	-27,66%
Capital.....	911.574,32		90,52%	Execução orçamental...	2.258.137,62		-29,85%
Outras.....	7.644,64		1934,12%	Operações de tesouraria...	107.226,68		112,39%
Operações de tesouraria....		807.149,03	-2,90%				
Total....		11.848.819,03	1,73%	Total...		11.848.819,03	1,73%

As receitas totalizaram cerca de 7,8 milhões de euros, 88,3% dos quais de correntes e 11,7% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 8,7 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu uma diminuição de 3,2 milhões de euros para 2,3 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro – XXXI

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2017

Designação	Operações	Operações de	Total
	Orçamentais	Tesouraria	
(1) Saldo transitado de 2016 a)	3.219.142,60	50.485,49	3.269.628,09
(2) Receitas arrecadadas	7.772.041,91	807.149,03	8.579.190,94
(3) Despesas pagas	8.733.046,89	750.407,84	9.483.454,73
Saldo a transitar para 2018 (1+2-3)	2.258.137,62	107.226,68	2.365.364,30

a) Incorporado em 2017

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro – XXXII

INDICADORES	2015		2016		2017		VARIÇÃO (pontos percentuais)		
							2013/2014	2014/2015	2013/2015
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	10 202 828	127,66%	10 853 496	142,17%	11 018 893	14,51	-15,99	-1,49
	Despesa Total Paga	7 992 166		7 634 354		8 733 047			
2	Receita Corrente Cobrada	7 280 488	103,84%	6 915 138	104,67%	6 888 176	0,84	-6,28	-5,44
	Despesa Corrente Paga	7 011 361		6 606 351		7 000 475			
3	Receita Corrente Cobrada	7 280 488	88,96%	6 915 138	80,08%	6 888 176	-8,95	8,30	-0,65
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	8 183 692		8 635 189		7 799 750			
4	Despesa Corrente Paga	7 011 361	87,73%	6 606 351	86,53%	7 000 475	-1,19	-6,37	-7,57
	Despesa Total Paga	7 992 166		7 364 354		8 733 047			
5	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	10 202 828	127,66%	10 853 496	142,17%	11 018 893	14,51	-15,99	-1,49
	Despesa Total Paga	7 992 166		7 634 354		8 733 047			
6	Receitas Próprias Cobradas	2 652 293	33,19%	2 371 421	31,06%	2 283 862	-2,12	-4,91	-7,03
	Despesa Total Paga	7 992 166		7 634 354		8 733 047			
7	Fundos Municipais	264 418	3,31%	4 363 578	57,16%	4 526 937	0,42	48,11	48,53

8	Despesa Total Paga	7 992 166				8 733 047							
	Receita Corrente Cobrada Localmente	1 281 299	16,03%		7 634 354	1 132 368	12,97%	0,19	-3,26				-3,07
	Despesa Total Paga	7 992 166			7 634 354	8 733 047							
9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)		0,00%		10 853 496	11 018 893	0,00%	0,00	0,00				0,00
	Receita Total Disponível	10 202 828											
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)		0,00%		7 634 354	8 733 047	0,00%	0,00	0,00				0,00
	Despesa Total Paga	7 992 166											
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)		0,00%		940 057	1 651 874	0,00%	0,00	0,00				0,00
	Investimento (PPI)	899 447											
12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	30 091	0,38%		29 190	29 086	0,33%	0,01	-0,05				-0,04
	Despesa Total Paga	7 992 166			7 634 354	8 733 047							
13	Amortização de Empréstimos de MLP	28 830	0,36%		28 830	28 830	0,33%	0,02	-0,05				-0,03
	Despesa Total Paga	7 992 166			7 634 354	8 733 047							
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	30 091	0,29%		29 190	29 086	0,26%	-0,03	0,00				-0,03
	Receita Total Disponível	10 202 828			10 853 496	11 018 893							
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	30 091	4		29 190	29 086	4	-0,13	-0,01				-0,14
	População	7 031			7 031	7 031							
16	Compromissos Assumidos para o Exercício	8 450 268	102,30%		9 979 183	10 430 144	113,92%	22,59	-12,36				10,23

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

	Despesas totais realizadas e facturadas	8 260 211		7 848 660		9 155 692				
17	Despesa Total Paga	7 992 166	94,58%	7 634 354	76,50%	8 733 047	83,73%	-18,08	7,23	-10,85
	Compromissos Assumidos para o Exercício	8 450 268		9 979 183		10 430 144				
18	Saldo Final Orçamental da Gerência	2 210 662	824,74%	3 219 143	1502,12%	2 258 138	534,29%	-206,62	-666,68	-873,30
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	268 045		214 307		422 645				
19	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	268 045	3,25%	214 307	2,73%	422 645	4,62%	1,46	1,22	2,69
	Despesas totais realizadas e facturadas	8 260 211		7 848 660		9 155 692				
20	Receita Total Disponível	10 202 828	1661,69%	10 853 496	2042,30%	11 018 893	1549,90%	-173,61	-304,85	-478,46
	Dívida Municipal em sentido lato	614 002		531 435		710 943				
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 202 828	1661,69%	10 853 496	2042,30%	11 018 893	1549,90%	-173,61	-304,85	-478,46
	Dívida Municipal em sentido lato	614 002		531 435		710 943				
22	Dívida financeira de MLP	345 957	3,39%	317 128	2,92%	288 298	2,62%	-0,47	-0,31	-0,77
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 202 828		10 853 496		11 018 893				
23	Dívida Municipal em sentido lato	614 002	87	531 435	76	710 943	101	12	18	30
	População	7 031		7 031		7 031				

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

Constantes da Contabilidade				
Lançamento Orçamento:	1		Ano Contabilístico:	2017
Data de Deliberação:	16-11-2016		Data trabalho:	29-12-2017
Alterações e Revisões ao orçamento				
Total Modificações: 44				
	Despesa	Receita	PPI	PAM
Alteração	44	1	24	38
Revisão	1	1	1	1

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 24 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro - XXXIV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2017				
Financiamento total		Financiamento Definido		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	Dotação inicial	Dotação corrigida	
2.615.683,48€	5.399.773,48€	2.625.683,48€	5.400.773,48€	2.775.090,00€

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 38 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Atividades / 2017		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
6.029.171,52€	7.468.224,12€	1.439.052,60€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2017, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior e uma alteração.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Receita / 2017		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
8.745.724,00€	12.953.866,60€	4.208.142,60€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2017, foram efetuadas 1 revisão orçamental, uma para inclusão do saldo da gerência anterior e outra para inscrição de rubricas não previstas, e 44 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

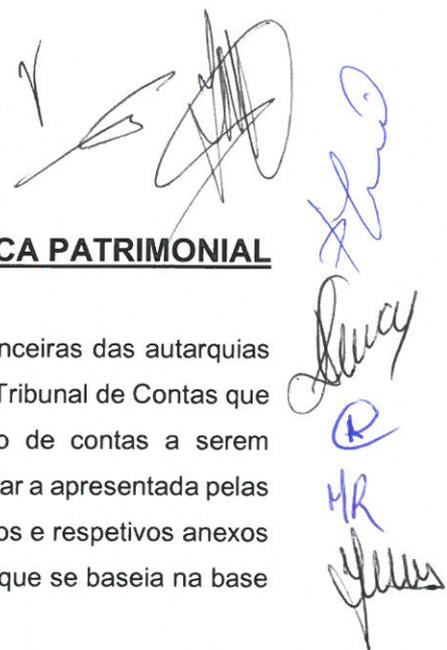
Quadro – XXXVII

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Despesa / 2017	
Dotações iniciais	8.745.724 €
Reforços/Inscrições	6.223.434 €
Saldo da Gerência Anterior	3.219.143 €
Diminuições/Anulações	2.017.792 €
Dotação após alterações	12.951.367 €
Reposições abatidas nos pagamentos	- €
Dotações corrigidas	12.951.367 €

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.



ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2017, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2017.

ANÁLISE DO BALANÇO NO ÚLTIMO TRIÉNIO

Quadro – XXXVII

CONTAS DOS BALANÇOS	BALANÇOS				2015 / 2016				2016 / 2017				2015 / 2017			
	2015		2016		2017		2015 / 2016		2016 / 2017		2015 / 2016		2016 / 2017		2015 / 2017	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Activo																
Imobilizado:																
Bens de dominio público	22 554 444,88	50,3%	21 375 784,18	48,2%	21 104 673,21	49,1%	- 1 188 660,70	-5%	- 271 110,97	- 246%	- 271 110,97	-1%	- 1 459 771,67	-6%	- 1 459 771,67	-79%
Imobilizações incorpóreas	7 385,45	0,0%	6 568,01	0,0%	3 259,25	0,0%	- 817,44	-11%	- 3 308,76	0%	- 3 308,76	-50%	- 4 126,20	-56%	- 4 126,20	0%
Imobilizações corpóreas	17 324 655,15	38,6%	17 408 281,26	39,2%	17 167 722,96	39,9%	83 626,11	0%	- 240 558,30	17%	- 240 558,30	-1%	- 156 932,19	-1%	- 156 932,19	-8%
Investimentos financeiros, dos quais:	1 248 606,29	2,8%	1 199 936,07	2,7%	1 151 265,84	2,7%	- 48 670,22	-4%	- 48 670,23	-10%	- 48 670,23	-4%	- 97 340,45	-8%	- 97 340,45	-5%
Circulante:																
Existências	126 088,66	0,4%	147 069,08	0,3%	73 860,34	0,2%	20 980,42	17%	20 980,42	4%	20 980,42	17%	- 52 228,32	-41%	- 52 228,32	-3%
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	0%	0,00	%	0,00	%	0,00	0%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1 060 506,46	2,5%	793 431,07	1,8%	871 391,99	2,0%	- 267 075,39	-25%	77 960,92	-55%	77 960,92	10%	- 189 114,47	-16%	- 189 114,47	-10%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	0%	0,00	%	0,00	%	0,00	0%
Depósitos e caixa	2 309 182,06	4,8%	3 269 628,09	7,4%	2 393 072,26	5,6%	960 446,03	42%	- 876 555,83	199%	- 876 555,83	-27%	83 890,20	4%	83 890,20	5%
Acréscimos e diferimentos	223 715,71	0,2%	181 443,48	0,4%	246 752,21	0,6%	- 42 272,23	-19%	65 308,73	-9%	65 308,73	36%	23 036,50	10%	23 036,50	1%
Total do Activo	44 864 584,66	99%	44 382 141,24	100%	43 011 998,06	100%	- 482 443,42	-1%	- 1 370 143,18	-100%	- 1 370 143,18	-3%	- 1 852 566,60	-4%	- 1 852 566,60	-100%
Fundos próprios																
Património	45 445 042,79	147,7%	45 445 042,79	151,7%	45 445 042,79	159,2%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Ações PP + Prest. Supl. + Prémios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	%	0,00	0%	0,00	%	0,00	%	0,00	0%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	1 478 915,37	4,8%	1 478 915,37	4,9%	1 478 915,37	5,2%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas, Subsídios e Doações	- 15 102 740,08	-48,1%	- 16 065 301,53	-53,6%	- 16 972 796,85	-59,5%	- 962 561,45	6%	- 907 495,32	-117%	- 907 495,32	6%	- 1 870 056,77	12%	- 1 870 056,77	-84%
Resultados transferidos	- 1 050 209,88	-3,4%	- 907 495,32	-3,0%	- 1 409 906,00	-4,9%	142 714,56	-14%	- 502 410,68	17%	- 502 410,68	55%	- 359 696,12	34%	- 359 696,12	-16%
Total dos Fundos Próprios	30 771 008,20	100%	29 951 161,31	100%	28 541 255,31	100%	- 819 846,89	-3%	- 1 409 906,00	-100%	- 1 409 906,00	-5%	- 2 229 152,89	-7%	- 2 229 152,89	-100%

[Handwritten signatures and initials]

Passivo																			
Provisões	381 531,42	2,7%	465 836,01	3,2%	436 582,92	3,0%	84 304,59	%	25%	- 29 253,09	-6%	-74%	55 051,50	%	15%				
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	345 957,34	2,5%	615 555,45	4,3%	487 197,65	3,4%	269 598,11	78%	0%	- 128 357,80	-21%	-323%	141 240,31	41%	37%				
Dívidas a terceiros - Curto prazo	679 712,90	4,8%	601 764,28	4,2%	679 103,40	4,7%	- 77 948,62	-11%	-23%	77 339,12	13%	195%	- 609,50	0%	0%				
Acréscimos e diferimentos	12 566 374,80	90,0%	12 747 824,19	88,3%	12 867 858,78	88,9%	61 449,39	0%	18%	120 034,59	1%	302%	181 483,98	1%	48%				
Total do Passivo	14 093 576,46	100%	14 430 979,93	100%	14 470 742,75	100%	337 403,47	2%	100%	39 762,82	0%	100%	377 166,29	3%	100%				
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	44 864 584,66		44 382 141,24		43 011 998,06		- 482 443,42	-1%		- 1 370 143,18	-3%		- 1 852 586,60	-4%					

Procedimento de Controlo (Total Activo/Total Fundos Próprios + Passivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-327 256,47	0,00
--	------	------	------	------	------	------	------	-------------	------

PESO NO ACTIVO DOS:									
Fundos próprios	69%	67%	66%						
Passivo - total	31%	33%	34%						
Passivo - Acréscimos e diferimentos	28%	29%	30%						

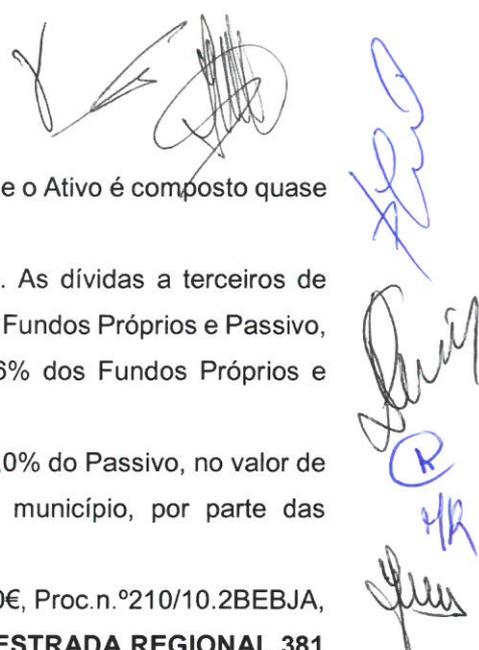
PESO NA VARIACÃO DO ACTIVO DOS:									
Fundos Próprios	-170%	-103%							
Passivo	70%	3%							
Total									
Acréscimos e diferimentos	-13%	-9%							

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2017.

Balanço Sintético

Quadro – XXXIX

ATIVO					PASSIVO				
	2016		2017			2016		2017	
Imobilizado.	39.990.569 €	93,0%	39.426.921 €	91,7%	Fundos Próprios.	29.951.162 €	67,5%	28.541.256 €	66,4%
Bens de domínio público	21.375.784 €	49,7%	21.104.673 €	49,1%	Património	45.445.043 €	105,7%	45.445.043 €	105,7%
Imobilizações incorpóreas	6.568 €	0,0%	3.259 €	0,0%	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Imobilizações corpóreas	17.408.281 €	40,5%	17.167.723 €	39,9%	Reservas de reavaliação	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Investimentos Financeiros	1.199.936 €	2,8%	1.151.266 €	2,7%	Reservas legais	1.321.723 €	3,1%	1.321.723 €	3,1%
					Subsidios	115.225 €	0,2%	155.401 €	0,3%
					Resultados transitados	-12.131.584€	-22,4%	-15.102.740€	-33,7%
					Resultados líquidos do exercício	-2.971.156 €	-3,6%	-1.050.210€	-2,3%
					Doações	1.535 €	0,0%	1.792 €	0,0%
Circulante.	4.391.571 €	9,9%	3.585.035 €	8,3%	Passivo.	14.430.980 €	32,5%	14.470.743 €	33,6%
Existências	147.069 €	0,3%	73.818 €	0,2%	Provisões para riscos e encargos	465.836 €	1,1%	436.583 €	1,0%
D vidas de Terceiros - Curto prazo.	793.431 €	1,8%	871.392 €	2,0%	Dívidas a terceiros - M/L Prazo	615.555 €	1,4%	487.198 €	1,1%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa.	3.269.628 €	7,6%	2.393.072 €	5,6%	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	601.764 €	1,4%	679.103 €	1,6%
Acréscimos e diferimentos.	181.443 €	0,4%	246.752 €	0,6%	Acréscimos e diferimentos	12.747.824 €	29,6%	12.867.859 €	29,9%
Total do Ativo	44.382.140 €	103%	43.011.956 €	100%	Total dos Fundos Próprios + Passivo	44.382.141 €	100%	43.011.998 €	100%



- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (91,7%).

- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 487.198€, representando 1,1% dos Fundos Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 679.103€, e que representam 1,6% dos Fundos Próprios e Passivo.

- Relativamente às provisões para riscos e encargos, representam 1,0% do Passivo, no valor de 436.583€, referem-se a processos judiciais interpostos contra o município, por parte das empresas:

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., no valor de 40.000,00€, Proc.n.º210/10.2BEBJA, referente ao processo da “**EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA REGIONAL 381 – ARRUAMENTOS NA ALDEIA DA SERRA – REDONDO**”, sendo que a empresa foi excluída por entrega da proposta fora de prazo. A mesma contestou a exclusão solicitando a nulidade da deliberação, ou em alternativa uma indemnização de 40.000,00.

Condop – Construções e Obras Públicas, S.A., no valor de 273.765,48€, Proc.n.º336/10.2BECBR, referente à “**EMPREITADA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DE REDONDO**”. Foram emitidas faturas sobre trabalhos não executados que a câmara não reconhece.

- PROC.Nº210/10.2BEBJA - PROC.Nº661/16.2BECBR – no valor de 108.160,45€, referente ao processo de loteamento.

- Empreitada da Zona Verde de Verde de Montoito que se encontra em encerramento com o valor de 14.656,99€.

- Relativamente aos Fundos Próprios, representam 66,4% do total do Ativo e fixaram-se, em 2017, em 28,5 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

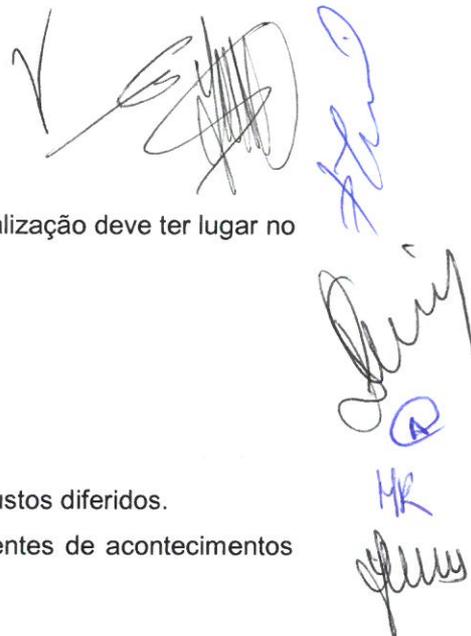
- Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;
- Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;
- Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;
- Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;
- A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).

Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.



B) **Ativo circulante** – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos:

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) **Acréscimos e diferimentos** – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- a) Património;
- b) Reservas;
- c) Resultados transitados;
- d) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 39.426.921€, o que significa que, comparativamente a 2016, diminuiu cerca de 563.648,00€;
- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 41,0%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;
- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 528%;
- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 66%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

RÚBRICAS	2015	2016	2017
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	1.177.615,93 €	1.177.616,93 €	1.177.616,93 €
Edifícios	67.707,31 €	66.740,06 €	65.772,81 €
Outras construções e infraestruturas	21.293.778,42 €	19.993.024,75 €	18.840.565,42 €
Imobilizações em curso	25.343,22 €	138.402,44 €	1.020.718,05 €
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7.385,45 €	6.568,01 €	3259,25 €
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2.208.877,43 €	2.155.967,43 €	2.126.322,43 €
Edifícios e outras construções	14.189.045,83 €	13.848.792,11 €	13.461.823,49 €
Equipamento básico	370.683,64 €	287.152,42 €	226.324,97 €
Equipamento de transporte	398.076,08 €	647.403,72 €	540.688,79 €
Ferramentas e utensílios	3.860,67 €	4.931,77 €	7.252,73 €
Equipamento administrativo	114.327,48 €	81.918,36 €	55.828,17 €
Outras imobilizações corpóreas	39.784,02 €	31.685,16 €	38.274,42 €
Imobilizações em curso	0,00 €	350.430,29 €	711.207,96 €
Investimentos financeiros			
Partes de Capital	152.405,00 €	152.405,00 €	152.405,00 €
Obrigações e títulos de participação	363.083,45 €	363.083,45 €	363.083,45 €
Investimentos em imóveis	733.117,84 €	684.447,62 €	635.777,39 €
TOTAL	41.145.091,77 €	39.990.569,52 €	39.426.921,26 €

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	VARIAÇÃO
Acréscimos e Diferimentos	223.715,51€	181.443,48 €	246.752,21 €	65.308,73 €
Restante Ativo	44.640.869,15€	44.200.697,76 €	42.765.245,85 €	- 1.345.451,91 €
ATIVO TOTAL	44.864.584,66€	44.382.141,24 €	43.011.998,06 €	- 1.370.143,18 €

Quadro – XLII

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	VARIAÇÃO
Património	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	- €
Restantes Fundos Próprios	- 14.674.034,59 €	- 15.493.881,48 €	- 16.903.878,48 €	- 1.409.906,00 €
FUND. PRÓPRIOS TOTAIS	30.771.008,20 €	29.951.161,31 €	28.541.255,31 €	- 1.409.906,00 €

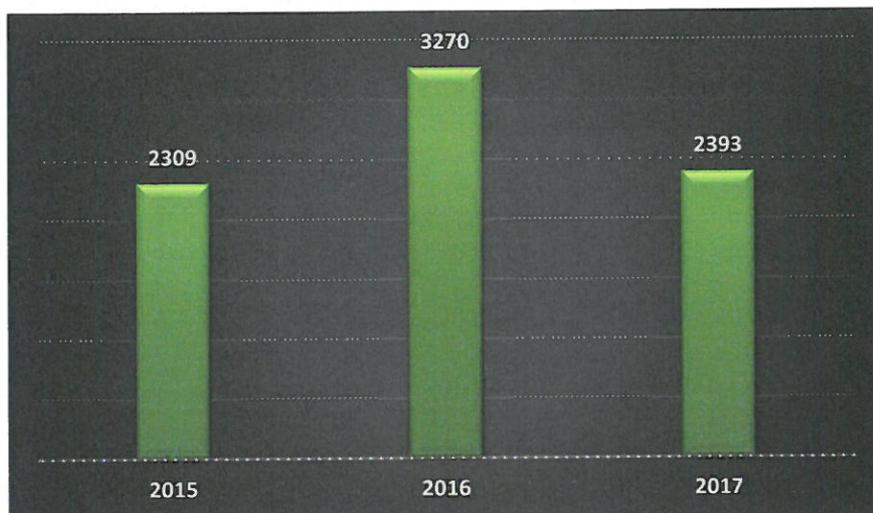
DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)

Quadro – XVIII

Un: Euros

	2015	2016	2017
CAIXA			
CAIXA TESOUREARIA	3.957,44 €	2.295,97 €	7326,48 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	480.323,90 €	1.081.861,57 €	864.612,84 €
BANCO BPI, SA	98.669,33 €	220.196,84 €	103.506,97 €
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	7.666,62 €	8.872,69 €	10.256,13 €
BANCO ESPÍRITO SANTO	92.641,30 €	63.424,22 €	34.338,59 €
MILLENIUM BCP	1.625.923,47 €	1.892.976,8€	1.373.031,25 €
TOTAL GERAL	2.309.182,06 €	3.269.628,09 €	2.393.072,26 €

Gráfico – XVI



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2017.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2017 com um resultado líquido de (-1.409.906€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuiram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

RESULTADOS	2015	2016	2017	Crescimento	% Cresc.
				(2016-2017)	
Resultados Operacionais	-2.083.754,32€	-1.994.622,03 €	-2.497.788,90 €	503.166,87 €	-20,14%
Resultados Financeiros	301.708,65€	328.599,06€	310.546,42€	-18.052,64 €	-5,81%
Resultados Correntes	-1.782.045,67€	-1.666.022,97€	-2.169.242,48€	-503.219,51 €	-23,20%
Resultado Líquido do Exercício	-1.050.209,88€	-907.495,32€	-1.409.906,00€	-502.410,68 €	-35,63%

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

PROVEITOS OPERACIONAIS	2015	2016	2017	Crescimento	% Cresc.
				(2016-2017)	
Venda e Prestação de Serviços	900.277,40 €	1.072.052,56 €	1.107.030,21 €	34.977,65 €	3,16%
Impostos e taxas	1.130.545,00 €	909.286,67 €	867.974,29 €	-41.312,38 €	-4,76%
Transf. e Sub. Obtidos	5.435.248,44 €	4.974.863,16 €	5.066.935,19 €	92.072,03 €	1,82%
Trabalhos Própria Entidade	0,00 €	97.287,54 €	220.426,08 €	123.138,54 €	55,86%
Proveitos Suplementares	5.000,00 €	- €	- €	- €	%
TOTAL	7.471.070,84 €	7.053.489,93 €	7.262.365,77 €	208.875,84 €	2,88%

CUSTOS OPERACIONAIS

Quadro – XLVI

CUSTOS OPERACIONAIS	2014	2016	2017	Crescimento	% Cresc.
				(20016-2017)	
CMVMC	839.302,97 €	635.919,27 €	761.289,53 €	125.370,26 €	16,47%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.047.655,37 €	1.965.992,71 €	1.885.279,47 €	-80.713,24 €	-4,28%
Custos com Pessoal	3.969.128,68 €	3.721.534,82 €	4.309.228,98 €	587.694,16 €	13,64%
Amortizações do exercício	2.315.636,18 €	2.246.206,39 €	2.129.989,30 €	-116.217,09 €	-5,46%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	337.864,96 €	324.104,90 €	312.065,94 €	-12.038,96 €	-3,86%
Provisões do exercício	11.317,83 €	122.481,22 €	313.290,16 €	190.808,94 €	60,90%
Outros Custos Operacionais	33.919,17 €	31.872,65 €	31.011,29 €	-861,36 €	-2,78%
TOTAL	9.554.825,16 €	9.048.111,96 €	9.742.154,67 €	694.042,71 €	7,12%

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2017, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 310.546,42€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.



Quadro – XLVII

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 HWA
 (A)
 HR
 JMS

VALOR €

PROVEITOS FINANCEIROS	2015	2016	2017	CUSTOS FINANCEIROS	2015	2016	2017
Proveitos e Ganhos Financeiros	373.531€	379.339€	363.977€	Custos e Perdas Financeiras	71.822€	50.739€	53.431€
TOTAL	373.531€	379.339€	363.977€	TOTAL	71.822€	50.739€	53.431€

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	2015	2016	2017	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS	2015	2016	2017
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.113.780€	855.927,88€	975.462,53€	Custos e Perdas Extraordinários	381.944€	97.400€	216.126,05€
TOTAL	1.113.780€	855.927,88€	975.462,53€	TOTAL	381.944€	97.400€	216.126,05€

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro – XLIX

PROVEITOS TOTAIS	2015	2016	2017	CUSTOS E PERDAS	2015	2016	2017
Proveitos Totais	8.958.382 €	8.288.756 €	8.601.805,38 €	Custos e Perdas do Exercício	10.008.592 €	9.196.252 €	10.011.711 €
TOTAL	8.958.382 €	8.288.756 €	8.601.805 €	TOTAL	10.008.592 €	9.196.252 €	10.011.711,38€
Resultado Líquido					-1.050.210 €	-907.496 €	-1.409.906 €

O Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 1,4 milhões de euros, contribuindo para isso os resultados operacionais.

Os resultados operacionais resultam das atividades decorrentes do Município ao passo que os resultados financeiros se devem sobretudo aos juros dos empréstimos obtidos. O valor positivo dos resultados extraordinários deve-se essencialmente à redução dos proveitos diferidos.

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão.

Quadro – L
Sustentabilidade a médio e longo prazos

INDICADORES	2014		2015		2016		VARIÇÃO (pontos percentuais)		
							2014/2015	2015/2016	2014/2016
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	30 771 008	29 951 161	28 541 255	197,23%	-10,79	-10,31	-21,10
		Passivo	14 093 576	14 430 980	14 470 743	207,55%			
2	Solvabilidade II	Ativo Líquido	44 864 585	44 382 141	43 011 998	307,55%	-10,79	-10,31	-21,10
		Passivo	14 093 576	14 430 980	14 470 743	297,23%			
3	Solvabilidade Adaptado	Ativo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	22 300 140	23 006 357	21 907 325	159,42%	1,19	-8,03	-6,84
		Passivo	14 093 576	14 430 980	14 470 743	151,39%			
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	30 771 008	29 951 161	28 541 255	67,48%	-1,10	-1,13	-2,23
		Ativo Líquido	44 864 585	44 382 141	43 011 998	68,59%			
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS									

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO											
5	Liquidez Geral	Ativo Circulante	3 719 493	305,73%	4 391 572	729,78%	3 585 077	527,91%	424,05	-201,87	222,18
		Passivo Circulante	1 216 590		601 764		679 103				
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	2 309 182	189,81%	3 269 628	543,34%	2 393 072	352,39%	353,53	-190,95	162,58
		Passivo Circulante	1 216 590		601 764		679 103				
7	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauc. e gar. de fornec. em dinheiro). Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano	581 193	66	849 707	93	770 777	105	27	12	39
			3 202 755		3 329 895		2 681 609				
8	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12 Aquisição de Imobilizado no ano	91 786	34	246 163	114	219 343	232	80	118	198
			983 806		790 279		345 379				
9	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	18 967 468	46,10%	17 818 893	44,56%	16 160 594	40,99%	-1,54	-3,57	-5,11

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including a large signature and the initials 'A' and 'R'.

10	Indicador das imobilizações II	Imobilizado Líquido	41 145 092	39 990 570	74,90%	39 990 570	39 426 921	72,39%	0,11	-2,51	-2,40
		Fundo Patrimonial	30 771 008	29 951 161	74,90%	29 951 161	28 541 255	72,39%			
		Imobilizado Líquido	41 145 092	39 990 570		39 990 570	39 426 921				
11	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	12 495 455	13 363 380	30,37%	13 363 380	13 355 056	33,87%	3,05	0,46	3,50
		Imobilizado Líquido	41 145 092	39 990 570		39 990 570	39 426 921				
12	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	1 216 590	601 764	2,96%	601 764	679 103	1,72%	-1,45	0,22	-1,23
		Imobilizado Líquido	41 145 092	39 990 570		39 990 570	39 426 921				
13	IMOBILIZAÇÕES	Imobilizado Líquido	41 145 092	39 990 570	91,71%	39 990 570	39 426 921	91,66%	-1,60	1,56	-0,04
		Ativo Líquido	44 864 585	44 382 141		44 382 141	43 011 998				
14	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	22 564 445	21 375 784	50,29%	21 375 784	21 104 673	49,07%	-2,13	0,90	-1,23
		Ativo Líquido	44 864 585	44 382 141		44 382 141	43 011 998				



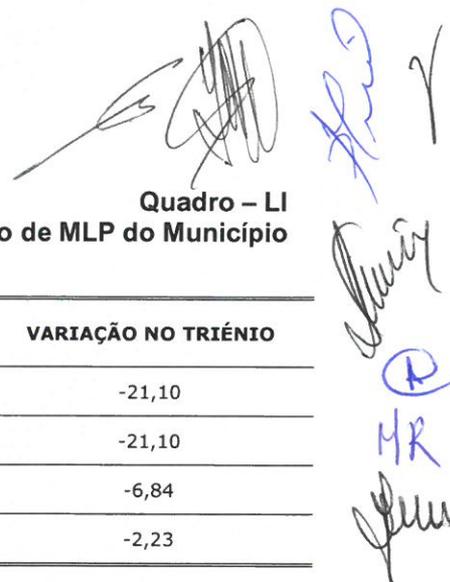



ENDIVIDAMENTO											
15	Endividamento	Passivo	14 093 576	31,41%	14 430 980	32,52%	14 470 743	33,64%	1,10	1,13	2,23
		Ativo Líquido	44 864 585		44 382 141		43 011 998				
16	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	345 957	0,77%	615 555	1,39%	259 469	0,60%	0,62	-0,78	-0,17
		Ativo Líquido	44 864 585		44 382 141		43 011 998				
17	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	345 957	0,77%	615 555	1,39%	487 198	1,13%	0,62	-0,25	0,36
		Ativo Líquido	44 864 585		44 382 141		43 011 998				
18	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	679 713	1,52%	601 764	1,36%	679 103	1,58%	-0,16	0,22	0,06
		Ativo Líquido	44 864 585		44 382 141		43 011 998				
19	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	28 828,58	0,06%	28 828,58	0,07%	0,06	0,00	0,07
		Ativo Líquido	44 864 585		44 382 141		43 011 998				
20	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	345 957	2,45%	615 555	4,27%	259 469	1,79%	1,81	-2,47	-0,66

[Handwritten signatures and scribbles]

21		Passivo	14 093 576		14 430 980		14 470 743		
	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	679 713	4,82%	601 764	4,17%	679 103	4,69%	-0,65
		Passivo	14 093 576		14 430 980		14 470 743		0,52
									-0,13

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top left, a signature with a circled 'A' below it, and initials 'HR' to the right.



Quadro – LI
Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

INDICADORES	2015	2016	2017	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Solvabilidade I	218%	208%	197%	-21,10
Solvabilidade II	318%	308%	297%	-21,10
Solvabilidade Adaptado	158%	159%	151%	-6,84
Autonomia Financeira	69%	67%	66%	-2,23

A solvabilidade, ou a capacidade de solver compromissos assumidos (passivo) com recurso a fundos próprios ou ao ativo total revela apenas uma diminuição de 21,1 p.p.. Contabilisticamente, os fundos próprios representam 197% do passivo total, sendo que o ativo representa cerca de 297% do passivo, refletindo uma situação líquida positiva.

O indicador da solvabilidade adaptado, atendendo ao ativo líquido sobre o passivo, surge devido aos bens de domínio público não representarem liquidez ou possível meio de liquidez dos municípios. Assim, temos em 2017 um grau de solvabilidade de 151%.

A autonomia financeira com uma diminuição de 2,23% representa 66%. Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos, quanto maior o rácio, tanto menor será a dependência do Município face a financiamentos externos.

Quadro – LII
Indicadores de equilíbrio de CP do Município

INDICADORES	2015	2016	2017	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Liquidez Geral	306%	730%	528%	222,18
Liquidez Imediata	190%	543%	352%	162,58
Prazo médio de Pagamento	66	93	105	39
Prazo médio de Pagamento - imobilizado	34	114	232	198

A Liquidez Geral revela a capacidade do Município em pagar os encargos a curto prazo.

A Liquidez Imediata relaciona só o valor existente em Disponibilidades com o passivo circulante.

Quadro – LIII
Indicadores de imobilizações Município

INDICADORES	2015	2016	2017	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Indicador das imobilizações I	46%	45%	41%	-5,11
Indicador das imobilizações II	75%	75%	72%	-2,40
Indicador das imobilizações III	30%	33%	34%	3,50
Indicador das imobilizações IV	3%	2%	2%	-1,23
Percentagem de imobilizado líquido total	92%	90%	92%	-0,04
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	50%	48%	49%	-1,23

Quadro – LIV
Indicadores de endividamento Município

INDICADORES	2015	2016	2017	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Endividamento	31%	33%	34%	2,23
Endividamento de MLP	1%	1%	1%	-0,17
Endividamento - Empréstimos de MLP	1%	1%	1%	0,36
Endividamento de CP	2%	1%	2%	0,06
Endividamento - Empréstimos de CP	0%	0%	0%	0,07
Estrutura de Endividamento I	2%	4%	2%	-0,66
Estrutura de Endividamento II	5%	4%	5%	-0,13

O grau de endividamento do Município, atendendo à relação passivo/ativo líquido, situou-se nos 34%.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro – LV

	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos Concedidos	16.178 €	15.323 €	14.321 €	0 €	0 €
Contribuintes c/c	13.429 €	14.270 €	12.249 €	12.485 €	11.392 €
Utentes c/c	861.625 €	447.896 €	193.991 €	335.506 €	197.601 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	104.684 €	0 €	-7.891 €	0 €	12.344 €
Estado e outros entes públicos	840,49 €	2.761 €	10.222 €	7.436 €	6.346 €
Administração autárquica	98.525 €	69.863 €	344.790 €	45.638 €	26.631 €
Outros devedores	483.074 €	617.972 €	492.825 €	392.365,47 €	617.076 €
TOTAL	1.578.355 €	1.168.085 €	1.060.507 €	793.431 €	871.392 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico – XVII



DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um aumento em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 6,2% no total da despesa paga.

Quadro – LVI

	2012	2013	2014	2016	2017
Dívidas a Terceiros	239.105,71 €	774.437,22 €	679.712,90 €	493.272,70 €	539.636,66 €
TOTAL	239.105,71 €	774.437,22 €	679.712,90 €	493.272,70 €	539.636,66 €

A composição desta dívida de 539.636,66€, é a seguinte:

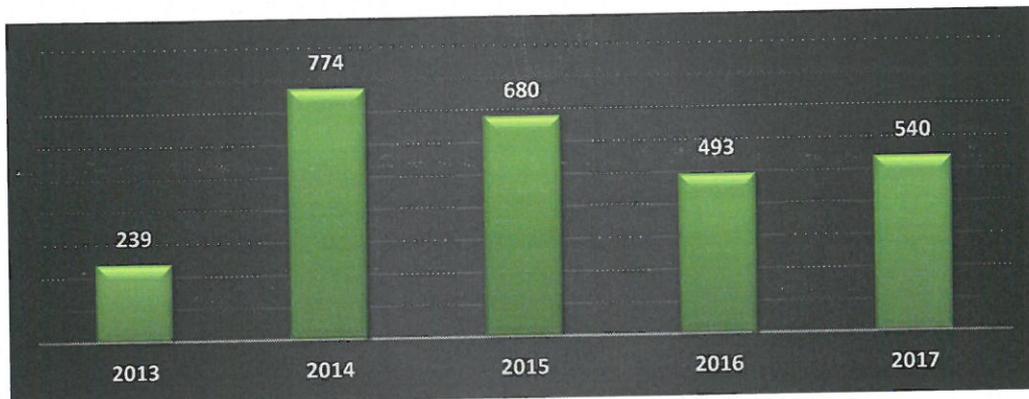
- 103.155,62€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 13.834,95€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;
- 219.342,96€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no final do ano económico

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

mas com entrada na autarquia depois de 31 de dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Divida não reconhecida) pela CMR.

- Apenas 203.302,13€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de dezembro;

Gráfico – XVIII
Dívida a Terceiros

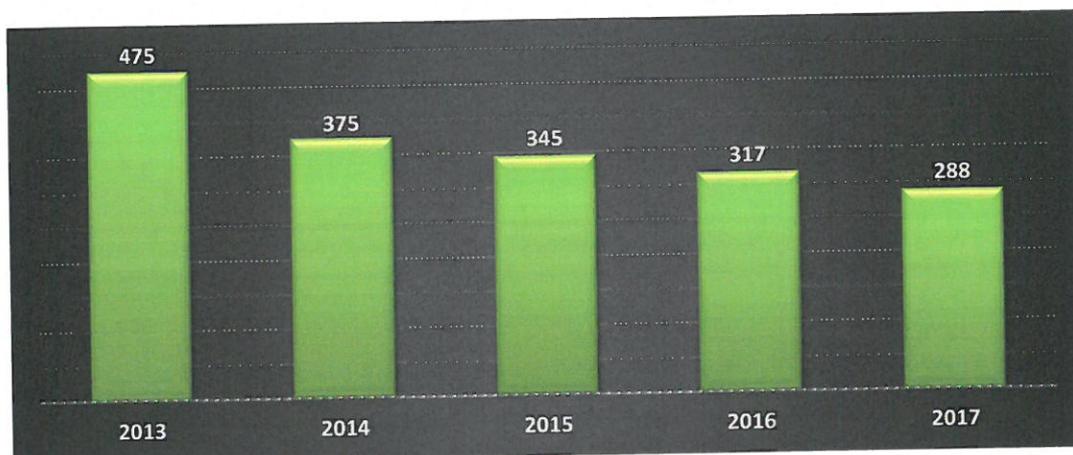


DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

Empréstimo a Médio e Longo Prazo	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida a 31 de Dezembro	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€	317.127,56€	288.298,98€
TOTAL	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€	317.127,56€	288.298,98€

Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais:

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA

A Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, no seu art.º 52, fixa como limite a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro – LVIII

Limite da Dívida – Valores de referência

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
6.971.277	7.280.487	6.915.138	21.166.902	7.055.634

Apuramento da Capacidade de endividamento para 2017

(Artigo 52º e 54º da Lei nº 73 / 2013, de 3 de setembro)

Apuramento do Limite da Dívida Total para 2017

Total da Receita Cobrada nos 3 últimos anos			21.136.326,00 €
Receita Corrente Cobrada em	2014	6.956.717,00 €	
Receita Corrente Cobrada em	2015	7.274.954,00 €	
Receita Corrente Cobrada em	2016	6.904.655,00 €	
Média da Receita			7.045.442,00 €
1,5 Vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos			10.568.163,00 €

Apuramento da Dívida Total

Em

31-12-2017

Dívida Total de Operações Orçamentais do Município	851.598,00 €
Dívidas de Entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (Artº 54º)	38.019,00 €
Dívida Total Excluindo Operações Extraorçamentais	889.617,00 €



Capacidade de Endividamento	
Limite da Dívida Total	10.568.163,00 €
Dívida Total Excluindo Operações Extraorçamentais	889.617,00 €
Margem Absoluta	9.678.546,00 €
Margem utilizável (20% alínea b) do n.º 3 do art.º 52	1.935.709,20 €

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O não cumprimento deste preceito legal, bem como de outros em matéria de endividamento constantes do Orçamento do Estado, pode determinar a redução na proporção do incumprimento das transferências a efetuar para as autarquias.

Nesta conformidade o limite da dívida, seria para o ano de 2017 de 10.568.163,00 euros. Contudo, sempre que um município cumpra este limite, só pode aumentar, em cada exercício o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De referir ainda que, de acordo com a Lei n.º 73/2013, a dívida a considerar engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município são ainda incluídas as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais e empresas participadas.

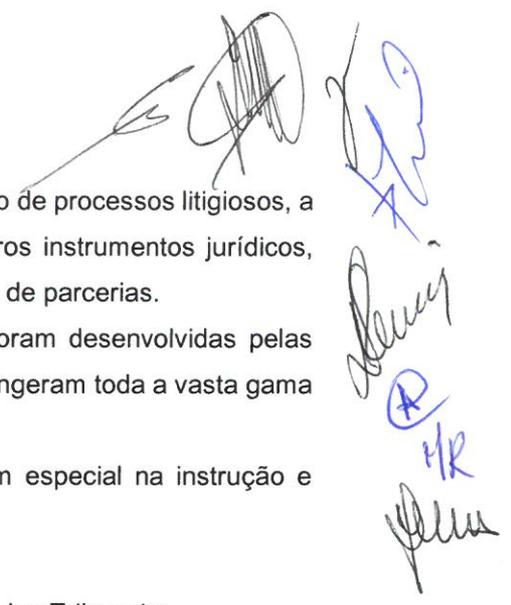
No caso do Município de Redondo concorrem para o apuramento da dívida total a CIMAC – Comunidade intermunicipal do Alentejo Central e da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

De salientar que, conforme evidenciado acima, o município dispõe de uma margem de endividamento de 1.935.709 euros.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se a elaboração de informações, a emissão pareceres técnico – jurídicos, o acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, as reclamações, os recursos, as



sindicâncias, os inquéritos e o estatuto disciplinar, o acompanhamento de processos litigiosos, a elaboração de regulamentos, normativos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, bem como o apoio jurídico aos serviços da autarquia e em processos de parcerias.

Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Apoio na elaboração de Regulamentos e Normativos Municipais;
- Elaboração de respostas e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de respostas a agentes de execução, designadamente no âmbito de penhoras de salários;
- Acompanhamento e apoio à subunidade de Recursos Humanos, designadamente, na elaboração do mapa de pessoal de 2018 e criação de unidades e subunidades orgânicas;
- Apoio aos serviços de ordenamento do território, designadamente integração do POAV no PDM de Redondo, conforme imposição legal, e redelimitação da REN (procedimento em curso);
- Envio de documentação para publicação em Diário da República;
- Elaboração de informações no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos particulares e entidades externas;
- Elaboração de informações e propostas de decisão no domínio de processos de licenciamento/comunicações prévias e autorização de obras particulares;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;
- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no território municipal, em função das características da população e dos riscos existentes.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas as entidades representadas na Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), e outras não representadas mas com intervenção prevista no que à proteção civil respeita, que se desenvolveram, em 2017, as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas:

- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verificaram situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são

divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações;

- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais;
- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatório anual);
- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
- Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Tratamento de dados cartográficos em articulação com o ICNF;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção Civil do Município de Alandroal para a realização de ações de sensibilização;
- Participação em reuniões e formações no CDOS Évora;
- Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e The Navigator Company, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
 - Revisão da cartografia das Faixas de Gestão de Combustível dos quatro municípios;
 - Elaboração da candidatura do GTFI ao Fundo Florestal Permanente, para os quatro municípios;
 - Formação no âmbito do projeto "SPITFIRE", na Universidade da Estremadura em Badajoz;
 - Identificação das zonas de maior risco de incêndio no Concelho do Alandroal, em colaboração com os Bombeiros Voluntários do Alandroal;
 - Participação em sessões de trabalho no âmbito do processo de participação pública relativo à revisão do Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo;
 - Participação numa ação de Team Building, com o objetivo de consolidar a articulação entre as diversas entidades que atuam no âmbito da Proteção Civil, com especial destaque para os Corpos

de Bombeiros, Serviços Municipais de Proteção Civil e outros Agentes de Proteção Civil, em Vendas Novas;

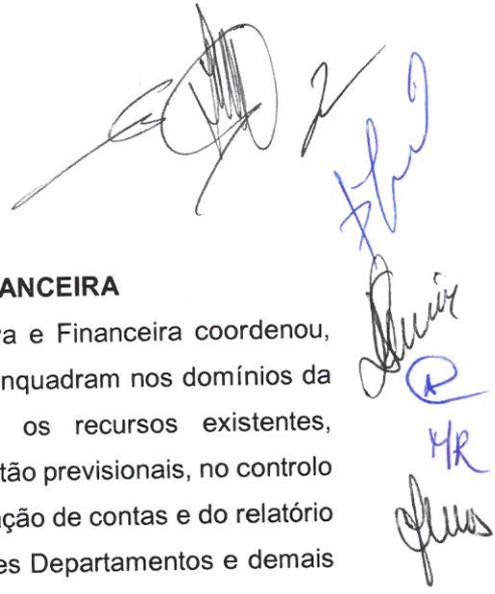
- Participação no Encontro de Sistemas de Informação Geográfica Municipal – A Propósito dos SIG.

SERVIÇO DE INFORMÁTICA

No ano de 2017 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia e centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração de toda a infraestrutura (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, intranet e bases de dados instaladas, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;
- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;
- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.
- Gestão da Base de Dados Bibliográfica da Biblioteca Municipal e Escolar (Khoa).
- Implementação do site da Rede de Bibliotecas com base Khoa (<http://biblio.cm-redondo.pt>)
- Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, vídeo vigilância, etc.).
- Gestão e manutenção dos servidores da cloud no DataCenter do Distrito de Évora.
- Desenvolvimento do site das Ruas Floridas (<http://www.ruasfloridas.pt>)
- ATOM – Instalação, configuração e manutenção do Software para o Arquivo Municipal.



DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE RECURSOS HUMANOS

À Seção de Recursos Humanos incumbe, em articulação com os diversos serviços municipais, proceder à gestão e administração dos recursos humanos da autarquia, imprescindíveis para todo o funcionamento diário.

A Seção de Recursos Humanos providencia o correto aproveitamento e conhecimento dos recursos existentes, o seu recrutamento e integração, a sua valorização, desenvolvimento e manutenção, bem como a sua adequada separação.

O peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que se tenha um cuidado redobrado na sua correta gestão, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

A Câmara Municipal de Redondo, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal, de 258 trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço).

Área de atuação

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, aposentação, acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;

- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega mensal à Direção-Geral dos Impostos da Declaração Mensal de Remunerações, de ficheiro em formato oficial, referentes os rendimentos e respetivas retenções, de todos os trabalhadores do Município;
- Elaboração e entrega à Direção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referentes aos rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior, para os trabalhadores independentes;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, comparticipação na doença, acidentes em serviço, entre outros;
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;
- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;
- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no setor.
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do setor;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;

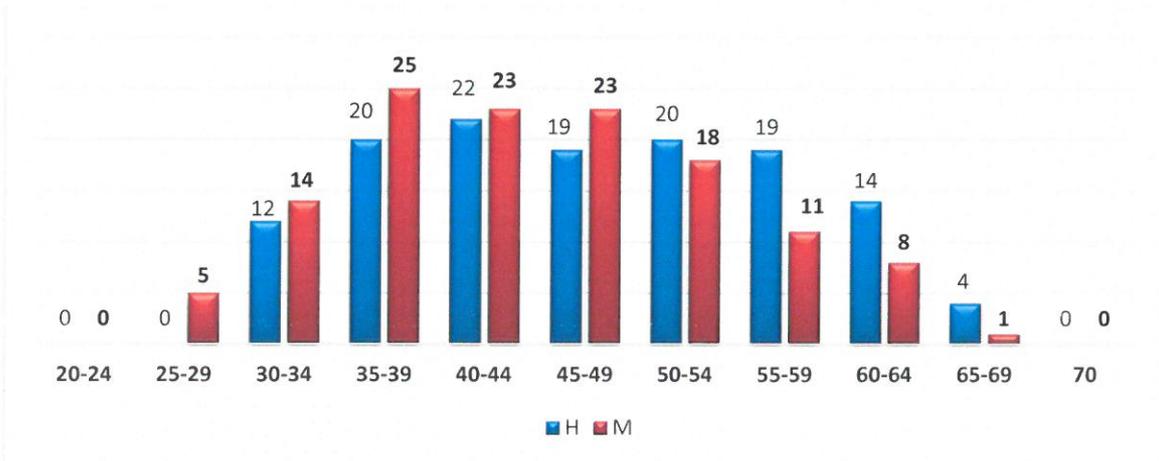
Quadro - LIX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em
31/12-2017

Faixa Etária	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
Menos de 20 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20-24	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
25-29	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,94%
	M	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	
	T	0	0	2	0	0	5	0	0	0	5	
30-34	H	0	0	4	0	3	5	0	0	0	12	10,08%
	M	0	0	5	0	4	5	0	0	0	14	
	T	0	0	9	0	7	10	0	0	0	26	
35-39	H	0	0	4	2	3	11	0	0	0	20	17,44%
	M	0	0	8	0	5	11	0	0	1	25	
	T	0	0	12	2	8	22	0	0	1	45	
40-44	H	0	1	4	0	3	14	0	0	0	22	17,44%
	M	0	0	8	0	4	11	0	0	0	23	
	T	0	1	12	0	7	25	0	0	0	45	
45-49	H	0	1	2	0	2	14	0	0	0	19	16,28%
	M	0	0	4	0	8	11	0	0	0	23	
	T	0	1	6	0	10	25	0	0	0	42	
50-54	H	0	1	1	0	2	16	0	0	0	20	14,73%
	M	0	0	1	0	6	11	0	0	0	18	
	T	0	1	2	0	8	27	0	0	0	38	
55-59	H	0	0	0	1	2	16	0	0	0	19	11,63%
	M	0	0	0	0	2	9	0	0	0	11	
	T	0	0	0	1	4	25	0	0	0	30	
60-64	H	0	0	0	0	1	13	0	0	0	14	8,53%
	M	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8	
	T	0	0	0	0	0	21	0	0	0	22	
65-69	H	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4	1,94%
	M	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	T	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	
70 ou mais	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total de Efetivos	H	0	3	15	3	16	93	0	0	0	130	50,39%
	M	0	0	26	0	29	72	0	0	1	128	49,61%
	T	0	3	41	3	45	165	0	0	1	258	



Gráfico – XX



A nível de estrutura etária, verificamos que 16,28% dos trabalhadores tem entre os 45 – 49 anos e 17,44% tem entre os 35 – 39 anos e 40 – 44 anos.

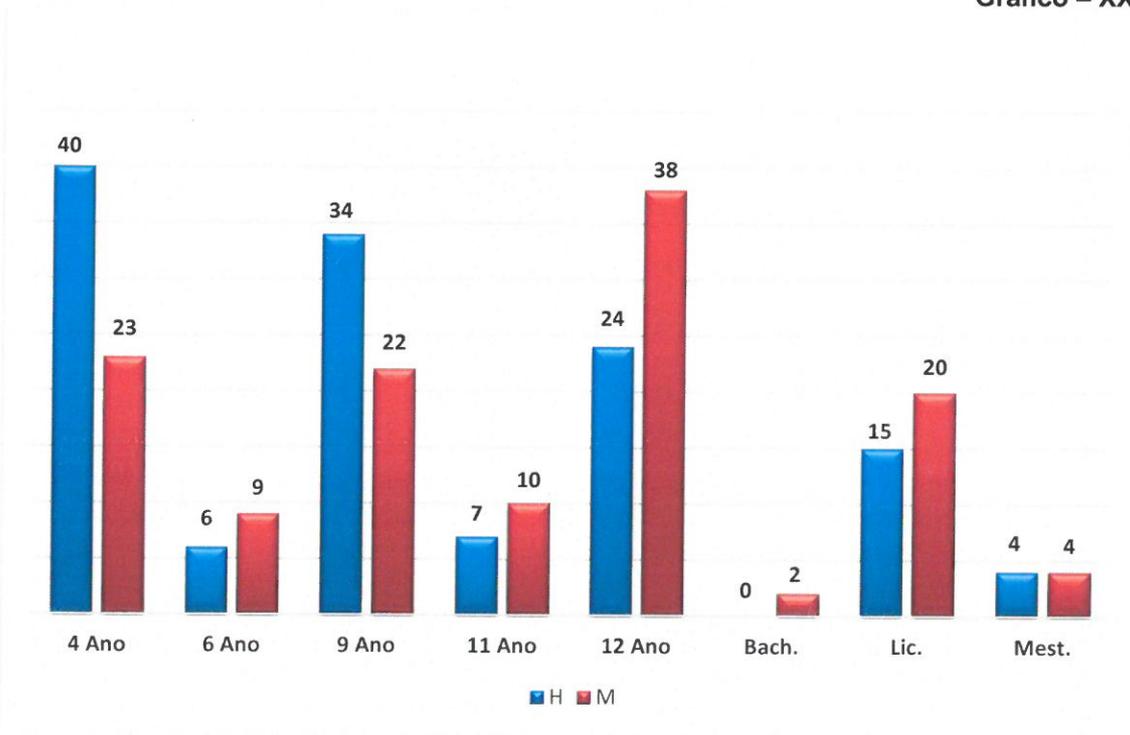
Quadro - LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em 31-12-2017

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico superior	Informática	Ass. Técnico	A.op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
4 Anos de esc. (4ª classe)	H	0	0	0	0	0	40	0	0	0	40	
	M	0	0	0	0	0	23	0	0	0	23	
	T	0	0	0	0	0	63	0	0	0	63	24,42%
6 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	1	5	0	0	0	6	
	M	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9	
	T	0	0	0	0	1	14	0	0	0	15	5,81%
9 Anos de escolaridade	H	0	0	0	1	1	32	0	0	0	34	
	M	0	0	0	0	2	20	0	0	0	22	
	T	0	0	0	1	3	52	0	0	0	56	21,71%
11 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	2	5	0	0	0	7	
	M	0	0	0	0	7	3	0	0	0	10	
	T	0	0	0	0	9	8	0	0	0	17	6,59%
12 Anos de escolaridade	H	0	0	0	1	12	10	0	0	1	24	
	M	0	0	0	0	20	17	0	0	1	38	
	T	0	0	0	1	32	27	0	0	2	62	24,03%
Bacharelato	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0,78%
	T	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
Licenciatura	H	0	3	11	1	0	0	0	0	0	15	
	M	0	0	20	0	0	0	0	0	0	20	
	T	0	3	31	1	0	0	0	0	0	35	13,57%
Mestrado	H	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	M	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	T	0	0	8	0	0	0	0	0	0	8	3,10%
Doutoramento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efetivos	H	0	3	15	3	16	92	0	0	1	130	50,39%
	M	0	0	26	0	29	72	0	0	1	128	49,61%
	T	0	3	41	3	45	164	0	0	2	258	



Gráfico – XXI



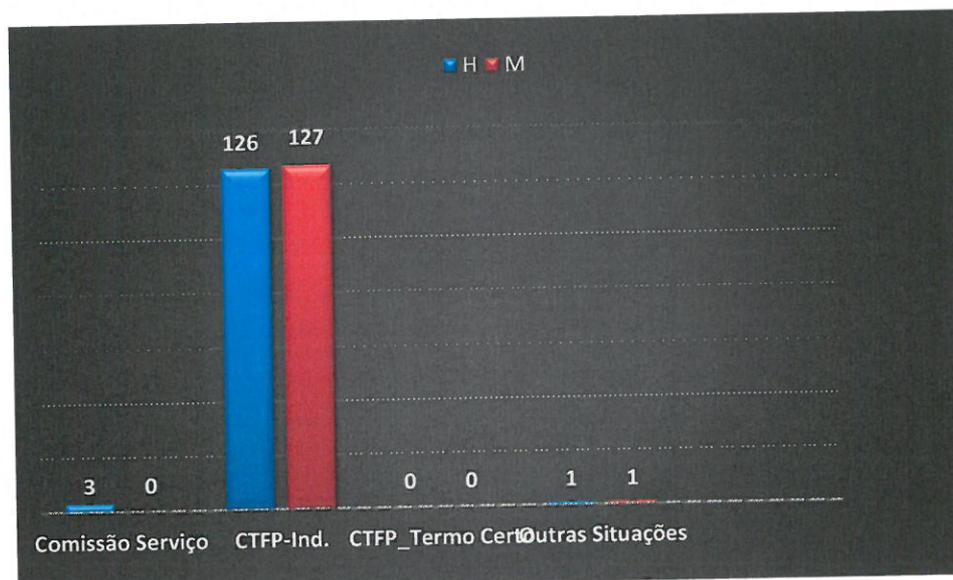
Relativamente às habilitações literárias, 51,9% dos trabalhadores tem entre o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 24,3% tem o 12.º ano de escolaridade, 13,5% tem licenciatura e 10,3% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

Quadro - LXI
Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2017

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass. Operário	Bombeiros	Pessoal Apoio Educativo	Outros Grupos (b)	Total Geral	Total %
Comissão de serviço	H	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1,16%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	
CTFP por tempo indeterminado	H	0	0	15	3	16	92	0	0	0	126	98,06%
	M	0	0	26	0	29	72	0	0	0	127	
	T	0	0	41	3	45	164	0	0	0	253	
CTFP a termo resolutivo certo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CTFP a termo resolutivo incerto	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras situações (d)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,78%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Total de efetivos	H	0	3	15	3	16	92	0	0	1	130	50,39%
	M	0	0	26	0	29	72	0	0	1	128	49,61%
	T	0	3	41	3	45	164	0	0	2	258	

- (a) Inclui pessoal de chefia
(b) Inclui todos os outros grupos profissionais
(c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços
(d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico - XXII



Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

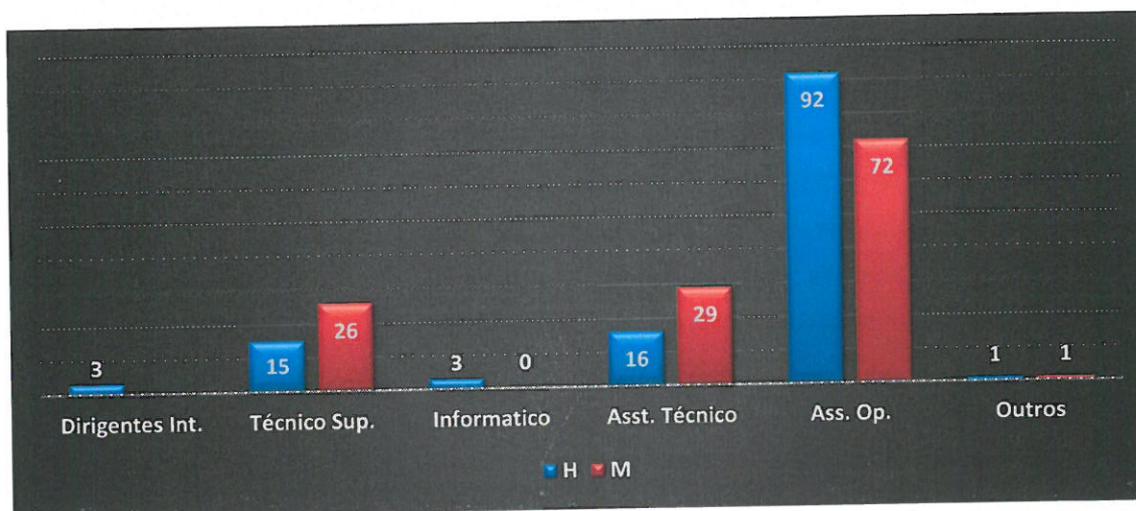
- Dos 258 funcionários do Município, 50,4% são do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 164 elementos (dos quais 56,1% são do sexo feminino e 43,9% do sexo masculino), que representam 63,5% do efetivo;

Quadro – LXII

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em 31-12-2017

Ag. Antiguidade	Sexo	Dig. Superior	Dirigente Intermédios	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass.Op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
até 5 anos	H	0	0	2	1	1	17	0	0	0	21	
	M	0	0	7	0	5	21	0	0	0	33	
	T	0	0	9	1	6	38	0	0	0	54	20,93%
5 a 9	H	0	0	3	0	3	13	0	0	1	20	
	M	0	0	4	0	0	17	0	0	1	22	
	T	0	0	7	0	3	30	0	0	2	42	16,28%
10 a 14	H	0	0	5	1	4	18	0	0	0	28	
	M	0	0	11	0	4	19	0	0	0	34	
	T	0	0	16	1	8	37	0	0	0	62	24,03%
15 a 19	H	0	0	3	1	3	25	0	0	0	32	
	M	0	0	1	0	12	11	0	0	0	24	
	T	0	0	4	1	15	36	0	0	0	56	21,71%
20 a 24	H	0	2	1	0	1	5	0	0	0	9	
	M	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4	
	T	0	2	2	0	4	5	0	0	0	13	5,04%
25 a 29	H	0	1	1	0	1	5	0	0	0	8	
	M	0	0	1	0	2	3	0	0	0	6	
	T	0	1	2	0	3	8	0	0	0	14	5,43%
30 a 34	H	0	0	0	0	3	4	0	0	0	7	
	M	0	0	1	0	3	1	0	0	0	5	
	T	0	0	1	0	6	5	0	0	0	12	4,65%
35 a 39	H	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1,55%
40 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,39%
Total de efetivos	H	0	3	15	3	16	92	0	0	1	130	50,39%
	M	0	0	26	0	29	72	0	0	1	128	49,61%
	T	0	3	41	3	45	164	0	0	2	258	


Gráfico – XXIII







Assim, pode-se concluir que, dos 258 funcionários com vínculo à Administração Local, 20,93% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 0,4% conta já com mais de 40 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Subunidade de Recursos Humanos:

Admissões

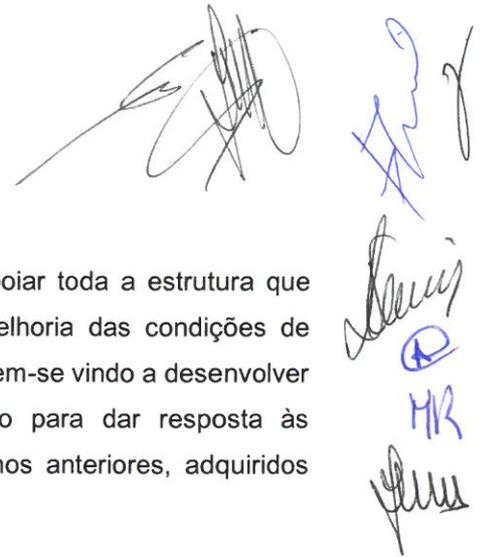
- No ano 2017, de acordo com abertura de procedimento concursal, cujo aviso foi publicado no ano 2015 e o procedimento concluído durante o ano em análise, admitiram-se 23 trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, dos quais 15 foram por utilização da reserva de recrutamento;
- Organização, preparação e conclusão de projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2017, de candidaturas relativas aos programas Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2017, de candidaturas relativas aos Programas Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção);
- Renovação das duas comissões de serviço, pelo prazo de 3 anos, referentes às nomeações de Chefes de Divisão.

Formação /Avaliação

Realizaram-se nove ações de formação, num total de 15 inscrições/participações, 244 horas. Relativamente à avaliação, no âmbito do SIADAP, está em curso a avaliação do biénio 2017/2018.

Aposentações/saídas

No ano de 2017 houve uma aposentação e duas saídas, uma por falecimento e outra por licença sem vencimento pelo prazo de um ano.



Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria, como tal foram, à semelhança de anos anteriores, adquiridos serviços a empresa especializada na área.

Acidentes de trabalho

Em 2017 foram registados 8 acidentes de trabalho.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal e executou as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias à articulação entre todos os serviços municipais.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 45 documentos, foram expedidos 119 ofícios e foram elaboradas 5 atas, resultantes das 5 reuniões realizadas. Procedeu-se à elaboração das convocatórias para as reuniões e à organização da documentação respetiva, elaboração de editais, de modo a publicitar as reuniões e as respetivas deliberações, elaboração das folhas de presença, folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões e elaboração da documentação necessária ao pagamento das senhas de presença, subsídios de transporte e ajudas de custo dos membros eleitos.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 21 reuniões realizadas, das quais resultou a elaboração de 21 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para todos os serviços, de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por convenientes, foram ainda publicitadas nos lugares públicos e no site oficial da Câmara Municipal, também as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal.

Foi prestado todo o apoio administrativo aos membros eleitos para os órgãos autárquicos.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articulando a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço, arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água,

fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos diversos serviços.

Procedeu-se à receção de pedidos, organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, designadamente: 17 processos de licença especial de ruído para realização de eventos;

Relativamente ao serviço do Cemitério Municipal de Redondo foram rececionados e tratados os processos referentes a 86 inumações, 10 trasladações, 14 aquisições de sepultura e 21 pedidos diversos;

No âmbito do licenciamento municipal foram tratados 2 processos de ocupação de espaço público;

No âmbito do licenciamento zero, através da plataforma da Agência de Modernização Administrativa, no portal do cidadão, foi feito o acesso mediado referente a 4 procedimentos de instalação de estabelecimento / acesso à atividade, 7 procedimentos de ocupação de espaço público e 7 procedimentos de alojamento local;

Foram rececionados e tramitados os processos referentes ao fornecimento de água, designadamente 212 contratos de fornecimento de água, 32 pedidos de averbamento, 92 pedidos de interrupção de fornecimento, 3 pedidos de substituição de contador, 20 pedidos para mudança de sítio do contador, 73 pedidos de ramais de água / esgoto e respetivos pagamentos, 50 pedidos de pagamento de dívidas de água em prestações e os acordos de pagamento respetivos e 206 pedidos diversos;

Foram rececionados e tramitados 381 pedidos para limpeza de fossas sépticas;

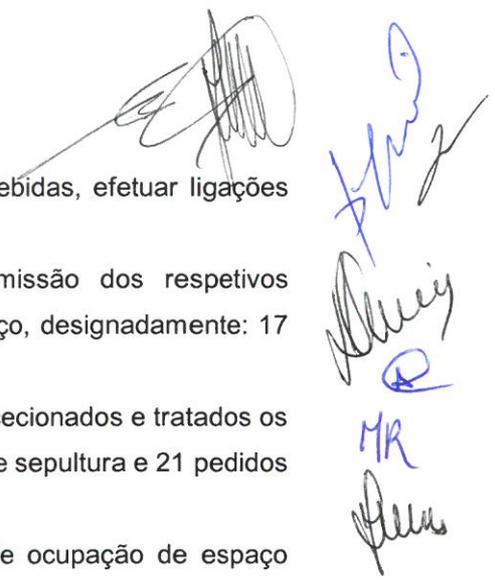
Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 104 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e foram emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores da piscina coberta e do pavilhão desportivo; Foi efetuada a contabilização das entradas na piscina descoberta, tendo as entradas grátis sido contabilizadas através das pulseiras cedidas, no total de 6.500 entradas, referente a entradas pagas foram efetuados os registos informáticos de 9.252 entradas, o que significa um total de 15.752 entradas na piscina descoberta.

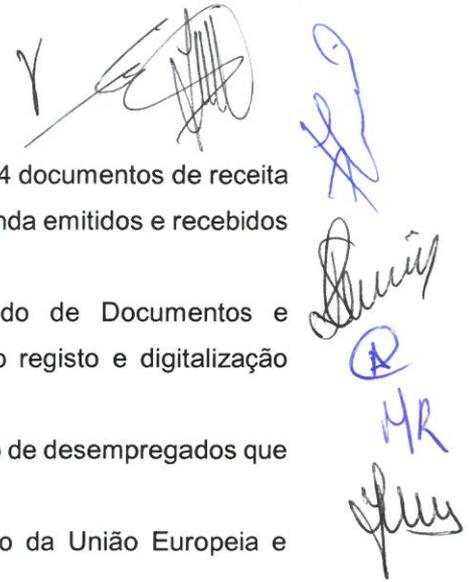
Na sequência da assinatura do acordo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, com vista à implementação e comercialização do Cartão Jovem Municipal EYC de Redondo, foram rececionados os pedidos e emitidos 33 cartões jovem municipal.

Foram rececionados e tratados 81 pedidos de passe escolar para o ano letivo 2016/2017, tendo sido efetuado o registo mensal e conferência dos valores devidos e emitidos os documentos de cobrança dos passes escolares sujeitos ao pagamento da mensalidade.

Foram rececionados e tramitados todos os processos e requerimentos referentes ao serviço de urbanismo, num total de 599 registos.

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato aos munícipes, de plantas de localização.





Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4934 documentos de receita individual e recebidos, pelo mesmo serviço, 4020 documentos, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço de Atendimento 171 documentos de receita coletivos.

Foram registados, digitalizados e tramitados no Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal 12.575 documentos entrados e foi efetuado o registo e digitalização referente à expedição de 4.019 documentos.

Foi dado apoio à secção de pessoal, no atendimento e encaminhamento de desempregados que se apresentam com oferta de emprego.

Foram emitidos e renovados os Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, receção das comunicações de espetáculo de natureza artística e envio mensal da respetiva informação à Inspeção-Geral de Atividades Culturais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores:

Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;

Documentos de Despesa	2015	2016	2017
Propostas de Cabimento	1888	1979	2177
Requisições Externas	1875	1949	2728
Faturas	2691	1494	1494
Movimento de Estorno	130	85	121
Ordens de Pagamento	3248	3476	3389
Ordens de Pagamento Tesouraria	537	337	352
Recibos	1	1	1
Reposições de Pagamentos	26	37	23

Documentos de Receita	2015	2016	2017
Guias de Receita	79	92	126
Guias de Faturas	3671	3664	3852
Guias Individuais	1096	1178	1507
Documentos Coletivos	1441	1171	994
Guias de Recebimento	4681	4758	5215
Recebimento de Guias Coletivos	1612	1564	1425
Anulação de Receita	2257	250	327
Estorno de Receita	1	4	1
Diversos	2015	2016	2017
Num. de Terceiro	5248	5643	6042
Movimentos Bancários	5964	6024	6158
Notas de Lançamento	12087	10341	11109
N. Pendentes WF	1	1	1
Caderneta Bancos	333	332	326
Afetação de Custos	43241	41911	52139
Pedidos Aut. Despesa	1	2	1
Garantia / Caução	7	4	6



Patrimônio

Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Patrimônio.

Igualmente importante e também da competência anual do Patrimônio é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.



Foram inventariados, durante o ano de 2017:

- 1 Bem Imóvel de Domínio Privado;
- 1 Bem Imóvel de Domínio Público;
- 49 Bens Móveis;
- 1 Viatura;
- 4 Abates de Bens Imóveis;
- 103 Abates de Bens Móveis;
- 1 Abate de Viatura;
- 47 Valorizações.

1. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem:

- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 26 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 2 processos de Concurso público;
- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;
- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados:

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

	2015	2016	2017
Requisições Internas	9136	8296	8245
Pedidos de Aquisição	1699	1782	1910
Notas de Encomenda	1599	1732	1842
Processos de Consulta	28	21	38
Pedidos de Fornecimento	55	63	68

- Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;
- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;
- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para selecionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;
- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;
- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;
- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública:

CONTRATOS

- Empreitada - 4
- Fornecimento - 8
- Prestação de Serviços - 15

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, contempla os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED), Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA) e o Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

GADE

O GADE tem como principais objetivos apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes, apoiar as IPSS's, desenvolver atividades de empreendedorismo e realizar e acompanhar candidaturas aos fundos comunitários.

Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e munícipes com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor:
 - Portugal 2020 e Alentejo2020;
 - PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural;
 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E);
 - Porta 65 – Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem;
 - Linhas de Crédito PME Investe;
 - Medidas de apoio do IEFP (PAECP – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego);
 - Microcrédito (ANDC – Associação Nacional do Direito ao Crédito);
 - Colaboração na realização de 5 candidaturas ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E).
- Realização de 10 candidaturas ao Porta 65 – Apoio ao Arrendamento Jovem;
- Coordenação da participação dos produtores de vinho do concelho nas Ruas Floridas 2017;
- Organização da participação dos diversos agentes económicos nas Ruas Floridas 2017 (vendedores ambulantes dos diversos setores de atividade, artesãos, produtores alimentares, instituições, IPSS's e outras entidades privadas e públicas sem fins lucrativos);
- Participação na organização da componente agropecuária na edição de 2017 da Feira de S. Francisco;
- Colaboração na participação da edição de 2017 da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL);
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos, como:
 - Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas;
 - Reabilitação Urbana da Vila de Redondo: Unidade B;
 - Reabilitação Urbana da Vila de Redondo: Unidade A – 2ª Fase.
- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários:

- Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito;
 - Plano de Ação de Regeneração Urbana do Concelho de Redondo;
 - Reabilitação Urbana da Vila de Redondo: Unidade C – 2ª Fase;
 - Requalificação da Zona Oeste da Vila de Redondo;
 - Criação do Parque Ambiental de Montoito;
 - À Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural “Terras de Sol”;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional;
 - Festival Terras de Sol;
 - Teias;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.
- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários de projetos desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos do concelho;
- Colaboração com o Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde de Redondo, entidade promotora, na implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLAS) de Redondo – participação em diversos grupos e sessões de trabalho.

SIGRED

O SIGRED tem por função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes atividades:

- Atualização das bases de dados de Informação Geográfica do Concelho de Redondo;
- Realização de Análises Espaciais:
 - a. Cálculo do comprimento das condutas de abastecimento e coletores de saneamento;
 - b. Cálculo do comprimento de condutas e coletores reabilitados;
 - c. Cálculo do número de ramais de abastecimento e saneamento por aglomerados urbanos;
 - d. Cálculo do número de alojamentos beneficiados com recolha de resíduos sólidos indiferenciados e diferenciados;
 - e. Emissão de relatórios provenientes das análises realizadas e preenchimento dos metadados da informação geográfica criada.
- Conversão de Cartografia para o Sistema de Coordenadas ETRS89 Portugal TM -06;
- Proposta de Integração do Plano Especial de Ordenamento do Território da Vigia no PDM de Redondo, tal como imposto pela lei n.º 31/2014, de 30 de Maio (lei de bases gerais da política pública dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo);



- Proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o concelho de Redondo, conforme as Orientações estratégicas publicadas pela Resolução do Concelho de Ministro n.º 81/2012 de 3 de outubro.
- Levantamento com recurso de GPS da rede de abastecimento e saneamento, modificada no âmbito da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Redondo, e atualização da mesma em SIG;
- Atualização e registo de novas intervenções na rede de abastecimento e saneamento, com a colaboração dos Técnicos Operários responsáveis pela rede de abastecimento e saneamento.
- Georreferenciação dos contadores de luz e confirmação de contadores e código de identificação de local, com apoio do Técnico Operacional pelo Serviço;
- Informação técnica sobre o Plano Diretor Municipal (PDM) de Redondo;
- Realização de vários mapas temáticos e análise espaciais em SIG para apoio aos vários gabinetes internos;

- Número de Plantas requeridas pelos Municípios:

Em formato analógico:

- 54 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 35 Enquadramentos em Carta Militar;
- 29 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 4 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 5 Enquadramentos em PU;
- 14 Enquadramento em Planta Cadastral.

Em formato digital:

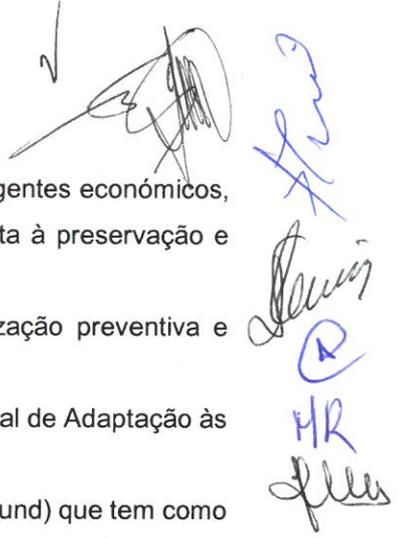
- Excerto do Levantamento Aerofotogramétrico da Vila de Redondo à Escala de 1:1000 Georreferenciada em ETRS89, para apoio na realização de projeto de eletricidade;
- Limite da zona de proteção da albufeira da vigia para auxílio na identificação e demarcação de área para arranque de Azinho.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades em 2017:

- Acompanhamento do livro de registo sanitário com o objetivo de facilitar o controlo da qualidade da água, pelos funcionários da piscina, e confirmar a honestidade dos responsáveis perante uma inspeção sanitária, os resultados das análises devem ser sempre registados em livro ou arquivados em dossier específico. Todas as ocorrências e aspetos técnicos importantes (número de banhistas entrados diariamente, quantidade de água renovada, temperatura, lavagens de filtros, verificações técnicas, etc.).
- Monitorização da qualidade das águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
- Articulação com a Autoridade de Saúde Pública na investigação das causas, adoção de medidas corretivas com o objetivo de resolução dos incumprimentos registados;

- Elaboração e publicitação de editais trimestrais da qualidade da água e avisos de corte de água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para os agentes económicos que o solicitem, dos relatórios da qualidade da água, necessários no âmbito da implementação do HACCP;
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Dar cumprimento às obrigações para com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos:
 - Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2018 - que é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
 - Monitorização da qualidade da água para consumo humano, por forma a cumprir o Plano de Controlo de Qualidade da Água 2017, efetuar a comunicação de incumprimentos aos valores paramétricos e solicitação da dispensa do controlo analítico de parâmetros conservativos;
 - Introdução dos dados de qualidade da água (IDQA) 2016;
 - Acompanhamento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, fase de comunicação de dados, auditoria e validação de dados referente ao ano de 2016;
 - Tratamento de reclamações.
- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos:
 - Recolha seletiva de 46.21t de vidro;
 - Recolha seletiva de 38.64t de papel/cartão;
 - Recolha seletiva de 27.58t de plástico/metálico;
 - Recolha seletiva de 0,46t de óleos alimentares usados;
 - Recolha seletiva de 0.02t de pilhas e acumuladores;
 - Mistura de resíduos urbanos e equiparados - recolha de 2985.4t – devidamente encaminhadas para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) da Gesamb;
 - Resíduos verdes - recolha de 86.3t – devidamente encaminhadas para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) da Gesamb;
 - Papel e cartão – recolha de 4.2t – devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Pneus – 1.38t – devidamente encaminhados para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Mistura de Embalagens de Plástico e Metal - recolha de 1.32t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Plásticos Agrícolas – recolha de 3.94t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;
- Preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), referente ao ano de 2016;

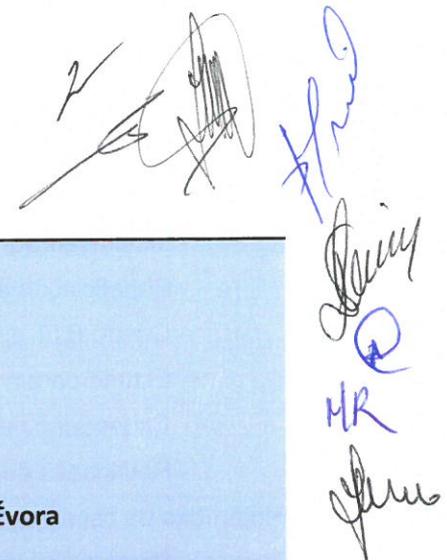


- Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;
- Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias;
- Colaboração com a CIMAC no projeto de elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central;
- Colaboração com a CIMAC no projeto EEEF (European Energy Efficiency Fund) que tem como objetivo a realização de um plano estratégico para a energia no Alentejo, com vista à melhoria da gestão e eficiência energética que potencie poupanças económicas e uma sustentabilidade ambiental acrescida nos municípios;
- Participação no Projeto Educativo da Escola Dr. Hernâni Cidade “Jovens5R’s” entre fevereiro e junho. Realização de ações de sensibilização à comunidade escolar e à população, com a distribuição de vales ecopontos domésticos;
- Comemoração do Dia do Ambiente com a colaboração dos alunos do 12º ano da Escola Dr. Hernâni Cidade. Realização de questionários à população sobre a temática da reciclagem com a oferta de pequenos vasos de plantas aromáticas.

GIP

O GIP, enquanto estrutura de apoio ao emprego atua em estreita articulação com o serviço de emprego, IEFP. IP, tendo como finalidade apoiar os jovens e os adultos desempregados na definição e concretização do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, desenvolveu durante o ano de 2017 as seguintes atividades para além das quantificadas na tabela:

- Apoio à instrução de candidaturas ao Programa de Arrendamento Jovem – Porta 65;
- Apoio às entidades empregadoras na submissão de candidaturas às medidas de apoio à contratação e acompanhamento do processo técnico;
- Divulgação aos agentes económicos locais de incentivos específicos;
- Organização do processo técnico do GIP;
- Apoio e registo de desempregados no Portal do Netemprego;
- Motivação à participação em programas ocupacionais destinados a utentes subsidiados e/ou Carentiados (CEI e CEI +).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017	
GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	
Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio	
Atividades Desenvolvidas	
Delegação Regional do Alentejo	
Centro de Emprego e Formação Profissional/Centro de Emprego: Évora	
Entidade Promotora: Município de Redondo	
Atividades	Nº de Abrangidos por atividade
Preparação e dinamização de ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação	457
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	58
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego	111
Receção e registo de ofertas de emprego	17
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego	49
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	0
Outras atividades consideradas necessárias para apoio à inserção profissional dos desempregados.	356
TOTAIS	1057

DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Abrange essencialmente os serviços que atendem à satisfação das necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

No que à elaboração de estudos e projetos concerne:

- Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção A – 2ª Fase;
- Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção B;
- Remodelação do Centro de Convívio de Santa Suzana - 2ª Fase;
- Museu Rural de Montoito;



- Arrecadação para os produtos fito-sanitários;
- Instalação Sanitária para a Piscina Descoberta de Redondo;
- Beneficiação do Largo Romão Ambrósio e Rua de Nª Srª da Assunção – Montoito;
- Centro BTT de Aldeia da Serra;
- Estudo para a colocação de painéis nas rotundas;
- Construção de Ossários no Cemitério de Redondo;
- Retificação dos desenhos do Loteamento do Freixo.

No âmbito da fiscalização e apoio às obras, destacamos:

- Parque Ambiental de Montoito;
- Novo Estaleiro Municipal de Redondo;
- Remodelação do Jardim de Redondo;
- Remodelação do Centro de Convívio de Santa Suzana – 1ª Fase;
- Remodelação do Centro de Convívio de Foros da Fonte Seca;
- Oficina das Ruas Floridas de Redondo;
- Centro de Apoio às Micro Empresas de Redondo;
- Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 2ª Fase;
- Beneficiação do Largo Romão Ambrósio e Rua de Nª Srª da Assunção – Montoito;
- Reparação de Pavimentos Betuminosos em diversos locais do Concelho de Redondo.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Tem por objetivo dar resposta às exigências do concelho no que concerne ao planeamento, organização, coordenação e controlo da atividade urbanística e habitacional.

Serviço Administrativo

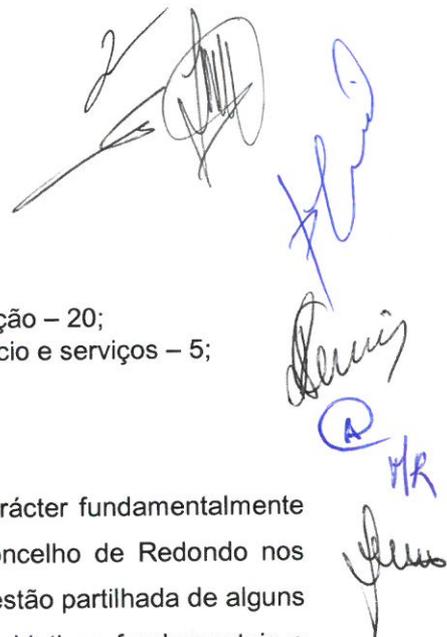
- Processos recebidos:
 - Obras – 57;
 - Utilização – 20;
 - Diversos – 144;
 - Vistorias – 38;
- Licenças:
 - Obras – 34;
 - Utilização: 54;
 - Emissão de Certidões – 153;
 - Entrada de requerimentos – 811;
 - Notificações – 511.

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Obras:
 - Análise de projetos - 430;
 - Fiscalização - 39;
 - Saneamento – 811;

- Vistorias:
 - Queixas - 11;
- Comissões:
 - Vistorias a estabelecimentos de Alojamento Local - 9;
 - Vistorias para concessão de Autorização de utilização/habitação – 20;
 - Vistorias para concessão de Autorização de utilização/comércio e serviços – 5;
 - Vistorias para constituição em propriedade horizontal – 3;



DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

A Divisão Sociocultural (DSC) constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo. Contribuindo, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e Turismo, assim como a gestão partilhada de alguns equipamentos municipais, a Divisão Sociocultural (DSC) tem como objetivos fundamentais o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem para a “materialização” das linhas orientadores dos domínios subjacentes, através de um conjunto de ações.

As ações adotam uma lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação. Exige-se, por um lado, o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público, e por outro lado, impõe-se, ainda, que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar e melhorar a oferta sociocultural do Concelho de Redondo.

EDUCAÇÃO

A área da educação é uma das áreas prioritárias de intervenção da Câmara Municipal de Redondo, por tudo quanto representa no futuro dos jovens do concelho e naturalmente no próprio desenvolvimento local, esta perspetiva e atuação insere-se transversalmente a todos os níveis do ensino com especial enfoque nas áreas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, onde surgiram as oportunidades de estabelecer parcerias e protocolos quer com o Agrupamento de Escolas quer com o Ministério da Educação.

As melhorias registadas no que respeita às condições físicas, didáticas e pedagógicas, são essenciais no combate ao absentismo e ao abandono escolar. As principais preocupações, em 2017, centraram-se no reforço necessário do pessoal não docente em presença nas escolas, na dinamização dos Programas de Apoio à Família - transportes, refeições, prolongamento de horário, através da integração em Atividades de Enriquecimento Curricular, no reforço da Ação Social Escolar no pré-Escolar e no 1º Ciclo e 2º Ciclo e a área de ensino estruturado, bem como os restantes níveis de ensino nas falhas reportadas do POPCH. A ação da autarquia na área da Educação e no que respeita ao apoio às famílias e ao próprio Agrupamento de Escolas tem superado largamente as competências que a própria Lei lhe confere.

Ação Social Escolar

A Câmara Municipal de Redondo desenvolve uma política de apoio à ação social escolar traduzida anualmente na definição dos escalões/rendimento *per capita* dos agregados familiares, integrados no primeiro e segundo escalões determinantes para efeito na atribuição do abono de família, com base no Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março e Despacho n.º 1898/2009, de 17 de agosto, dos alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o cenário económico e social que se vive atualmente, a ação social escolar assume uma maior relevância apoiando famílias que apresentam baixos rendimentos.

No ano letivo de 2016/2017 foram distribuídos os seguintes subsídios por escalões:

Escalão	1ºano	2ºano	3ºano	4ºano	Pré-escolar	Total
1º Escalão	18	17	17	23	32	107
2º Escalão	12	11	11	10	17	61
Total	30	28	28	33	49	168

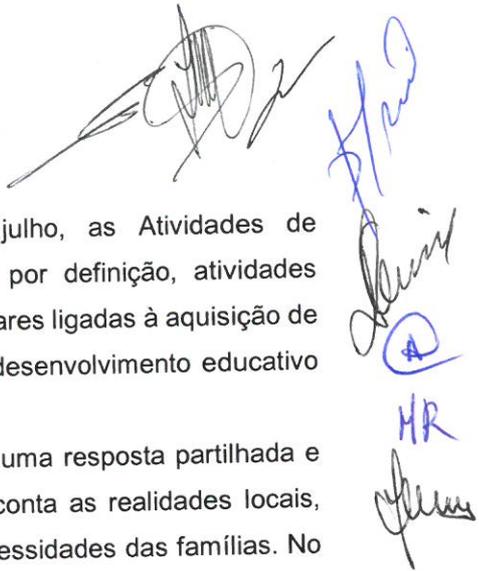
A autarquia proporciona gratuitamente a todas as crianças que frequentam o 1º e 2.º ciclos, independentemente dos escalões, os cadernos de atividades ao 1.º ciclo e os Manuais Escolares e os cadernos de atividades ao 2.º ciclo, como aposta na democratização do ensino e uma estratégia fundamental para o desenvolvimento económico. No ano letivo 2016/2017 em que o Ministério da Educação ofereceu os manuais escolares ao 1º Ciclo, a edilidade reforçou os apoios e apoiou o 2.º ciclo com os manuais e os respetivos cadernos de atividades. Além da oferta dos manuais escolares, as crianças abrangidas pelo primeiro e segundo escalão recebem um subsídio de 20 e 15 euros, respetivamente, para a aquisição de material escolar.

Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino:

- Aquisição dos cadernos de atividades para os alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de Manuais Escolares e cadernos de atividades para alunos do 2.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de 5 Quadros Brancos para substituição dos inutilizados;
- Aquisição de material de desgaste para os Jardins de Infância do concelho;
- Aquisição de material para a elaboração dos fatos e adereços de Carnaval, bem como de outras iniciativas escolares;
- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios.



Atividades de enriquecimento curricular

Regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013 de 15 de julho, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) desenvolvidas no 1º ciclo são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educativo das crianças.

Enquadram-se no conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio a escolas, aos alunos e famílias tendo em conta as realidades locais, adaptando os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias. No ano letivo 2016/2017 a Câmara Municipal de Redondo com base no protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas de Redondo promoveu atividades nas áreas de Ensino da Música, Atividade Física e Desportiva (pavilhão e natação), Ler e Experimentar e Inglês. Estas atividades tiveram uma frequência de 218 alunos

Atividades de animação e apoio à família

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são constituídas pelo fornecimento de almoço e serviço de prolongamento de horário, procurando contribuir para o desenvolvimento integral de todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, procurando dar resposta aos agregados familiares que, por razões de ordem profissional ou outra, não possam acompanhar os seus educandos.

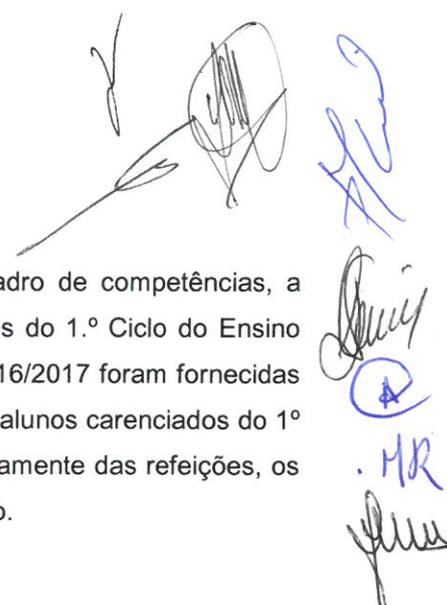
As Atividades são implementadas em regime de horário completo, que decorrem em 3 períodos distintos no período da manhã com o acolhimento que antecede as atividades da componente letiva (07:30h-09:00h), no período de almoço (12:00h às 14:00h), a partir do encerramento das atividades da componente letiva (16:00h-18:00h). Estas atividades são asseguradas pelas animadoras dos Centros Lúdicos de Redondo e Montoito e consistem em proporcionar às crianças atividades de animação diárias complementares das atividades educativas.

No ano letivo de 2016/2017 continuaram as aulas de Expressão Musical, Expressão Físico Motora, Expressão Dramática e iniciação ao Inglês no Ensino Pré-Escolar.

Usufruíram destes apoios 136 alunos do Ensino Pré-Escolar do Centro Escolar de Redondo e de Montoito.

Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto "Férias em Movimento" é um programa de animação, que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens no período de férias escolares, através da prática de atividades lúdico-pedagógicas e desportivas. Esta iniciativa destinada aos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, decorreu durante as interrupções letivas do Natal de 2016, Páscoa e Verão 2017, abrangendo cerca de 150 crianças. Às crianças que participam nesta iniciativa a autarquia garante o fornecimento do almoço na Cantina Escolar (Redondo e Montoito), as crianças do 1º escalão não pagam refeição e as do 2º escalão pagam 50% do valor da refeição.



Refeições

A Câmara Municipal de Redondo assegura, no âmbito do seu quadro de competências, a alimentação escolar às crianças que frequentam os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar do concelho. No ano letivo de 2016/2017 foram fornecidas um total de 43 623 refeições aos alunos do Pré-Escolar e 1º ciclo. Os alunos carenciados do 1º escalão, abrangidos pela ação social escolar (ASE), usufruem gratuitamente das refeições, os do 2º escalão tem uma redução de custo de 50% do valor estabelecido.

Atividades Lúdico Pedagógicas

A Câmara Municipal de Redondo tem apoiado e colaborado nas atividades do Projeto Educativo e no Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Redondo, tanto a nível do Pré-escolar e 1.º ciclo, como também no 2.º, 3.º ciclo e secundário.

A realçar:

- Dia Mundial da Música; Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Festa de Natal; Tradição de Cantar "Os Reis";
- Carnaval das Escolas; 25 de Abril;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade;
- Apoio na realização da Semana Hernâni Cidade;
- Apoio às visitas de estudo nos vários níveis de ensino (cedência do autocarro da autarquia);
- Apoio na cedência de transporte duas vezes por semana a crianças com necessidades especiais de educação;
- Apoio aos transportes e aos estágios dos cursos Profissionais e Vocacionais;
- 3.º Concurso de Flauta de Bisel "Município de Redondo"
- Festas de Encerramento de Ano Letivo dos Centros Escolar de Redondo e Montoito.

Apoio Psicológico no 1º Ciclo do Ensino Básico

A área de Psicologia e Psicopedagogia no 1º ciclo do EB, é desenvolvida em estreita colaboração com os Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas, professores, encarregados de educação, pais, outros agentes formativos e profissionais, e serviços da comunidade, de forma a intervir nas problemáticas das crianças, que apresentem dificuldades de aprendizagem, problemas cognitivos, comportamentais, e/ou emocionais (afetivo-relacionais). Este serviço é assegurado pela psicóloga da Autarquia e tem como objetivo geral, otimizar o processo de aprendizagem e facilitar o desenvolvimento global das crianças do 1º ciclo do EB do Agrupamento de escolas do concelho de Redondo.

No decorrer do ano letivo de 2016/2017, verificou-se o apoio multidisciplinar (Psicologia e Serviço Social) a alunos do 1.º Ciclo do ensino básico: 1398 consultas de psicologia e 436 atendimentos a encarregados de educação.

Transportes Escolares

Aos alunos matriculados no ensino obrigatório, residentes em locais não servidos por transportes públicos, e cujo estabelecimento de ensino da área de residência se encontre a mais de 3 quilómetros, o transporte é assegurado pelas viaturas da Autarquia.

No ano letivo de 2016/2017, as viaturas da Autarquia transportaram regularmente por dia:

Grau de Ensino	Nº de alunos transportados
Pré-Escolar	17
1.º ciclo	52
2.º Ciclo	5
3.º Ciclo	7
Secundário	13

Os alunos do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico que utilizam o transporte público (Rodoviária do Alentejo) são abrangidos pelo subsídio de transporte escolar, num montante igual a 100% do custo dos transportes. Os alunos do Secundário são abrangidos pelo 1º escalão de ação social escolar, o título de transporte é comparticipado na totalidade, os restantes pagam 50% do custo do transporte.

Os alunos do Ensino Secundário, que estudam fora do concelho, só têm direito ao subsídio de transporte se o curso pretendido não existir na Escola Básica 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

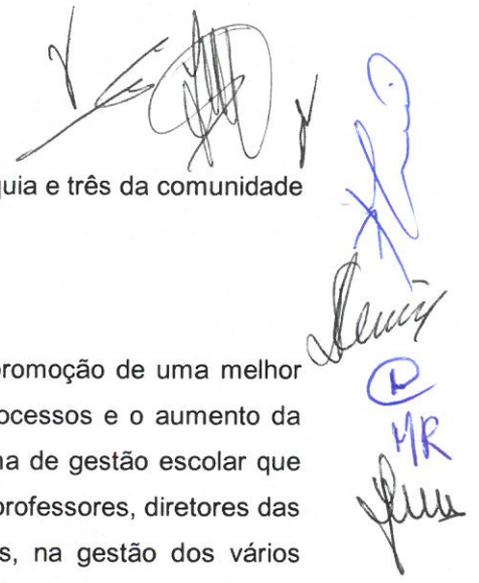
Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema e propondo ações adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Ao longo do ano de 2017, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 3 reuniões.

Conselho Geral

Criados em 2008, os Conselhos Gerais têm como competências principais a definição das linhas orientadoras da atividade da escola ou agrupamento, a aprovação do projeto educativo, do regulamento interno e dos planos de atividades, bem como o acompanhamento da ação dos restantes órgãos da escola e a promoção do relacionamento com a comunidade. O Conselho Geral é composto por sete representantes dos docentes, dois do pessoal não docente, quatro



dos pais e encarregados de educação, dois dos alunos, três da autarquia e três da comunidade (cooptados pelos restantes).

Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem/Portal Edubox

O SIGA/Edubox é uma ferramenta web que tem como objetivos a promoção de uma melhor educação, a melhoria das condições de ensino, a agilização dos processos e o aumento da eficiência dos serviços educativos. O SIGA contempla uma plataforma de gestão escolar que coadjuva os diversos intervenientes educativos – decisores políticos, professores, diretores das escolas, alunos, funcionários, encarregados de educação ou outros, na gestão dos vários processos que envolvem a educação, nomeadamente a gestão curricular, os transportes, a ação social, as refeições, o espaço e parque escolar e respetiva inventariação, as bibliotecas escolares e a gestão da sala de aula. Esta plataforma disponibiliza a todos os professores, alunos e encarregados de educação, uma plataforma de ensino assistido que permite a partilha de documentos e a centralização de conteúdos de aprendizagem – manuais escolares, conteúdos digitais multimédia, modelos geradores de questões, kits educativos e jogos, chancelados pela Universidade de Aveiro, pelo rigor científico e pedagógico, e que permitem a aquisição de competências consideradas essenciais e estruturantes para o desenvolvimento de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

DESPORTO

A Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À autarquia interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica, com cerca de 340 utilizadores, distribuídos por 20 turmas;
- Caminhadas “Comemorativas” e de carácter regular em Abril, Maio e Junho;
- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

Em 2017 estiveram inscritos no “Projeto Viver com Saúde” 160 seniores das diversas localidades do Concelho.

Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- “Páscoa em Movimento 2017”, “Verão em Movimento 2017”, e “Natal em Movimento-2017” – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens e ações de sensibilização. Participaram em cada iniciativa, cerca de 200 jovens do Concelho.

Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aulas de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EB1, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde e também aulas de apoio individual a alunos com necessidades especiais;
- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Associativismo Desportivo

Mercê da dinâmica associativa e dos apoios camarários esta vertente têm conhecido o crescimento e a consolidação, quer ao nível da qualidade quer da quantidade, o nº de atletas e participações têm aumentado, perspetivando dinâmicas duradoras.

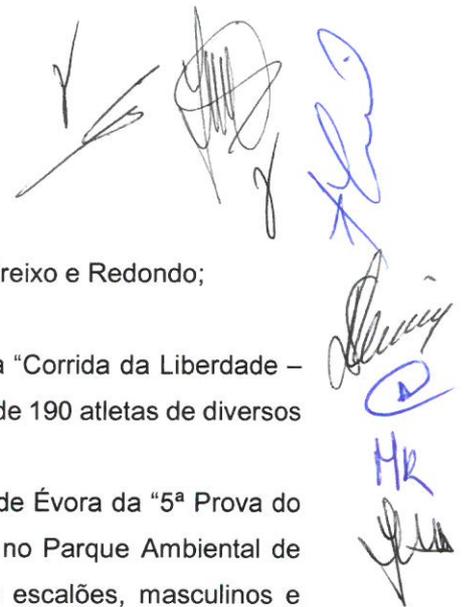
A manutenção e ampliação das infraestruturas é outra das apostas do Município, bem como a sua promoção junto de outras entidades com responsabilidades na área desportiva, a par da diversificação desportiva acolhendo novos públicos.

Este investimento assume-se como uma aposta estruturante ao nível da população e das novas gerações, com especial enfoque na formação de jovens, importa também ressaltar o trabalho em prol, das diversas direções e equipas técnicas que constituem as associações ligadas à prática desportiva.

No ano de 2017, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 98.994,57€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais e meios humanos de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, para os jogos de todos os escalões e transporte para treinos das camadas jovens do Redondense Futebol Clube e do Núcleo de Andebol de Redondo.



Organização de eventos Desportivos

Neste domínio destacam-se:

- Torneios Concelhios de Malha, em Montoito, Foros da Fonte Seca, Freixo e Redondo;
- Participação na Festa da Malha 2017, em Arraiolos;
- Organização em parceria com Associação de Atletismo de Évora da “Corrida da Liberdade – Redondo 2017” em 25 de Abril de 2017. Participaram no evento cerca de 190 atletas de diversos escalões, masculinos e femininos.
- Organização em parceria com a CIMAC e Associação de Atletismo de Évora da “5ª Prova do Critério de Corta Mato – Paulo Guerra” em 07 de Janeiro de 2017, no Parque Ambiental de Redondo. Participaram no evento cerca de 200 atletas de diversos escalões, masculinos e femininos.

CULTURA

De há vários anos a esta parte o executivo da Câmara Municipal assumiu a cultura como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento do concelho. Desde então, a autarquia recusa a cultura como um somatório de atos isolados mas, antes, como uma potencialidade articulada com toda a envolvente socioeconómica, de modo a ser um instrumento de planeamento sustentável ao serviço dos cidadãos e agentes económicos. A programação cultural é entendida numa política que atenda a todos os cidadãos nas suas múltiplas particularidades, ampla, com objetivos claros que visam, em última instância, contribuir para a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos habitantes do concelho.

Neste sentido, a política cultural da autarquia de Redondo assenta na promoção e implementação de ações de natureza cultural que valorizem o património local, que possibilitem o contacto com uma programação cultural diversificada e de qualidade e que potenciem a criação artística. Neste processo, é fundamental que os diferentes agentes culturais do concelho estejam envolvidos, partilhando responsabilidades mas contribuindo, ativamente, para o efetivo desenvolvimento local.

Os objetivos mais gerais da política cultural passam evidentemente pela afirmação da identidade cultural do concelho mas, também, pelo seu desenvolvimento social e económico.

Programação Cultural Regular

A programação cultural assenta fundamentalmente na regularidade, ecletismo, promoção da cultural local e regional e formação de públicos. No decorrer do ano de 2017, os blocos de programação apresentaram um vasto conjunto de ações e eventos culturais que dinamizaram os equipamentos municipais e algumas salas de coletividades e associações do concelho.

Procurou-se diversificar os tipos de espetáculos, de acordo com as permissões técnicas, as características de cada equipamento, as áreas artísticas e as preferências do público-alvo, contribuindo deste modo para a formação de públicos e participação ativa na dinâmica cultural local.

A programação cultural considera, ainda, essencial a componente de serviço educativo e a promoção dos agentes locais e regionais, não só como forma de estimular a sua qualificação como, também, de reconhecer o trabalho desenvolvido e valorizar o património cultural do concelho e da região.

Outros Eventos Culturais

No decorrer de 2017, o Município de Redondo realizou um conjunto de eventos/iniciativas que reforçam a importância generalizada da democratização e descentralização da cultura na fruição dos tempos livres das populações. A programação cultural é ainda marcada pelas comemorações de acontecimentos culturais, sociais, históricos e políticos que atestam a importância dos eventos enquanto instrumentos de coesão social e territorial.

Em 2017 o concelho (re) viveu um momento histórico particularmente relevante, os 500 anos do Foral de D. Manuel. No entanto, muitos outros eventos e iniciativa foram realizadas, a saber:

- Comemoração do Dia de Ano Novo – Arruada;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Abertura das Comemorações dos Forais Novos de Redondo e Montoito;
- Tardes Cinéfilas;
- Organização do Corso Carnavalesco;
- Dia Internacional da Mulher;
- Participação na BTL com a promoção do evento Ruas Floridas de Redondo;
- Comemoração do Dia Mundial da Poesia;
- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 43º aniversário do 25 de Abril – onde se pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;
- Comemoração do Dia Mundial da Dança – Workshop de danças Medievais;
- Organização da XXIX Feira do Livro;
- Workshop de Papel Marmoreado;
- Comemorações do Dia Internacional dos Museus;
- Banquete Quinhentista;
- Feira Quinhentista de Montoito;
- Dia Mundial da Criança;
- Danças com Histórias;
- 3º Concurso de Flauta de Bisel de Redondo;
- Feira Quinhentista de Redondo;
- Organização Ruas Floridas de Redondo;
- Estágio da BJAC – Banda Juvenil do Alentejo Central;
- Organização da 12ª Feira do Livro de Montoito;
- Feira de S. Francisco;
- Comemoração do Dia Mundial da Alimentação;
- V Intercâmbio de Bandas Filarmónicas;

- Halloween Party;
- Entrega do Prémio Literário Hernâni Cidade;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- IV Feira do IDOSO ;
- Heriatage - International Film Festival;
- Aromas Cores Saberes e Sabores;
- O Natal é aqui;
- Organização e Apoio na Festa de Natal e de Encerramento de Ano Letivo do Agrupamento de Escolas de Redondo.



Exposições

As exposições são canais privilegiados de comunicação com os visitantes, permitindo uma relação multidisciplinar que procura dar visibilidade às diferentes correntes artísticas e conhecimentos científicos produzidos, colocando em evidência a produção/criação de um ou mais artistas sobre factos relacionados com um acontecimento ou personagem, um ideal político ou uma tradição, entre outros temas que podem ser abordados.

As exposições invocam e pretendem ainda ilustrar o passado, estimulando a memória ou as suas representações. As exposições apresentadas no decorrer de 2017 contribuíram, para além dos objetivos educacionais, para a promoção da cidadania e o desenvolvimento cultural.

Em 2017 foram apresentadas as seguintes exposições:

- Os Forais Novos: Redondo e Montoito no tempo de D. Manuel;
- Exposição de Artes plásticas "Presépios";
- Exposição/Mostra Artística "Papeis há muitos";
- Exposição de Fotografia "O Prec já não mora aqui";
- Exposição de fotografia e de equipamentos dos BVR;
- Exposição de Trajes Quinhentistas – Museu Nacional do Traje;
- Exposição SEM – Maquete – alunos Pré-escolar do Concelho de Redondo;
- Exposição de trabalhos alunos 1ºciclo Agrupamento Vertical de Redondo;

Cedência de equipamentos culturais

A autarquia estabeleceu acordos de colaboração e cedência de equipamentos que se destinaram, em grande parte, à realização de iniciativas – eventos culturais, conferências, encontros, etc...- cuja organização geral pertence essencialmente a entidades exteriores à autarquia, sendo, no entanto da responsabilidade desta, através dos serviços competentes, o funcionamento dos meios técnicos-materiais, a organização geral e a segurança.

Importa referir que em 2017 todas as cedências foram deferidas, não se verificando qualquer tipo de pagamento. Os equipamentos municipais foram cedidos às seguintes entidades:

- Associação Cantadeiras de Redondo;

- Tipiace;
- Cerciestremoz – CAO;
- Associação Tauromáquica Redondense;
- Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo;
- Estação Imagem – Mora;
- Escola de Dança 5ª Atitude;
- Fénix – Associação dos Músicos de Redondo;
- GNR – Destacamento de Évora;
- Bombeiros Voluntários de Redondo;
- Associação dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Associação Portuguesa de Reiki – Delegação de Évora;
- Ministério da Saúde – Alentejo Central - Unidade de Cuidados na Comunidade de Redondo;
- Sociedade Filarmónica Municipal Redondense;
- Assembleia de Deus de Redondo – “+ Jovem”;
- Um Dia Pela Vida – Equipa “Sorriso”.



Apoio ao Movimento Associativo

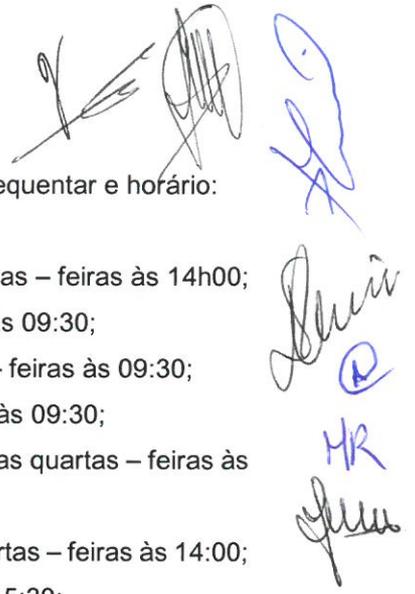
A autarquia tem investido fortemente na preservação do legado cultural e, também, na oferta de bens culturais. Os apoios ao associativismo e aos agentes locais refletem essa preocupação. Mas, também a refletem o envolvimento nas festividades que reforçam os laços de coesão social das comunidades, a realização de certames e eventos ligados à cultura local.

No decorrer de 2017 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações/coletividades que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de comparticipações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de comparticipações financeiras, num total de 123.715,09€.

De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

Apoio à Terceira Idade

O Projeto Dinâmica Sénior em atividade desde abril de 2008, é constituído por todos os idosos, reformados e pensionistas que integram ou venham a integrar o Projeto Dinâmica Sénior. As atividades têm a duração aproximada de 2 horas e têm como objetivos: cultivar amizades e afetos entre os Idosos, contribuir para a valorização pessoal e social do Idoso, desenvolver novas formas de lazer e entretenimento, reforçar a autonomia do Idoso no sentido de retardar e evitar a sua dependência, proporcionar momentos de convívio e lazer, promover a integração social do Idoso, despertar a curiosidade e vontade do Idoso, estimular a atividade mental através da observação direta e trabalhar hábitos de higiene e limpeza. Durante o ano de 2017 fizemos o acompanhamento educacional de uma formanda da APPCDM/IEFP.



Locais onde regularmente se desenrolam as atividades e nº de idosos a frequentar e horário:

- Redondo – Centro de Reformados de Redondo- 43 idosos- Todas as terças – feiras às 14h00;
- Montoito-Centro Lúdico de Montoito-19 idosos- Todas as quintas -feiras às 09:30;
- Aldeias de Montoito- Antiga Escola Primária-18 idosos- Todas as terças – feiras às 09:30;
- Freixo - Casa do Povo do Freixo-24 idosos - Todas as segundas – feiras às 09:30;
- Santa Susana - Centro de Convívio de Santa Susana - 27 idosos - Todas as quartas – feiras às 09:30;
- Foros da Fonte Seca – Antigo Jardim de Infância -7 idosos - Todas as quartas – feiras às 14:00;
- Vinhas - Antiga escola primária -12 idosos- Todas as quartas – feiras às 15:30;
- Aldeia da Serra d'Ossa - Casa do Povo -15 idosos - Todas as quintas – feiras às 14:00;
- Obra de São José Operário - Lar de Montoito -25 idosos - Todas as sextas – feiras às 09:30;
- Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo - 3 vezes por mês.

-Realização de atividade diárias;

- Expressão Plástica (alguns exemplos) – pintura no barro (candeeiro),almofada em tecido; quadro em madeira; ateliê alusivo à Pascoa; ateliê “costura”; moldura reciclada; ateliê de papel Ruas Floridas e Carnaval; ateliê alusivo ao Natal;
- Expressão dramática – apresentações pessoais, contar histórias;
- Atividades lúdicas – Passeios, intercâmbios com idosos do Lar de Vila Viçosa e com Grupo de Reformados da Damaia, caminhadas e jogos lúdicos;
- Atividades temáticas - comemoração do Natal, comemoração do Dia de Reis, comemoração do Dia das Comadres, Carnaval, Baile da Pinha, comemoração do Dia Mundial do Coração e Mês do Idoso, Dia dos aniversários, Dia da Mulher; Dia da Alimentação; Feira do Idoso. Elaboração de uma das Ruas no âmbito das Ruas Floridas 2017;
- Atividades em conjunto - Centro Lúdico de Redondo - “Sessões de Contos”; Espetáculo multidisciplinar-Dinâmica Sénior, Centro Lúdico, Música viva, Viver com saúde; Feira do livro-Biblioteca Municipal de Redondo; Atividade com os Museus; Cinemateca Sénior;

Desde o ano letivo 2014/2015 que o projeto Dinâmica Sénior, agora intitulado de “Academia de Afetos”, (Estrutura que abrange os projetos que trabalham com os idosos), oferece a área da Música como complemento às atividades já existentes.

Pretende-se com a Música criar uma atividade regular de ensaios, com a preparação de um reportório que vá de encontro ao gosto dos idosos e também do público em geral, tendo sempre como objetivo a melhoria das relações e da qualidade de vida dos idosos, a interligação entre a população e as atividades da estrutura da “Academia de Afetos”, a aprendizagem de instrumentos musicais, o desenvolvimento da criatividade, espírito crítico, responsabilidade e autonomia dos intervenientes, a criação de uma atividade musical regular e Apoio a atividades lúdicas e culturais do Município de Redondo e das comunidades locais.

Atualmente o projeto “Música Viva” tem em pleno funcionamento um Grupo Coral e Instrumental com cerca de 50 idosos, das localidades de Redondo, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Santa Susana e tem como objetivos a prática musical individual e em grupo, através do canto coral e da aprendizagem de instrumentos musicais.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Os equipamentos culturais constituem espaços distintos de promoção e difusão de ações culturais fundamentais para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma sociedade e de um território. Hoje em dia a sociedade não dispensa a prática cultural, ou melhor, reconhece-a como uma condição elementar da vivência social do cidadão.

O concelho de Redondo dispõe de um conjunto de equipamentos culturais – Bibliotecas, Centros Lúdicos, Museus, Coliseu, Arquivo e Centro Cultural - que desempenham um papel fundamental no acesso à prática cultural.

Centro Cultural de Redondo

O Centro Cultural de Redondo, inaugurado em 10 de junho de 2006, combina uma arquitetura inovadora e arrojada com a traça tradicional, procurando o enquadramento paisagístico harmonioso de um complexo de consideráveis dimensões. Este equipamento permite a realização de eventos culturais e artísticos como cinema, teatro, dança, exposições e concertos de música em diferentes espaços especialmente concebidos para o efeito: destaca a funcionalidade, conforto e estética agradável. Além disso, o auditório está equipado com duas salas de tradução simultânea, adequadas para a realização de congressos e seminários internacionais

Mais do que um mero equipamento cultural, o Centro Cultural de Redondo tem em vista contribuir para o desenvolvimento social da comunidade e, num plano mais alargado, para o desenvolvimento do Alentejo, associando-se à luta empreendida por esta região contra a desertificação do interior. A sua diversificada e regular atividade tem-no afirmado como um importante polo dinamizador de cultura na região, seja ao nível da apresentação das artes performativas, seja no plano da promoção de atividades de natureza pedagógica.

No decorrer de 2017 os blocos de programação foram preenchidos por um conjunto de eventos culturais e artísticos como cinema, teatro, dança, exposições, concertos de música, oficinas e conferências que evidenciam a intensa e regular atividade do Centro Cultural, dos quais destacamos;

- 42 Sessões de cinema
- 13 Sessões de Matiné Infantil
- 2 Sessões de cinemateca sénior
- 2 Sessões de cinema – Heritales – International Film Festival – CIDEHUS – U.Évora
- 3 Espetáculos de teatro
- 4 Espetáculos de teatro infantil

- 9 Espetáculos de música
- 2 Conferencias/Seminários/Ações de formação
- 1 Espetáculos multidisciplinares
- 2 Oficinas de serviço educativo

Nos eventos mencionados e passíveis de registo de entrada, verificou-se uma assistência de 6 058 espetadores.

Núcleos Museológicos de Redondo

A Vila de Redondo, não obstante o vastíssimo património histórico e cultural concelhio não lhe coube em herança qualquer equipamento museológico que cumprisse territorialmente a sua missão.

Nesta perspetiva a Câmara Municipal de Redondo nas responsabilidades e nos interesses que lhe são inerentes encetou esforços na criação e fundação de uma rede de equipamentos que foram, concebidos na perspetiva territorial e vocacionados para reunir, conservar, identificar e divulgar o património museológico e documental do concelho e da região.

Foi assumido que a criação destes equipamentos se deveriam constituir enquanto instrumentos ao serviço do desenvolvimento sociocultural do Concelho de Redondo e da própria Região Alentejo, sempre numa perspetiva de "museologia de comunidade", enquadrando todo o processo de desenvolvimento no envolvimento e na colaboração ativa dos residentes e instituições locais, regionais e internacionais.

A gestão do Museus é da responsabilidade da Câmara Municipal de Redondo e mantém nas suas premissas e missão a preservação, o estudo, a exposição e a interpretação de objetos materiais e imateriais representativos da identidade, da cultura, da história e do desenvolvimento de Redondo, independentemente da época histórica, dos vários tipos e fabricos, com especial incidência nos elementos associados à sua identidade e atividades de maior relevo.

Os Museus de Redondo assumem o papel que lhe cabe na formação de valores culturais, em articulação ativa com os demais agentes e instituições, promovendo não só uma função educacional de divulgação e contextualização da cultura e história da região mas, também, proporcionando experiências capazes de motivar a participação turística e o envolvimento ativo da comunidade.

A autarquia tem vindo ao longo dos anos a desenvolver uma prática com vista à promoção do acesso à cultura e do enriquecimento do património cultural. Tendo isto como um dos seus pressupostos, fundou três museus – o Museu Regional do Vinho, o Museu do Barro e o Ecomuseu- que têm como missão/vocação promover e divulgar o património, como testemunho da sociedade e da cultura do concelho, valorizando as singularidades que constituem a sua identidade.

Neste sentido, ao longo do ano de 2017, os Museus continuaram a desenvolver um conjunto de atividades que visam promover o espólio de cada museu, bem como a educação do seu público para as questões patrimoniais características do concelho como forma de preservar e valorizar a identidade cultural.

Assim sendo, realizou-se as seguintes atividades:

- Projeto Educativo, com diversas atividades relacionadas com o barro/vinho/património ambiental, junto das turmas de jardim-de-infância e 1.º ciclo do Centro Escolar de Redondo e Montoito, bem como com as turmas do Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde;
- Projeto com os idosos do Projeto Dinâmica Sénior;
- Comemoração da Noite de Reis;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus (18 Maio);
- Comemoração do dia de São Martinho;
- Comemoração do "Bom dia Cerâmica" no âmbito da constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas;
- "Este conto que vos conto" no Museu Regional do Vinho;
- Exposição "Companhia" no Museu Regional do Vinho;
- Exposição "O Vinho na Idade Moderna em Portugal" na Enoteca;
- Atividades lúdico-pedagógicas nos museus;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Colaboração em atividades com o Centro Lúdico de Redondo e Montoito;
- Colaboração em atividades com as férias em movimento;
- Reuniões de trabalho (Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas);
- Visitas guiadas regulares aos museus.

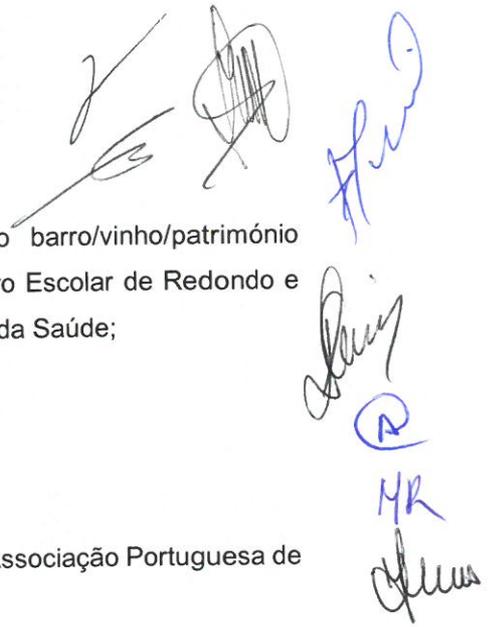
Museu Regional do Vinho de Redondo

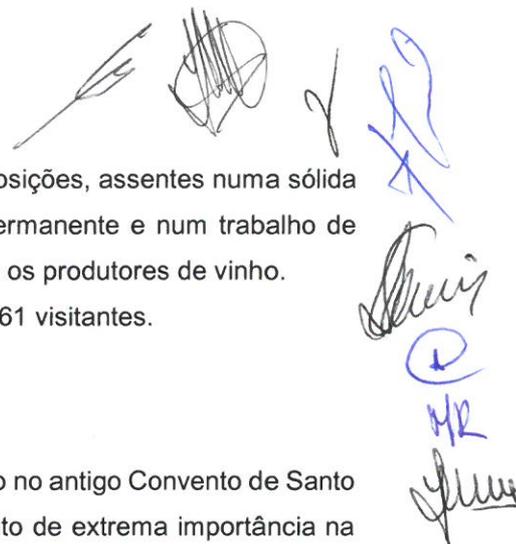
Aberto ao público desde setembro de 2001, o Museu Regional do Vinho tem como principal vocação o da promoção e divulgação da tradição vitivinícola do Alentejo, como testemunho de uma sociedade e de uma cultura.

Simbolizando uma forte aposta da autarquia na promoção da identidade cultural do concelho, este espaço, que funciona em simultâneo com o posto de turismo, visa projetar a imagem do Alentejo vinhateiro despertando o interesse turístico por esta cultura que se assume como herança e testemunho transmitido ao longo de varias gerações.

Com um conceito e um percurso museológico ajustado à sua localização geográfica, o Museu Regional do Vinho apresenta um espólio permanente composto por mais de 200 peças, disposto de forma a reproduzir as várias etapas da atividade vinhateira, da qual fazem parte instrumentos agrícolas, objetos, imagens e textos associados à arte de fabrico do vinho, privilegiando o material cerâmico, característico deste centro produtor de cerâmica em que se está incluído.

Até um bom copo de vinho chegar à mesa, existe um longo percurso de tarefas vitivinícolas com várias fases bem definidas. São estes diferentes momentos que o museu apresenta. Da escolha e preparação da terra com clima favorável, à trasfega, passando pela seleção de castas apropriadas (plantação e enxertia), pela vindima, a pisa ou a fermentação, este museu oferece ao visitante uma viagem pela história intemporal deste néctar, cuja produção remonta aos primórdios da época romana.





No espaço do Museu Regional do Vinho podem ser visitadas exposições, assentes numa sólida componente formativa, que se traduz num Serviço Educativo permanente e num trabalho de proximidade levado a efeito junto da população, colaborando com os produtores de vinho. Com base nestas premissas, este museu no ano de 2017 teve 6761 visitantes.

Museu do Barro

O Museu do Barro foi inaugurado em Fevereiro de 2009, localizado no antigo Convento de Santo António, edificado no séc. XVII, assume-se como um equipamento de extrema importância na preservação e revitalização da olaria tradicional de Redondo. Nessa condição, integra uma exposição permanente, na qual se apresenta todo o processo de produção manual, desde a extração da matéria-prima até ao produto final sem esquecer o papel dos almocreves na sua divulgação e comercialização.

O museu pretende mostrar a importância da olaria, na economia local e na vida quotidiana das populações, revelando a utilização e domínio das técnicas de produção e as redes de distribuição. As peças expostas retratam épocas distintas e em cada uma delas está simbolicamente representado o artista que lhes deu vida como que, por magia, invocando os poderes da terra, da água, do ar e do fogo.

Este espaço propõe salvaguardar, divulgar e promover o estudo sobre a olaria de Redondo, esperando contribuir para aprofundar conhecimentos e preservar esta insubstituível herança cultural. Baseada nesta premissa, ao longo de vários anos, o Serviço Educativo dos Museus tem vindo a desenvolver atividades, desde da 1.º infância até ao público sénior, cujo principal objetivo é proporcionar a possibilidade de contato com esta matéria-prima (o barro) para assim conseguirmos revitalizar esta atividade cultural tradicional.

Ao longo do ano de 2017 este museu foi visitado por 2992 visitantes.

Ecomuseu

A singularidade das nossas paisagens, bem como a representatividade e estado de conservação das espécies e habitats, permitem o reconhecimento da particular relevância do património natural e cultural do nosso concelho.

Situado no extremo Norte da freguesia e concelho de Redondo e abrangendo parte da Serra d'Ossa e do Biótopo CORINE, o Ecomuseu localiza-se num território geograficamente privilegiado cujos recursos naturais foram, durante séculos, objeto de fruição das populações que por aqui passaram. Por outro lado, apresenta um património histórico e arqueológico de rara densidade, particularmente no que diz respeito aos monumentos megalíticos funerários – as antas, de que se conhecem várias dezenas, sendo duas delas Património Nacional.

Durante o ano de 2017, e enquadradas nos períodos favoráveis às saídas de campo, decorrem as seguintes ações:

- PR4 Eremitas da Serra D'Ossa – Percurso Pedestres de Alqueva;
- Percurso Pedestre “Sabores do Campo... ervas aromáticas e alimentares”;

- Passeio Micológico;
- Apoio e colaboração nas saídas de campo dos Caminheiros da Casa do Povo do Freixo – “Por esses campos fora...”;
- Apoio e orientação nas saídas de campo a grupo organizadas no âmbito do pedestrianismo;
- Apoio e monitorização das saídas arqueológicas de âmbito escolar e comunitário.

Enoteca

Recebendo um conjunto de eventos e iniciativas que favorecem a integração das diversas potencialidades do concelho de Redondo, a Enoteca revela a multifuncionalidade de um espaço para além da sua principal função - aproximar a cultura do vinho dos consumidores e interessados, é também um equipamento que acolhe as artes, a literatura, as recriações históricas, entre outras expressões artísticas e culturais.

Ao longo de 2017 muitos foram os momentos em que a cultura do vinho foi inclusiva para diversas correntes artísticas. São de destacar:

- 3 Noites de Fado;
- 1 Banquete Quinhentista;
- 2 Espetáculos de música;
- 3 Apresentações de obras literárias;
- 1 Apresentação de produtos locais – TiPiace;
- 1 Workshop;
- Noite de Reis;
- Halloween.

Coliseu de Redondo

Resultante da recuperação da antiga praça de touros Simão da Veiga Júnior nasceu o Coliseu de Redondo, uma infraestrutura que vem complementar a rede de equipamentos municipais destinados a servir a população. Esta recuperação empreendida pela edilidade e comparticipada por fundos comunitários resultou de um contrato de concessão firmado entre a autarquia e a Santa Casa da Misericórdia de Redondo, entidade proprietária do imóvel.

Para além de espetáculos tauromáquicos, este equipamento está vocacionado para acolher outro tipo de eventos.

Em 2017 o Coliseu acolheu os seguintes eventos:

- 2 Corridas de Toiros – Responsabilidade ATR (Associação Tauromáquica Redondense);
- 1 Festival de Luxo – ATR;
- Espetáculo “Circo de Natal”;

Biblioteca Municipal de Redondo e Biblioteca Itinerante

A Biblioteca Municipal surge como Biblioteca Fixa nº 124 da Fundação Calouste Gulbenkian, assumindo-se hoje como um agente incontornável no desenvolvimento cultural e educacional do

Concelho. É um importante veículo de transmissão e solidificação de conhecimentos e ideias que coopera a todos os níveis com o sistema educativo, o que a torna também um centro de aprendizagem para a população em geral.

A Biblioteca Municipal de Redondo, é um serviço público de natureza informativa, educativo e cultural do Município de Redondo

A Biblioteca Municipal tem os seguintes objetivos:

- Facilitar o acesso aos munícipes, através do empréstimo ou consulta local a livros, periódicos, documentos audiovisuais e outro tipo de suportes documentais, dando resposta às necessidades de informação, educação e lazer da população, no pleno respeito pela diversidade de gostos e opções culturais, segundo princípios definidos no Manifesto da UNESCO para as bibliotecas públicas;
- Incentivar o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento cultural da população;
- Valorizar o património cultural do concelho, especialmente através do fundo local;
- Criar as condições propícias à reflexão, ao debate e à crítica, através de atividades de intervenção cultural na Biblioteca;
- Contribuir para a ocupação de tempos livres.

No decorrer de 2017 as atividades apresentadas na Biblioteca Municipal de Redondo foram as seguintes:

- Autor do Mês;
- Apresentação do livro "O Vitorino" de Antonieta Félix;
- Momento Musical de homenagem ao cantor BOB DYLAN (Prémio Nobel da Literatura);
- Comemoração do dia da Mulher, organização de poemas e distribuição de flores;
- Workshop "Corantes Naturais" Plantas e animais pelo Prof. Luis Mendonça;
- Workshop "Da ovelha à lã" por Maria do Carmo Grilo;
- Comemoração do Dia Mundial da Poesia em parceria com os alunos do 1º. Ciclo, declamação de poemas com momento musical;
- Comemoração do Dia Mundial do Livro e direitos de autor;
- Tributo a Zeca Afonso por Rita Justa e David Ferreira;
- Projeto de exterior "Biblioteca na Piscina";
- Projeto de exterior "Ler em qualquer lugar";
- XXX Feira do Livro;
- Colaboração no evento "Ruas floridas" com o tema Borboletas;
- XXII Prémio Hernâni Cidade;
- Parceria no evento "Stop brigas";
- Parceria no evento "Dia Mundial da dança";
- Parceria no projeto "Entrelinhas" da Biblioteca Escolar Doutor Hernâni Cidade;
- Reuniões do Grupo de trabalho das Bibliotecas do Alentejo Central.

Exposições

- Rezas e benzeduras;

- Máscaras da Comédia;
- Do copioso trato dos panos;
- Zeca Afonso 30 anos;
- História de Portugal no tempo dos reis;
- Santos populares e suas tradições;
- Ruas em flor;
- Literatura fantástica;
- Fado a canção de um povo;
- Filósofos portugueses;
- Presépios.



Biblioteca Itinerante

A Biblioteca Itinerante é uma valência da Biblioteca Municipal que dispõe de um serviço itinerante percorre semanalmente todo o concelho, dando a todos aqueles que têm maiores dificuldades em deslocar-se, a oportunidade de usufruir de uma grande variedade de serviços. Dispõe de um fundo documental de cerca de mil documentos, a destacar, monografias, periódicos, material audiovisual, jogos e brinquedos. A promoção do livro da escrita da leitura e das diversas iniciativas na área da alfabetização, inclusão digital, expressão plástica, apoio a reformados e idoso, são as suas principais funções.

A "BIR" é uma biblioteca instalada num veículo que integra computadores com acesso WIFI à internet, paralelamente, presta serviço de atendimento e informação à comunidade.

O Projeto de Alfabetização ES+, foi implementado em março de 2013 numa iniciativa conjunta com as valências da biblioteca e gabinete de ação social, com vista a combater o analfabetismo, promover a competências básicas de escrita e leitura existente no concelho, estimula a inserção do adulto socialmente, com base na sua realidade, promovendo o despertar para a cidadania e para a transformação social. Importa ressaltar a abrangência e resultados obtidos nas localidades do concelho ao longo dos 5 anos da atividade no terreno.

Objetivos ES+:

- Incentivar a formação ao longo da vida;
- Combater o isolamento social, através da promoção da melhoria da qualidade de vida;
- Criar competências básicas ao nível da autonomia da língua e da escrita;
- Aumentar a auto estima;
- Combater o sedentarismo;
- Permitir a participação cívica e a auto-organização, principalmente após a reforma;
- Realizar atividades sociais, culturais, de ensino, de formação, de desenvolvimento social e pessoal, de solidariedade social, de convívio e de lazer;
- Integração funcional de pessoas com deficiência;
- Informar e apoiar comunidades estrangeiras na integração ao nível da língua e da escrita;
- Promover a divulgação dos serviços, deveres e direitos;
- Fomentar o voluntariado para a comunidade.

O Projeto de Leitura LER+ visita as escolas do concelho e assegura visitas a centros de dia das comunidades rurais prestando apoio a todos os beneficiários do Cartão municipal do reformado e pensionista.

As publicações em livro resultam da recolha das oralidades e do património imaterial pelo concelho.

No apoio à leitura dispõe igualmente de um serviço de entrega ao domicílio aos utilizadores com doença ou baixa mobilidade, bastando para tal contactar a Biblioteca Municipal de Redondo ou Polo da Biblioteca de Montoito por telefone ou por E-mail.

A "BIR" promove a integração da comunidade estrangeira através da escrita e da leitura no Concelho de Redondo.

O quadro seguinte apresenta a ações desenvolvidas pela BIR nas localidades do concelho.

Dia	Hora	Local	Atividade	Observação
2ª	10h00 - 12h00	Freixo	BIR	3 Paragens - Monte dos Gaios, Casa do Povo e Largo da Cooperativa
	14h30 - 16h30	Freixo	ES+	Casa do Povo
	16h45 - 17h45	Vinhas	BIR	Largo da Aldeia
3ª	10h00 - 12h00	Santa Susana	ES+	Associação Cultural e Recreativa de Santa Susana - Convívio
	15h00 - 17h45	Santa Susana	BIR	3 Paragens - Largo da Paragem, Associação Convívio e Centro de Dia
4ª	10h00 - 12h00	Vinhas	ES+	Antiga - EB1 Vinhas
	14h30 - 17h30	Serra D'Ossa	BIR/ES+	2 Paragens - Casa do Povo e Largo da Aldeia
5ª	10h00 - 11h15	Montoito	BIR	EB1 - Montoito

	11h30 - 12h00	Montoito	ES+	Obra de São José Operário
	14h30 - 16h30	Aldeias de Montoito	BIR/ES+	2 Paragens: Antiga - EB1 e Castilhas
	16h45 - 17h30	Falcoeirias	BIR	Largo da Aldeia
6ª	09h45 - 11h45	Foros da Fonte Seca	BIR/ES+	2 Paragens: Café Pateiro e Centro de Cultura
	12h00 - 12h30	Redondo	BIR	3º EDEN - Casa de Repouso
	12h00 - 16h00	Redondo	ES+	Biblioteca Municipal de Redondo

No decorrer de 2017 realizaram-se as seguintes atividades:

- Cooperação com o gabinete de ação social nas atividades de envelhecimento ativo nas comunidades rurais do concelho;
- Participação na atividade - Bulling nas escolas, Redondo (parque ambiental de Redondo) e (parque ambiental de Montoito) - peddy-paper;
- Recolha e compilação de poesia popular;
- lançamento / publicação do livro - I volume da coletânea de poesia popular – poetas populares do concelho de Redondo;
- IV feira do idoso – atividade sessão de poesia “ Chá das 11” leitura de poesia, dinamização, participação, exposição e divulgação da escrita e da leitura na terceira idade;
- Apresentação de um poste no encontro de bibliotecas itinerantes - conferencia “heterónimos de nós” Chamusca – Tema: Bibliotecas que andam;
- Apresentação de um poste na - I Jornada do Património de Redondo – tema: Biblioteca itinerante de Redondo a ligar comunidades;
- Apoio e participação festa de Natal - reformados e pensionistas;
- Participação na Festa de Natal na casa de repouso 3º Éden Redondo – Sessão de poesia com autor do livro de poesia popular;
- Visita semanal a lares e casas de repouso: 3º Éden – Casa de repouso Redondo, Casa de repouso – Vinhas, Obra de são José operário em Montoito e Centro de dia da santa casa da Misericórdia de Santa Susana;
- Visita semanal EB 1 de Montoito;

- Cooperação com a Guarda Nacional Republicana e Gabinete de Ação Social, na ação de dissuasão de burlas em meio rural com informação e divulgação informativa;
- Campanha de segurança e prevenção rodoviária em meio rural – distribuição de folhetos e esclarecimento - Alcoolismo, manuseamento de máquinas agrícolas, prevenção rodoviária e isolamento;
- Participação na Rede de investigação e intervenção para a literacia e inclusão digital em parceria com a universidade Aberta – Delegação de Reguengos de Monsaraz e Câmara Municipal de Lisboa.

Centro Lúdico de Redondo

A funcionar desde 2004, nas instalações da Biblioteca Municipal, o Centro Lúdico de Redondo, situado na Rua D. Arnilda Eliezer Kamenezky é um espaço lúdico destinado a crianças até aos 16 anos de idade. No entanto as crianças com idade inferior aos 6 anos devem fazer-se acompanhar de um adulto ou alguém responsável maior de 16 anos. É um espaço que a criança utiliza quando quer brincar.

No Centro Lúdico, o livro, o brinquedo, o jogo, a expressão plástica e a expressão dramática complementam-se de forma a proporcionar aos utentes um ambiente de liberdade e convívio. Proporcionando também o desenvolvimento harmonioso, para que as crianças possam crescer como pessoas ativas e participativas na sociedade a que pertencem. É através de vários ateliês (pintura, colagem, modelagem...), que o ato criativo acontece.

Os objetivos são:

- Promover o livro e a leitura;
- Promover o encontro intergeracional;
- Facultar o acesso a brinquedos, jogos, livros;
- Sensibilizar para a importância do brincar, ler e comunicar;
- Proporcionar experiências que levem ao desenvolvimento da imaginação, criatividade, expressão e socialização;
- Ocupar os tempos livres das crianças e jovens com atividades lúdicas e recreativas num ambiente estável;
- Cativar pais, educadores e comunidade me geral a participar nas atividades promovidas pelo Centro Lúdico;
- Proporcionar atividades que levem a criança a estimular a fantasia e a imaginação;

Atividades do ano de 2017:

- Ateliês de expressão plástica;
- Ateliês de expressão corporal e musical;
- Sessões de contos;
- Realização de jogos onde os utentes utilizam os diversos recursos do Centro Lúdico;
- Comemoração de dias temáticos (S. Martinho, Halloween, Natal, Carnaval, Dia do Livro Infantil, 25 abril, Dia da Crianças, Dia da Alimentação...);

- Sessão de contos: Serafim;
- Exibição de filmes;
- AEC'S;
- Colaboração na festa de Final de ano letivo do Centro Escolar de Redondo e Montoito;
- Participação nas Férias em Movimento com várias atividades para os alunos do 1º e 2º ciclo do Centro Escolar de Redondo;
- Projeto " 1, 2, 3... contos outra vez" com o Serviço Educativo dos Museus para o Jardim infância do Centro Escolar de Redondo, Montoito e Centro Infantil (Ano letivo de 2017/2018);
- Espetáculo "Love" uma parceria entre o Município, Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Redondo e Agrupamento de Escolas de Redondo;
- "Este conto que vos conto" no Museu Regional do Vinho em parceria com o serviço Educativo dos Museus;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Participação na atividade " O Natal é aqui";
- Ruas Floridas de Redondo – ornamentação de uma rua.

Biblioteca Municipal - Pólo de Montoito

O Pólo de Montoito da Biblioteca/ Centro Lúdico, inaugurado em março de 2004, é um equipamento que não separa as valências da biblioteca e centro lúdico, tendo um grande número de atividades comuns a ambas.

O objetivo principal destas valências é de proporcionar a população, a possibilidade de usufruir de um espaço que dê respostas às suas necessidades de informação, cultura e lazer, aprendizagem das regras de convivência social, bem como promover a leitura.

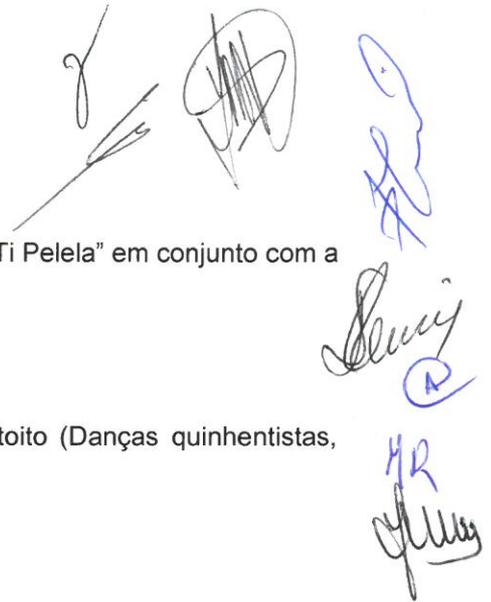
A dinamização destes espaços é composta por um conjunto de ações que pretendem valorizar a educação não formal em contexto lúdico e pedagógico. De destacar:

- Sessões de contos; Horas do conto; Jogos pedagógicos; Ateliês de expressões artísticas - plástica, dramática e musical; Componente de apoio à família no Jardim-de-infância de Montoito; Atividades extracurriculares de 1º ciclo no centro escolar de Montoito; Espaço internet e Exposições.

Em 2017 foram realizadas as seguintes atividades:

- Autor, livro e poema do mês;
- Programas de incentivo à leitura;
- Exposição "Os Forais Novos: Montoito nos tempos de D. Manuel";
- Serviço de empréstimos de livros, revistas, jornais e DVD's;
- Comemorações de dias temáticos alusivo ao Dia de Reis, Dia de São Valentim, Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Poesia, Dia mundial do Livro, Dia do livro infantil, 25 de Abril, Dia da Música, Dia do Idoso, Implantação da República, Natal;
- Recital de Poesia;
- Participação na estafeta de contos da Biblioteca de Beja;
- Comemorações do Foral Manuelino de Montoito (Desfile/Cortejo - período Quinhentista);
- Participação na Feira Quinhentista de Montoito;

- Ateliê de Paleografia;
- Dia de Portugal: "Um dia como Camões...";
- Participação no lançamento do Livro de Augusta Inácia Bailador "Ti Pelela" em conjunto com a Biblioteca Itinerante;
- Organização da Feira do Livro;
- Visita Guiada ao castelo real de Valongo;
- Encerramento das comemorações do Foral Manuelino de Montoito (Danças quinhentistas, beberete, apresentação do livro...).



Centro Lúdico de Montoito

Atividades realizadas durante o ano de 2017;

- Animação do livro e da leitura;
- Empréstimo de livros,
- Ateliês de Expressão Plástica, Dramática, Musical, Culinária;
- Ateliê de escrita criativa;
- Sessão de contos para a promoção do livro e da leitura;
- Realização de jogos diversos existentes no Centro Lúdico;
- Exibição de filmes infantojuvenis em DVD;
- Jogos de dinâmica de grupos;
- Jogos Lúdicos;
- AEC'S; AAAF; CAF;
- Comemoração de dias temáticos;
- Dia de Reis, com cantares pelas ruas da freguesia de Montoito;
- Comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino de Montoito: Ateliê de máscaras quinhentistas, Workshop de danças quinhentistas, Jogos Quinhentistas, oficina de decoração quinhentista, Ateliê de paleografia, Ateliê de pintura de Iluminuras, Feira Quinhentista, Ateliê de Bijuteria da Época, Peddy-paper "Em busca do foral", Apresentação do livro;
- Participação na XIV Estafeta de Contos das Palavras Andarilhas da Biblioteca Municipal de Beja
- Carnaval- Cortejo de carnaval pelas ruas da vila de Montoito, Baile de Máscaras;
- Participação no Carnaval das Escolas através da elaboração de vários acessórios;
- Participação no Corso de Carnaval de Redondo com o tema: "Foral de Montoito";
- Dia de São Valentim: postais alusivos ao dia;
- Workshop de Doçaria Conventual
- Dia da Mulher: "Uma flor para ti, Mulher!"
- Dia do Pai: Prendas para o pai;
- Dia Mundial da Saúde: Caminhada pela Saúde
- Dia Mundial do Livro Infantil: Contos Animados
- 25 de Abril: Histórias de Abril, Cravos de Abril;
- Dia da Mãe: "Chá de histórias com miminhos para a mãe";
- Dia dos Museus: Visita ao Museu da Banda Filarmónica União Montoitense
- Participação na Feira Anual do Espírito Santo com danças da época Quinhentista e Animação para Idosos;
- Participação no lançamento do livro de Augusta Inácia Bailador "Ti Pelela" com a Biblioteca Itinerante;
- Dia da Criança: com a apresentação de várias atividades lúdicas (pinturas faciais, modelagem de balões, jogos tradicionais) em parceria com a Junta de Freguesia de Montoito

- Participação nas festas de Verão de Montoito atividades lúdicas para crianças;
- Halloween
- São Martinho: "São Martinho no Coreto"
- Comemoração e participação no Dia Nacional do Pijama (integrado no projeto Mundos de Vida);
- Workshop: "Meditação e Relaxamento para crianças";
- Natal: ateliê de Expressão Plástica "Natal Gigante" e realização de uma festa de Natal
- Participação na festa de Natal do centro Escolar de Montoito;
- Dinamização da Feira do Livro em setembro com o tema: "Foral de Montoito"
- Ocupação de Tempos Livres, no tempo de férias (Natal, Páscoa e Verão) das crianças que frequentam o Jardim-de-infância, 1º e 2º ciclo, com várias atividades lúdico- pedagógicas (diferentes ateliers de expressão plástica, culinária, passeios pedestres, piscinas, jogos musicais, visitas educativas, etc);
- Participação em diversas atividades organizadas pela Divisão Sócio Cultural (Projeto Dinâmica Sénior)
- Projeto "Dá uma prenda e cria um sorriso!"
- Preparação de atividades para as turmas de Jardim de Infância e 1º ciclo do Centro Escolar de Montoito
- Intervalos Animados
- Ler e Experimentar
- Histórias, contos, lendas, adivinhas, teatrinhos
- Jogos Lúdicos
- DVD

Arquivo Municipal

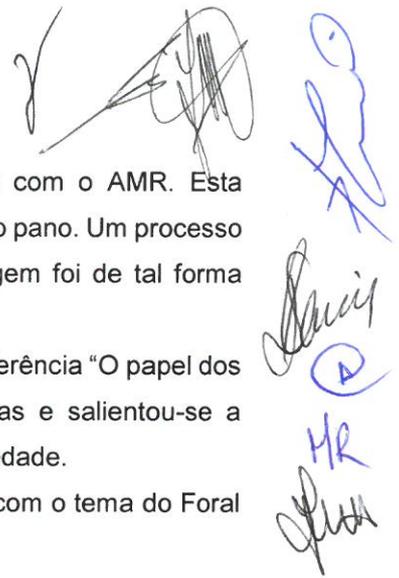
O Arquivo Municipal de Redondo mantém os seus objetivos, por um lado preservar e disponibilizar a documentação aos utilizadores que acedam ao arquivo histórico, por outro lado, embora simultaneamente, organizar e disponibilizar a documentação aos serviços do Município. O Arquivo Municipal de Redondo tem como missão a organização e posterior divulgação da informação documental que lhe está inerente. Tem a iniciativa e é da sua responsabilidade dar a conhecer o seu património documental através de diferentes atividades: exposições, visitas guiadas e acesso à informação (presencial e on-line).

Devemos ter sempre na memória que um documento de arquivo é único e original.

O ano de 2017 ficou marcado no concelho pela história, como o havia sido há 500 anos atrás quando D. Manuel I atribuiu foral a Redondo e a Montoito. Neste sentido e com razão de o ser, a maior parte das iniciativas por parte do AMR estiveram relacionadas com as Comemorações dos 500 anos dos Forais Novos de Redondo e Montoito.

O AMR fez parte da organização das Feiras Quinhentistas de Redondo e Montoito e da elaboração das exposições sobre os respetivos forais, Redondo e Montoito.

No âmbito das comemorações, esteve patente no Centro Cultural durante os meses de Maio a Setembro a exposição "Trajes Quinhentistas", cedida pelo Museu Nacional do Traje e constituída por réplicas de trajes masculino, feminino, popular masculino e feminino, pajem, capitão-mor, humanista e jesuíta.



A exposição “Do copioso trato dos panos” foi organizada em conjunto com o AMR. Esta exposição deu a conhecer todo o processo de preparação da lã, da ovelha ao pano. Um processo que fez parte do quotidiano dos redondenses durante séculos. A tecelagem foi de tal forma importante e especial, que com os panos de Redondo se vestiu o exército.

No dia 9 de Junho, Dia Internacional dos Arquivos, o AMR organizou a Conferência “O papel dos arquivos na preservação da memória local”. Apresentaram-se perspetivas e salientou-se a importância dos arquivos para a memória individual e coletiva de uma sociedade.

O AMR ficou responsável pela conceção e montagem da Rua do Castelo, com o tema do Foral Manuelino, para o evento Ruas Floridas 2017.

Em Agosto, o AMR participou no I Encontro de História e Património de Redondo, através da Conferência “Arquivo Municipal de Redondo- Preservar a memória local”. Este tema teve como finalidade dar a conhecer o AMR, o seu acervo documental e o potencial de informação que possui para historiadores e investigadores.

Em Setembro, deu-se início ao projeto de criar um Guia de Fundos do Concelho de Redondo, de forma a identificar e inventariar os fundos existentes no concelho.

No final do ano, o AMR foi congratulado com um estudo único sobre a vila de Redondo nos seus primórdios. O Dr. Duarte Catalão, utilizador do AMR, elaborou um estudo inédito e criterioso sobre os inícios da vila. Esta doação em conjunto com uma compilação de cópias de manuscritos do séc. XIV estão para consulta e leitura no AMR.

Gabinete de Informação

Após a sua implementação em 2007, o Gabinete de informação (GINFO) é hoje uma estrutura consolidada no universo da Câmara Municipal de Redondo assumindo-se como um importante vetor de comunicação, traduzindo-se assim num verdadeiro polo produtor, agregador e descentralizador de conteúdos com vista à divulgação da atividade municipal.

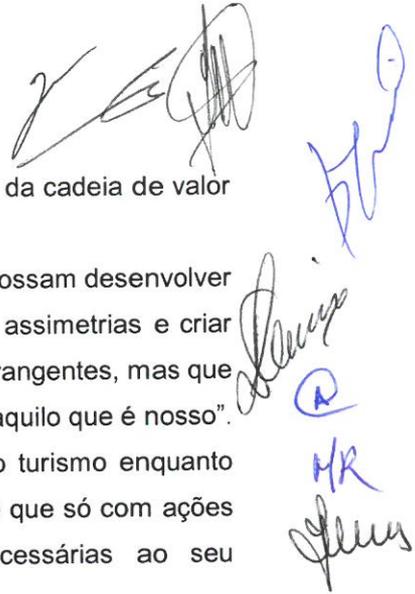
Tendo como principal objetivo estabelecer pontes entre a Câmara Municipal de Redondo e os seus munícipes, o GINFO reúne hoje diferentes competências e responsabilidades que nada mais exigem do que a garantia de informação do munícipe de forma clara e imparcial assegurando a democratização e igualdade no acesso à mesma.

A gestão do sítio da Internet, das redes sociais, a produção de toda a imagem gráfica da Câmara Municipal de Redondo e divulgação dos diferentes eventos e atividades configuram os principais focos de atividade do GINFO procurando a materialização do ideal de divulgação que a Câmara Municipal de Redondo procura construir junto da comunidade.

Contudo, o crescimento exponencial da presença das autarquias nos meios online tem-se traduzido proporcionalmente num acréscimo de responsabilidades e na soma de deveres e obrigações para com as populações a diversos níveis. A resposta ao Índice de Transparência implementado pela Transparência e Integridade, Associação Cívica, é disso mesmo um bom exemplo e a subida sucessiva da Câmara Municipal de Redondo no respetivo ranking resulta do papel determinante que o GINFO desempenha na divulgação da informação.

Turismo

O Turismo em Portugal goza de condições excecionais de alavancagem da economia, mas isso já todos nós sabemos, no entanto e não obstante as intenções das Unidades de Missão para territórios de baixa densidade e valorização do interior, no fundo e a par com as políticas públicas



que se entendam implementar, só com o envolvimento de todos os agentes da cadeia de valor se podem encontrar caminhos e ideias que ajudem a confirmar as mesmas.

Consideramos ainda que não obstante a parafernália de estratégias que se possam desenvolver para o Turismo no interior do País, o fio condutor, no intuito de minimizar assimetrias e criar riqueza aos respetivos territórios, se deve pautar por medidas racionais e abrangentes, mas que não se descurem os aspetos emocionais e a sua importância, no gosto por "aquilo que é nosso". A Câmara Municipal de Redondo renova e insiste nas potencialidades do turismo enquanto atividade crucial para a alavancagem económica no concelho, mas entende que só com ações de proximidade e diferenciadoras se podem criar as correntes necessárias ao seu desenvolvimento.

Só desta forma se conseguirá minorar os efeitos da interioridade e da baixa densidade populacional do território, fortemente penalizada pela concorrência e competitividade em escala do sector, nomeadamente do litoral e zonas de alta densidade populacional, que absorvem com relativa facilidade as atenções das políticas centrais e consequentemente dos investidores de relevo.

Reforçamos este ideal na afirmação do território e nas suas potencialidades de forma particular no que nos diferencia, mas entendemos como desígnio incontornável a união de esforços direcionados para estratégias coletivas naquilo que nos une.

Mantemos tudo aquilo que já referimos sobre as questões do Turismo e estamos conscientes das dificuldades que esta visão enfrenta, mas é da resiliência e do esforço de toda a cadeia de valor que falamos para levar a bom porto esta missão, felizmente e nesta área não nos faltam bons exemplos e criatividade, lamentável ainda não são as suficientes, mas acreditamos estar todos no bom caminho.

A autarquia na prossecução dos objetivos para o Turismo irá reforçar a atratividade ao território com outros equipamentos que ajudem a potenciar o destino e a permanência de visitantes no território, aproveitando a oportunidade de candidaturas, está também a desenvolver com outros Municípios e Entidades com responsabilidades na área, estratégias conjuntas em escala.

No decurso do ano de 2017 continuámos o trabalho no reforço de participações, iniciativas, reuniões de trabalho e colaborações com inúmeras entidades públicas e privadas, em prol do conhecimento e da promoção do concelho e dos seus agentes económicos e culturais na vertente turística.

Na perspetiva que traçamos, apresentamos algumas das ações desenvolvidas no âmbito e no período. Importa, no entanto, referir que esta informação não esgota o trabalho que é desenvolvido pelo Município nesta vertente e que estamos conscientes que embora com trabalho já feito, muito continua por fazer.

- Participação na BTL- 2017 – Pavilhão do Alentejo-Lisboa;
- Reuniões de trabalho (Redes de Oferta Empresariais-Turísticas);

- Reuniões de trabalho (Estratégia Turismo 2027);
- Reuniões de trabalho (Atividade Turística da ERTA);
- Reuniões de trabalho (Grande Rota do Montado);
- Reuniões de trabalho (Certificações destino Turístico);
- Reuniões de trabalho (Projetos WI-FI e All For All);
- Reunião de trabalho (Plano Estratégico Touring Cultural Paisagístico);
- Reuniões de trabalho (Centros Acolhimento Turístico e Interpretativos Évora e Alentejo Central);
- Reuniões de trabalho – (Projetos e candidaturas “Valorização Turística do Interior”);
- Dinamização Turístico-Economica do Mercado Municipal;
- Dinamização Turístico-Economica do período do Natal;
- Dinamização Turístico-Economica (Rua Móvel);
- Reuniões de trabalho com Adegas/Produtores;
- Reuniões de trabalho com Restauração;
- Reunião de trabalho (Serra D’Ossa – Redondo/Estremoz/Borba);
- Reunião de Trabalho com ERTA (Plano Estratégico de Turismo para o Concelho de Redondo);
- Reuniões de Trabalho com Alojamentos;
- Reuniões de trabalho (Assoc. Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas);
- Reuniões de Trabalho (Promoção Vídeo/Televisões);
- Reuniões de Trabalho com as Olarias e Institucionais (Cencal e Cearte);
- Reuniões de Trabalho c/Empresas de Animação Turística e Operadores;
- Evento Ruas Floridas-2017.

Gabinete de Ação Social

O Gabinete de Ação Social de Redondo (GAS) desenvolve a sua atividade tendo como objetivo principal contribuir para a minimização das carências sociais dos munícipes, promovendo a capacitação e promoção das competências e privilegiando, sempre que possível, uma intervenção “com” o utente em detrimento de “para” o utente.

Por outro lado, assume especial relevância a articulação e dialogo com os parceiros sociais (sejam em parcerias formalmente constituídas ou não), evitando-se dispersão de meios e a duplicação de intervenções, por um lado, e garantindo medidas de apoio mais concretas e respostas mais qualificadas, por outro. cremos que só assim será possível fazer mais e melhor. Tendo em conta o anteriormente exposto, as atividades do GAS inserem-se em três grandes categorias:

- Ação Social Direta, em sede de Gabinete ou atendimento nas localidades;
- Ação Social Institucional, em sede de parceria institucional (formal ou não);
- Ação Social Comunitária, em sede de concretização de projetos socioculturais, ações de divulgação/sensibilização e outros;

Deste modo, em 2017 a ação do GAS desenvolveu-se como descrevimos abaixo:

Apoio à 3ª Idade

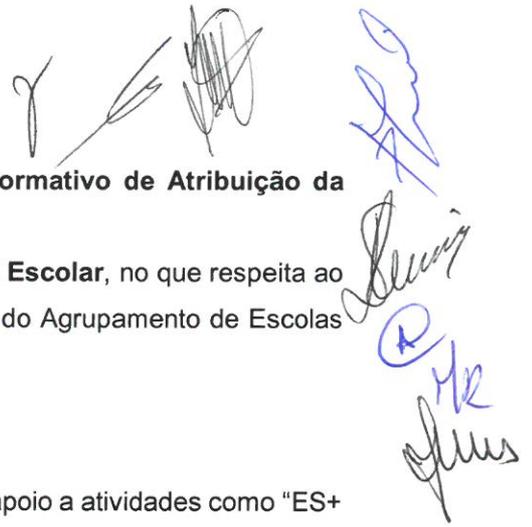
- Atendimentos aos beneficiários do Cartão Municipal do Reformado e Pensionista nas localidades e em sede de Gabinete;
- Apresentações do novo regulamento do Cartão Municipal do Reformado e Pensionista (contemplando apoios em consultas, exames de diagnóstico e próteses) em todas as localidades do concelho;
- Continuação dos trabalhos relativos à criação da **Rede de Apoio Integrada**, junto do comércio local do concelho, no âmbito do Cartão Municipal do Reformado e Pensionista;
- Organização das inscrições para o **Almoço de Reformados e Pensionistas**;
- Distribuição de Kits de Higiene pelos idosos sinalizados através do SOS Afetos, SAAS e Obra de S. José Operário, no âmbito da iniciativa “É tempo de Ajudar”;
- Atribuição e distribuição de **Cabazes de Natal** a:
 - Famílias carenciadas com menores a cargo (23);
 - Idosos com fracos recursos (21);
- Dinamização e implementação do **“SOS Afetos”** (55 agregados familiares):
 - “Renda de Afetos”- Criação de um cortinado em renda (12 idosas participantes);
 - Implementação da Estimulação cognitiva em sede de domicílio – 2 idosos;

Atendimentos Sociais e Encaminhamentos

- Atendimentos realizados em conjunto com a Obra de S. José Operário;
- Atendimentos realizados em conjunto com o SAAS, com vista à integração na Cantina Social;
- Outros atendimentos sociais realizados a diversos munícipes de acordo com problemáticas como a sua integração profissional, a cedência de possíveis apoios (alimentação, despesas mensais) e a procura de habitação social, após o que se procedeu ao processo de elaboração de relatório de ocorrência para resposta ou encaminhamento para as entidades competentes;
- **Atendimentos sociais aos encarregados de educação** e consequentes encaminhamentos sociais (Cáritas Diocesana de Évora; Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; Obra São José Operário; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Instituto de Segurança Social e Tribunal Judicial de Redondo) e médicos (através do médico de família e/ou psicóloga – Centro de Saúde de Redondo e Consultas de Desenvolvimento Infantil – HESE);
- Elaboração de **relatórios multidisciplinares** relativos à avaliação e acompanhamento realizados nos finais dos períodos e consequente encaminhamento dos mesmos para as entidades parceiras;

Candidaturas a apoios sociais e outros

- Análise de candidaturas do **Cartão Municipal do Reformado e Pensionista**, num total de 660 (61 novos utentes, 512 renovações, 65 não atribuídos e 22 falecimentos);
- Análise de Candidaturas ao no âmbito das **Normas de Atribuição de Bolsas de Estudo de Apoio ao Ensino Superior do Município de Redondo** (10 candidaturas/4 bolsas aprovadas);
- Análise de candidaturas ao **Programa Municipal de Apoio a Melhorias Habitacionais do Concelho de Redondo** e elaboração de relatórios sociais de suporte;



- Elaboração de relatórios sociais referentes a candidaturas ao **Normativo de Atribuição da Tarifa Social** (Tabela de Tarifas art.º 12);
- **Receção e organização dos processos relativos à Ação Social Escolar**, no que respeita ao ano letivo 2016/2017 e consequente articulação com a Secretaria do Agrupamento de Escolas de Redondo (refeições escolares);

Voluntariado de Afetos

- Dinamização e implementação do **“Voluntariado de Afetos”**, em apoio a atividades como “ES+ (Alfabetização Sénior)”, “Mês Aventura” (Centro Infantil N.º Sr.ª da Saúde), “Dia Internacional para Erradicação da Pobreza” (EAPN), “O Natal é aqui” (Município de Redondo), Peditório Nacional (Europacolon), “*É tempo de ajudar!*” – recolha de produtos de higiene (Associação Coração Delta), Peddy Paper “Stop Brigas” e vigilância/encaminhamento de utentes nas Corridas de Toiros;
- **Participação na Campanha “É Tempo de Ajudar”** cujo objetivo é angariação de produtos de higiene para posterior distribuição aos idosos do concelho de Redondo – uma iniciativa promovida pela Associação Coração Delta no Intermarché de Redondo e realizada com recurso aos inscritos no Voluntariado de Afetos;
- Reunião e sessão de informação com os voluntários inscritos no Voluntariado de Afetos, com vista à integração nas diversas campanhas e atividades acima referidas;

Participação em Seminários, Formações e outros

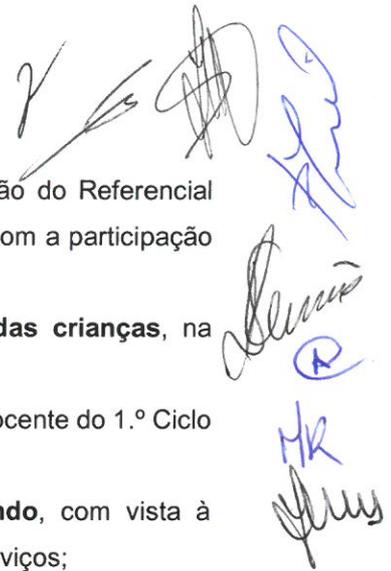
- Participação no “Encontro Estratégias de Combate ao Isolamento e à Violência Contra a Pessoa Idosa”, promovido pelo Núcleo de Évora da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, Município de Viana do Alentejo, Santa Casa da Misericórdia de Borba e Rede Local de Intervenção Social.
- Participação nas Jornadas do Centro Humanitário da Cruz Vermelha de Elvas, subordinadas ao tema “Envelhecer Melhor”;
- Participação no Workshop “Intervenção cognitiva na Demência”, em parceria com a UCC de Redondo;
- Frequência da Formação “Mass Training – Suporte Básico de Vida”, dinamizada pela CIMAC;
- Participação no **Seminário “Lá em casa, tudo bem? – Reflexões sobre a intervenção com famílias, jovens e crianças”**, promovido pelo Projeto Vidas Ativas 3G e o Contrato Local de Desenvolvimento Social 3.ª Geração;
- Participação na **Conferência “A Guarda Compartilhada”** promovida pelo Departamento de Psicologia da Universidade de Évora;
- Realização de **Ação de Sensibilização** em todas as turmas de 1.º Ciclo, com a parceria da Escola Segura, no âmbito do **Dia Europeu da Internet Segura**;
- Participação no **Workshop promovido pelas “Famílias Felizes”**, no âmbito do trabalho com técnicos e pais sobre “Gestores de Emoções, Regras, Tarefas e Tempo”;

- Frequência de **Formação pós laboral para técnicos no âmbito da “Violência Doméstica” (36h)**;
- Participação no Workshop **“Abordagem Criativa com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”**, promovida pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Évora;

Reuniões de trabalho e parceria

- Realização da Campanha de Rua, no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (EAPN);
- Integração na programação da Focus Week (EAPN);
- Integração na 22ª Campanha de Reciclagem de Radiografias da AMI;
- Atividade em parceria com o **CLDS 3G Redondo** e o **Roteiro da Cidadania em Portugal** com a temática Igualdade de Género;
- Participação na Atividade promovida pela Equipa Local de Intervenção Precoce de Redondo em parceria com as várias entidades, no âmbito da **comemoração do Dia da Família**;
- **Reunião** de articulação com o **Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco**;
- Preparação e Realização do **Peddy Paper “Stop Brigas”**, dinamizado para os alunos de 1.º Ciclo e os seus encarregados de educação;
- Acompanhamento às crianças durante e na sequência da audição em Tribunal, no âmbito do processo de Violência Doméstica;
- Reuniões de acompanhamento e discussão de casos sociais, em que estão presentes todos os parceiros que realizam intervenção social com famílias;
- Participação em sessões de avaliação do trabalho desenvolvido pelo CLDS 3G de Redondo;
- Participação em reuniões de trabalho do **CLDS 3G Redondo** (Contrato Local de Desenvolvimento Social de Redondo);
- Realização e dinamização de Reuniões de **Conselho Local de Ação Social de Redondo**;
- Participação em Reunião do **Núcleo Local de Inserção de Redondo**;
- Participação nas Sessões da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central da Rede Social;
- Participação em Reuniões do **Conselho Municipal de Educação**;
- Participação na **IV Feira do Idoso**, organizada pela Santa Casa da Misericórdia de Redondo, com a colaboração do Município de Redondo;
- Realização de reuniões em parceria com APPACDM de Évora, CERCIDIANA e IEFP, com o objetivo de promover/apoiar a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
- Integração dos trabalhos de elaboração do **Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central**, da responsabilidade da CIMAC;
- Organização da sessão de trabalho/reflexão no âmbito da elaboração do Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central, com a participação de todas as entidades concelhias com responsabilidades ao nível da intervenção social;

- o Organização da sessão de trabalho supraconcelhia no âmbito da elaboração do Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social do Alentejo Central, que contou com a participação de vários municípios do distrito de Évora;
- o Participação em **reuniões de avaliação com os professores titulares das crianças**, na sequência do acompanhamento multidisciplinar;
- o Participação em **reuniões de avaliação de final de período** com a Equipa Docente do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Redondo;
- o Participação em **reunião com a Equipa de Ensino Especial de Redondo**, com vista à passagem de informação relativa aos casos acompanhados por ambos os serviços;
- o Participação em **reunião de parceiros conjuntamente com a Equipa Multidisciplinar de Assistência aos Tribunais (EMAT)** para discussão/análise de casos (10 reuniões);
- o Realização de relatórios com o balanço do acompanhamento realizado aos alunos de 1º. Ciclo com medida de promoção e proteção pela EMAT;
- o Participação em **reunião com a Equipa Local de Intervenção Precoce de Redondo**, a fim de serem passados os casos para acompanhamento psicossocial no presente ano letivo;
- o Participação em **reunião da Plataforma PMATE** para a introdução dos processos relativos à Ação Social Escolar;
- o Participação nas reuniões de **Conselho Geral de Educação** (6 reuniões anuais);
- o Participação nas reuniões de **Comissão Permanente do Conselho Geral de Educação** (3 reuniões);
- o Participação na Sessão de Esclarecimento sobre Planos Municipais para a Inclusão de Migrantes, organizada pelo Alto Comissariado para as Migrações;
- o Participação na Sessão de Esclarecimento sobre a Plataforma de Apoio a Refugiados, organizada pela Caritas Diocesana de Évora;
- o Participação na Sessão de divulgação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), organização conjunta entre a Autoridade de Gestão do PO APMC e do Instituto de Segurança.



FATOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2018, o valor da subscrição no capital do FAM – Fundo de Apoio Municipal irá ser reduzida em 129.672,95€, passando a participação para 233.410,50€.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se a sua aprovação e que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.



